

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**A COMPETIÇÃO CAPITALISTA DISCUTIDA: O DESENVOLVIMENTISMO DE
CELSO FURTADO E AS ECONOMIAS SOLIDÁRIA E DO CONHECIMENTO**

JOÃO PAULO QUEIROZ ANTONINI

**MONTES CLAROS – MG
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**A COMPETIÇÃO CAPITALISTA DISCUTIDA: O DESENVOLVIMENTISMO DE
CELSO FURTADO E AS ECONOMIAS SOLIDÁRIA E DO CONHECIMENTO**

JOÃO PAULO QUEIROZ ANTONINI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de
Montes Claros, como requisito para a obtenção do grau de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso

**MONTES CLAROS – MG
2022**

Antonini, João Paulo Queiroz.

A635c

A competição capitalista discutida [manuscrito]: o desenvolvimento de Celso Furtado e as economias solidária e do conhecimento / João Paulo Queiroz Antonini. – Montes Claros, 2022.

93 f. : il.

Bibliografia: f. 87-93.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso.

1. Capitalismo - Concorrência. 2. Economia social. 3. Economia do conhecimento. 4. Furtado, Celso, 1920-2004. 5. Industrialização. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: o desenvolvimento de Celso Furtado e as economias solidária e do conhecimento.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**A COMPETIÇÃO CAPITALISTA DISCUTIDA: O DESENVOLVIMENTISMO DE
CELSO FURTADO E AS ECONOMIAS SOLIDÁRIA E DO CONHECIMENTO**

Defesa da dissertação de mestrado de **João Paulo Queiroz Antonini**, intitulada: “A competição capitalista discutida: o desenvolvimentismo de Celso Furtado e as economias Solidária e do Conhecimento”, orientado pelo Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso, apresentado à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros, em __/__/____.

Os membros da Banca Examinadora consideram o candidato _____.

Banca Examinadora:

Assinatura:

Prof. Dra. Mônica Maria Teixeira Amorim – Universidade Estadual de Montes Claros

Assinatura:

Prof. Dr. Ricardo Tadeu Barbosa – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Pirapora

À minha avó, Maria Izabel Diniz Antonini.

AGRADECIMENTOS

Ao povo do Estado de Minas Gerais.

Ao meu pai, por possibilitar a minha formação acadêmica, intelectual e moral.

À minha mãe, pela graça da vida.

Aos meus irmãos, em especial a minha irmã, Angela, por tudo o que sempre fizera por mim.

Aos meus avós, Angelo Antonini (*in memorian*), José Mendes Vieira (*in memorian*) e Margarida de Queiroz Mendes (*in memorian*).

Ao Instituto Federal do Norte de Minas – Campus Januária, em virtude de toda a minha formação média, técnica e superior.

Ao amigo e Professor Felipe Lisboa Guedes, por, desde o início da graduação, fomentar em mim a vontade de fazer um curso de Mestrado.

À minha amada Universidade Estadual de Montes Claros e todos aqueles que dela fazem parte.

Ao meu orientador, Professor Antônio Dimas, pelo apoio concedido.

Aos meus professores, em todos os níveis do meu aprendizado até aqui.

Aos meus colegas, pela companhia durante todo o curso. Em especial a Aira Cardoso, pela parceria nas publicações e nos desabafos.

“Porque a verdade está onde está o povo! Desgraçado, três vezes desgraçado aquele que investiga!” Eis o que em todos os tempos se tem repetido.

Assim falou Zaratustra (1884)
Nietzsche

RESUMO

O abolicionismo e a formação dos centros urbanos, como causa do advento industrial no Brasil, iniciam o texto deste trabalho. As lógicas do capitalismo fordista, aplicadas ao processo de industrialização, como elemento central de desenvolvimento, tiveram suas veias abertas pela Teoria da Dependência na América Latina. A Teoria do Sistema Mundo viabiliza o entendimento do porque estariam, em todos os países do planeta, a Economia, a Política e as inerências socioculturais de cada povo interconectadas e não separadas e conflitantes ao processo. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada por um conjunto de atores da Economia latino-americana para pensar em alternativas de superação ao subdesenvolvimento foi o grande silo catalizador do pensamento de Celso Furtado e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada por ele e seus contemporâneos, cumpre papel importante da análise desse texto e dá forma ao processo de desenvolvimento do Nordeste. Toda essa narrativa é construída em torno do desenvolvimentismo aos moldes da competição capitalista, colocada aqui como ponto de exclamação para o traçado das Economias Solidária e do Conhecimento, moldadas, respectivamente, por Paul Singer e Roberto Mangabeira Unger, sendo-as o que determina o fechamento do texto, ao disporem novas alternativas para a incursão diante da competição e posicionando-se voltadas à imaginação e à vanguarda inclusiva que as economias democráticas devem ter.

Palavras chave: desenvolvimento, subdesenvolvimento, industrialização, capitalismo, competição.

ABSTRACT

Abolitionism and the formation of urban centers, as the cause of the industrial advent in Brazil, begin the text of this work. The logic of Fordist capitalism, applied to the industrialization process, as a central element of development, had its veins opened by the Theory of Dependency in Latin America. The Theory of the World System makes it possible to understand why, in all countries on the planet, the Economy, Politics and the sociocultural inherences of each people are interconnected and not separated and conflicting in the process. The Economic Commission for Latin America and the Caribbean, created by a group of actors from the Latin American economy to think about alternatives to overcome underdevelopment, was the great catalyst silo of Celso Furtado's thinking and the Superintendence for the Development of the Northeast, created by him. and his contemporaries, plays an important role in the analysis of this text and shapes the process of development in the Northeast. This entire narrative is built around developmentalism along the lines of capitalist competition, placed here as an exclamation point for the outline of the Solidarity and Knowledge Economies, molded, respectively, by Paul Singer and Roberto Mangabeira Unger, being them what determines the closing the text, by providing new alternatives for the incursion in the face of competition and positioning themselves focused on the imagination and the inclusive vanguard that democratic economies must have.

Keywords: development, underdevelopment, industrialization, capitalism, competition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Objetivos.....	2
CAPÍTULO I – BRASIL PÓS ESCRAVOCRATA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	6
1.1 O Brasil, a escravidão e um futuro que não veio.....	6
1.2 A Modernização Conservadora e o caso brasileiro.....	11
CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E O SISTEMA MUNDO.....	17
CAPÍTULO III – A CEPAL COMO LOUSA E A SUDENE COMO GIZ DO DESENVOLVIMENTISMO FURTADIANO.....	27
3.1 A CEPAL estruturalista de Prebisch e o subdesenvolvimentismo de Furtado.....	30
3.2 Kubitschek, Furtado e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste como sustentáculo da SUDENE.....	38
3.3 O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.....	40
3.4 Considerações e Críticas ao modelo de desenvolvimento da SUDENE.....	56
CAPÍTULO IV – PROPOSTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO DENTRO DO CENÁRIO DESENVOLVIMENTISTA COMPETITIVO.....	62
Considerações finais.....	84
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	87

INTRODUÇÃO

A História nos concede a dádiva da análise dos fatos, oferecendo-nos a possibilidade de interpretá-los através das suas mais dinâmicas formas de serem apresentados. Observar um fenômeno, seja ele social, econômico, político ou de qualquer outro prisma, é um exercício complexo que demanda intervalos temporais muitas vezes maiores do que aqueles que aspiramos enquanto pesquisadores. É sob esse entendimento que o presente trabalho de dissertação se orientará, debruçando-se a respeito das vias abertas por Celso Furtado em sua obra e pelo seu pensamento, bem como os caminhos percorridos por autores como Barrington Moore Junior, Darcy Ribeiro, Immanuel Wallerstein, Bresser-Pereira, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, entre outros que consolidarão os pilares para tecer a respeito da Teoria da Dependência e do Sistema Mundo como moldes das observações de Celso Furtado para a forja do seu texto em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento estabelecidos dentro do padrão desenvolvimentista-capitalista.

Celso Furtado foi um economista brasileiro, nordestino, paraibano, nascido em 26 de julho de 1920. Durante a sua vida acadêmica, Furtado dedicou-se aos estudos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, tendo nesse último principal fio de pesquisa fundamentalmente discutido na comunidade internacional da América Latina. Foi através da literatura de Furtado que o desenvolvimentismo ganhou forças no Brasil e, através da aplicação das suas teorias, que o Nordeste brasileiro ganhou destaque no cenário político industrial e econômico da sua época.

Compreender o espaço da análise buscada nesse trabalho foi um desafio investigação, posta a abrangência que o trabalho de Celso Furtado foi capaz de estabelecer ao longo dos anos em que tomou a centralidade da crítica do desenvolvimentismo no Brasil. Porém, a capilaridade dos estudos de Furtado só foi possível devido à sua narrativa extensa, composta a partir da obra sociológica de Florestan Fernandes, notadamente “A Revolução Burguesa no Brasil”. A interpretação dessa obra foi primaz para traçar as linhas do trabalho apresentado.

Dado o feito de Florestan ao cronograma científico e metodológico de Furtado, hidratando o organismo do seu raciocínio quanto às prerrogativas da literatura motivada pela “Revolução Burguesa no Brasil” como um registro do passado, cabe a retórica desse trabalho fomentar essas teorias e colocá-las como adidos importantes ao texto. Florestan trouxe luz às questões derivadas do período pós-abolicionista no Brasil, explicando desde a essência desse período às questões mais dinâmicas da formação da burguesia nacional. Furtado contemporiza

seu texto desenvolvimentista e econômico pautando-se nas reflexões de Florestan e bebendo da fonte irrigada pelo seu histórico.

Contexto histórico é uma ênfase dada por Wallerstein (2012) para o rito em torno do Sistema Mundo, quando o autor justifica que “lidar com as totalidades sistêmicas da realidade social” (p. 33) é uma forma mais pertinente de lidar com os fatos do que somente com segmentos da realidade, uma vez que a totalidade sistêmica é o que confere ênfase, lógica e ordenamento aos contornos decisivos da História. Immanuel Wallerstein e a Teoria Sistema-Mundo provocada por ele serão balizadores do que justificará o disposto a respeito das teorias de dependência, desenvolvimento e subdesenvolvimento, numa acentuada representação das suas colaborações para gerar o produto desse texto em prol das atualizações dos conceitos.

Este estudo tem por objetivo discutir a compreensão de Celso Furtado, sua percepção desenvolvimentista-capitalista e as considerações da Economia Solidária e do Conhecimento, colocando luz aos meandros dessa missiva e investigando o debate desenvolvimentista sobre ensaios diferentes. Para demonstrar o bojo ao qual as fundamentações de Furtado foram colocadas, disporemos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo a primeira local onde Furtado pensou seus traços e a segunda a tela a ser pintada. Entremeios, estarão análises do pesquisador e crivos de outros autores utilizados para erguimento do trabalho.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma de cinco comissões regionais mundiais, que foram criadas pelas Nações Unidas, para debater o desenvolvimento econômico das suas respectivas regiões. No caso da CEPAL, essa discussão abrange todo o território da América Latina e Caribe. A Comissão se desenvolveu como uma escola de pensamento, colocando-se como centro de referência em debates de contorno desenvolvimentista e propositivos para os países dos quais estavam abrangidos seus territórios pelos laços com a instituição. Celso Furtado foi um dos principais membros do seu Conselho e diretor da Divisão de Desenvolvimento por oito anos (de 1949 a 1957), saindo de lá para ocupar o cargo de Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico do Brasil, no governo Juscelino Kubitschek e, logo após, a pedido do próprio Juscelino, Furtado foi responsável por criar a SUDENE.

Objetivos

Objetivo Geral: dispor a Economia Solidária e a Economia do Conhecimento em relação a Celso Furtado e à lógica do desenvolvimentismo-capitalista.

- Objetivos específicos:

- 1) Tecer a respeito da Modernização Conservadora no processo constituidor da população urbana brasileira, a partir do final do século XIX e suas variáveis.
- 2) Colocar em pauta as teorias Sistema Mundo e da Dependência, discutidas por Wallerstein, Marini, *inter alios*, como base para as ideias de desenvolvimento e subdesenvolvimento.
- 3) Dispor a lógica furtadiana de desenvolvimento e sua aplicação nos contornos da CEPAL e da SUDENE
- 4) Colocar as reflexões da Economia Solidária e da Economia do Conhecimento dentro do complexo do desenvolvimento capitalista

Sob essas mostras, este trabalho se enquadra em uma pesquisa exploratória, feita através de sites, textos, registros e atas de domínio, a respeito de cada tema abordado, com o objetivo de obter maior familiaridade com as discussões em torno do tema proposto, com o intuito de torná-lo mais explícito e capaz de fazer com que o leitor compreenda todas as prévias que tecem os rumos da centralidade do texto. Nesse caso, a pesquisa envolve levantamento bibliográfico e pesquisa documental, utilizando das principais obras dos autores aqui relacionados bem como outras obras de apoio para conferir a construção dos capítulos. Não obstante, também serão consultados registros, atas, históricos, entre outros documentos oficiais como fontes para abastecimento da pesquisa.

Segundo as informações de Lima (2007), um levantamento bibliográfico implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser feito de modo aleatório. Sobre a pesquisa documental, Figueiredo (2007) externa que o documento como fonte de pesquisa pode ser escrito (atas, registros, históricos, cartas) e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos serão utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse desse pesquisador. Os documentos foram encontrados em sítios da *internet*, como o centrocelsofurtado.org.br, cepal.org, antigo.sudene.gov.br, gov.br/sudene, entre outros.

Desta forma, são utilizadas como bases desse trabalho as pesquisas obtidas, em caráter principal, através das obras “A Revolução Burguesa no Brasil”, de Florestan Fernandes; “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, de Darcy Ribeiro; “Dependência e

Desenvolvimento na América Latina, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; “Dialética da Dependência”, de Ruy Mauro Marini; “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado; “Teoria do Sistema Mundo”, de Immanuel Wallerstein; “As três interpretações da dependência”, de Bresser-Pereira; e outras em caráter coadjuvante, que se relacionarão com os principais elementos teorizadores do trabalho.

A abordagem apresentada tem caráter qualitativo, uma vez que não foi necessária a quantificação de nenhum dado, nem mesmo a construção de gráficos ou tabelas, posto que o texto tem base descritiva e fenomenológica. Segundo Guerra (2014), na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fatos estudados, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Quanto à natureza da pesquisa, será valorizada como básica, uma vez que esse texto não se dispõe à substituição imediata de nada que já está posto no cenário aqui discutido.

Dispostos desse breve, formalizamos as camadas desse trabalho, dividindo-o num total de 04 (quatro) capítulos, estruturados da seguinte forma:

- Capítulo I – Brasil “pós escravocrata” e a Modernização Conservadora.
- Capítulo II – Desenvolvimento dependente e o Sistema Mundo
- Capítulo III – A CEPAL como lousa e a SUDENE como giz do desenvolvimentismo furtadiano
- Capítulo IV – Propostas da Economia Solidária e da Economia do Conhecimento dentro do cenário desenvolvimentista competitivo

O Capítulo I apresenta teorias consolidadas por Florestan Fernandes e sua obra “A revolução burguesa no Brasil”, trazendo à tona elementos como fim da escravidão, formação das elites comerciantes urbanas, inserção do negro liberto na sociedade, entre outros temas pertinentes que trarão ao leitor melhor capacidade para interpretar a segunda parte do capítulo: a modernização conservadora.

O segundo episódio do capítulo I contempla as obras de Moore Junior (As origens sociais da ditadura e da democracia), Caio Prado Junior (Evolução política do Brasil), Darcy Ribeiro (O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil), entre outras que possam completar os entornos a respeito da modernização conservadora, que compreende uma análise profunda de todo o processo de modernização ocasionado pelas elites, num pacto político entre

estados e forças econômicas burguesas, com o propósito de remover o proletariado do pleno acesso à democracia, à riqueza e à cidadania.

O Capítulo II problematiza as teorias de Immanuel Warllestein sobre o sistema-mundo, colocando em evidência as suas particularidades sobre a origem histórica do milagre capitalista europeu e seus contornos mundiais, desenhados pela crescente expansão estadunidense do pós-guerra e como isso determinou toda a ótica de desenvolvimento nos países periféricos. Na segunda parte do referido capítulo, iremos problematizar a crítica de Ruy Mauro Marini, tendo como principal referência o seu livro *Dialética da Dependência*, bem como autores que seguiram o mesmo silogismo, tais quais as obras *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (CARDOSO & FALETTO), *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento* (FRANK), *Três interpretações da Dependência* (BRESSER-PEREIRA), entre outros.

Em posse desse histórico criado pelos dois primeiros capítulos, na terceira parte do trabalho estão estabelecidas considerações sobre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959 por Celso Furtado, um dos passos principais desse trabalho. Nas inspeções desse capítulo, observa-se a tangência dessas duas entidades (CEPAL e SUDENE) quanto às suas estruturas em torno do desenvolvimento, tanto do ponto de vista latino-americano, quanto do que fora implementado no Nordeste brasileiro, sendo esse último também roteirizado pelo livro *Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (FURTADO).

A CEPAL é uma entidade ligada às Nações Unidas, com sede em Santiago-CL, com a deliberação de pautar o discurso econômico e desenvolvimentista na América Latina. Fundada no ano de 1948, desde então, busca a interação econômica entre os países que compõem a América Latina e o Caribe. Desde então, a CEPAL tem sido questionada pela Nova Economia Institucional (NEI)¹, no âmbito das suas políticas de inserção dos países que abraça aos novos mercados de consumo e tecnológicos e das suas estratégias de industrialização. Da mesma forma, também é alvo de discordâncias, fundamentadas a partir da Teoria da Dependência. Isto posto, atualizaremos o leitor sobre esse debate, presente no fechamento desse trabalho.

O Capítulo IV coloca em linha a razão máxima de ser desse trabalho: como a Economia Solidária e a Economia do Conhecimento se colocam como propostas desenvolvimentistas

¹ A NEI é uma teoria econômica surgida a partir do Institucionalismo Econômico, desenvolvido por Thorstein Veblen, economista e sociólogo estadunidense, e defende a utilização aprofundada dos métodos científicos, conectados à Psicologia, à Sociologia e ao Direito, com vistas de tornar a Economia mais empírica e investigacional, preocupando-se com as questões de controle social através da causalidade dos fenômenos sociais e naturais.

paralelas ao texto de Furtado, tanto sobre desenvolvimento, quanto sobre formas de superação à competição. Nesse capítulo, através de obras posteriores das que foram escritas por Furtado, são teorizadas novas formas de desenvolvimento e entendimentos de autores pertencentes ao assunto, consolidando as duas teorias em seus papéis de discussão do teor capitalista-desenvolvimentista.

CAPÍTULO I - BRASIL “PÓS ESCRAVOCRATA” E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Discutir a escravidão no Brasil é uma tarefa bastante complexa, pois implica disposições que margeiam desde a colonização do nosso país até os dias atuais. Escravizar é um verbo que faz parte do nosso vocabulário, em formas e condições diferentes das do passado, mas, ainda, numa rota bastante próxima². Florestan Fernandes foi um dos grandes nomes da literatura sociológica do Brasil que colocou em evidência os produtos que a o fim político da escravidão gerou ao passar dos anos, demonstrando que o Brasil moderno fora total ou parcialmente construído devido à mão de obra negra liberta.

Não distante da robustez literária de Florestan, Darcy Ribeiro expôs a germinação de uma modernização conservadora ao modo tupiniquim, implicando que o Brasil pouco ou nada se distanciou em caracteres éticos, sociais, culturais e econômicos desde a abolição da escravatura. O autor também explicita, conforme demonstraremos nesse capítulo, toda a lógica liberal de soerguimento de uma economia “moderna”, mas enraizada com o passado, com o colonialismo e obediente às cartilhas dos países do centro. Neste primeiro capítulo se observa como ocorreu o processo de transformação das cidades brasileiras, tendo como principal lente a que se dá sobre a formação das populações e a situação do negro, bem como às indústrias e suas moldagens fundamentais para o traçado do debate desenvolvimentista, através das rupturas, confrontações e aquiescências tangenciadas no período.

1.1 O Brasil, a escravidão e um futuro que não veio.

² Exponentes da literatura da História Econômica, como Zilda Lokoi e Jessé de Souza, levantam esse debate em torno da escravidão moderna, travestida nos trabalhos de baixo salário, na exploração da mão de obra barata, nas jornadas exaustivas do campo e da cidade, entre outras considerações que os fazem afirmar que a escravidão não acabou, apenas se modernizou.

O Brasil é um país continental, com um território tão vasto que chega a tocar os dois polos do nosso planeta. Da mesma forma, tanto em termos populacionais quanto geográficos e econômicos, é um país diverso e repleto de diversidades. Essa amplitude é construída desde o processo colonial, dando contorno entre povos europeus, indígenas, africanos, entre tantos outros que vieram a habitar o Brasil durante séculos subsequentes. A diversidade cultural presente no Brasil é singular.

Diversidade é um conceito atemporal, precisamente necessário ao progresso por ter, em sua essência, a capacidade de provocar discussões amplas sobre as necessidades de cada ser, povo ou região. Um ambiente diverso encoraja potencialidades e desperta vocações, dando luz ao novo e ao criativo. Porém, um ambiente diverso também é capaz de gerar animosidades, preconceitos, repugnância e revolta. Foi assim que as estruturas sociais do passado recente brasileiro enxergaram esse ambiente múltiplo e multiétnico, não aceitando os contornos que a multilateralidade trouxe consigo ao Brasil.

Narrar a história do Brasil não é o objetivo desse trabalho, mas necessário se faz falarmos do período que dá corda para a dominação do extrato social pós abolição da escravatura. É diante dessa exibição que Florestan Fernandes narra o Brasil em sua célebre obra “A Revolução Burguesa no Brasil” (1975), analisando e contextualizando a longa relação entre a formação de uma nova estrutura nacional, recém saída do mundo aristocrata-rural e consolidando-se num novo conglomerado, agora burguês e urbano.

Na sociologia de Florestan, a relação sócio racial é analisada, onde brancos, índios e negros são destacados sob o vórtice da exclusão social, principalmente durante o período de transição colonial para escravista e, por último, para a sociedade de classes. Consequente, a análise nas obras de Florestan não é interpretar o Brasil sob a vista do negro, do branco ou do índio, mas da constituição de uma nova organização social emergente.

Desde o fim do período escravocrata, a sociedade brasileira conferiu momentos tanto de modernização quanto de retrocessos; tanto de integração quanto de exclusão; tanto de respeito aos direitos humanos quanto ao mais puro ódio racial. Vivenciávamos – e ainda vivenciamos – tanto processos constituidores de novas ideias quanto mantenedores de estruturas arcaicas. Abreu e Pereira (2011, p. 338) afirmam que a manutenção de estruturas arcaicas, tais quais o controle do serviço doméstico sem anuência trabalhista formal e contratos de prestação de serviços entre patrões e empregados, sem o devido amparo jurídico-contábil, são exemplos de modernização da escravidão, ainda presente e latente no nosso país. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Foi apenas através de largas experiências abolicionistas internacionais que as oligarquias brasileiras, representadas pela elite agrária e famílias

abastadas cederam, muito por conta da óptica de guerra de classes emergida na Inglaterra, onde, durante todo o final do século XIX, árduas disputas entre protecionismo e liberalismo se antagonizaram.

Florestan Fernandes (1975) nomeia esse processo de transição da sociedade escravocrata e desenvolvimento do capitalismo no Brasil como “Revolução Burguesa”. Porém, para o autor, isso não se entende como uma passagem histórica, mas como um caminho de longa duração em que a burguesia nacional se orientou, invariavelmente, para a manutenção do seu poder político e capital financeiro. A outrora elite agrária e escravagista se viu obrigada a refugiar-se nas cidades e em outros meios produtivos, como os comércios e indústrias.

O autor ainda analisa que, distante do conceito básico de ruptura que uma revolução traz consigo, rasgando o tecido social vigente através da resolução das demandas sociais, o processo de transformação social, econômica e política na transição do escravagismo para o capitalismo burguês foi tardio. A elite burguesa da época preferiu “uma mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FLORESTAN, 1975, p. 205). Isto posto, Florestan manifesta que as forças de contraposição do poder no Brasil e o seu modo de organização foram estabelecidas cheias de contendas e contraposições às revoluções burguesas europeias, onde as camadas sociais marginalizadas exerceram impetuosa pressão nos pilares que sustentavam o poder central. Desta forma, a revolução burguesa no Brasil assinalou um incremento das desigualdades já existentes, agora mascaradas pelo amparo da Lei.

Os episódios de erupção social protagonizados na Europa fizeram com que as elites agrárias brasileiras entrassem em modo de defesa. A aristocracia nacional se viu com medo de perder seus privilégios quando o prisma social que a fundamentava ruiu, vendo a constituição de novas normas emergindo através de palavras de liberdade e às ameaças constantes à sua concentração de poder. Florestan (1975, págs. 28 e 36) coloca que essa nova forma de entendimento fez surgir dualidades agressivas entre o “nosso grupo” (constituído pelas famílias oligarcas e poderosas da elite rural) e o “grupo dos outros” (restante da população). (...) “Uma enorme parcela da população não poderia se enquadrar com o *status* de cidadão”.

Distante do *status* de cidadão estava o negro liberto, despossuídos dos privilégios brancos e esquecido. A história do povo negro se confunde com a própria história do Brasil, tanto social quanto economicamente. Foi em Florestan & Bastide (1953, p. 440) que encontramos a referência de que “os negros viram suas vidas e destinos serem associados a um sistema terrível de exploração, em que a sua única opção era contar com seus braços e serem instrumentos de capital”. Para os autores, nenhum outro grupo social vivenciou tantos ciclos da economia brasileira como a negra pré e pós liberta.

Florestan (1972, p. 37) ainda esclarece que o negro fora a vítima mais visível de todo o trâmite colonizador. Mesmo depois da alforria geral concedida pela Lei n.º 3 353 de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, a situação negra só foi agravada. Sendo considerado apenas como um instrumento de capital, conforme conduzidos antes da abolição, o negro vivia num “estado de dependência social extrema, de forma que não participou nem sequer de linhas de vida social organizadas mínimas, tal como a família, por exemplo”. Disposto que o negro se tratava apenas de um fator econômico, a sua inserção à sociedade sempre lhe fora negada. Como depois da assinatura da Lei Áurea não houve nenhuma tratativa sólida de aglutinação do povo negro ao seio social ou, sequer, um cozimento apropriado de uma nova realidade, esse povo se viu perdido e deslocado do único modo de vida que lhes fora oferecido desde então.

Florestan Fernandes ainda destaca que o negro liberto se viu jogado como pária, principalmente nas grandes cidades, consolidando uma massa dependente de tudo e sem qualquer base social minimamente adequada para a construção de uma nova vida para si e para as próximas gerações. Desta forma, os negros, novamente, se viram obrigados a, agora, barganharem sua mão de obra por migalhas ou por trabalhos informais e desumanos nas indústrias e comércios da novíssima sociedade burguesa-urbana-rica.

Para que a ordem social competitiva pudesse se expurgar desses influxos constritivos e perturbadores, consolidando-se numa direção especificamente “burguesa”, “liberal-democrática” e “urbana”, impunha-se que surgisse nas cidades um sistema de produção que as equiparasse ao campo ou as tornasse independentes dele. Tal condição se delineia lentamente e só demonstra certo vigor, malgrado as debilidades e as incertezas da industrialização, meio século depois da Abolição e da Proclamação da República. Nada podia impedir que o “coronelismo” como equivalente e substituto da “nobreza agrária” convertesse o sistema republicano-presidencialista numa transação com o antigo regime e, principalmente, que a ordem social competitiva se ajustasse às estruturas persistentes daquele regime (FLORESTAN, 1964, p. 61).

Florestan (1964, págs. 61-63) ainda afirma que mesmo nos centros urbanos mais turbulentos e em crescimento acelerado, a ordem social se configurou como uma sociedade de classes e só era igualitária nas camadas sociais dominantes, sendo aberta somente àqueles que detinham o poder ou àqueles que, de uma forma ou outra, tivessem participação vantajosa das novas tendências de concentração de renda. O autor ainda afirma que “essas tendências é que condicionam e precipitam alterações substanciais na estrutura social”. Todo esse cenário gerou um imenso ciclo vicioso que pode ser identificado até hoje, principalmente nos grandes polos urbanos. O fator social e econômico da população negra pode ser explicado historicamente pela forma como a abolição fora construída.

Pelo que se observa em Florestan, o escravagismo foi um dos maiores sustentáculos da formação econômica do Brasil, mas, a desumanidade que circulou o período escravocrata continuou após a abolição, uma vez que o povo negro liberto não foi enquadrado na ocasião. O negro liberto e seus descendentes não se beneficiaram das novas estruturas sociais construídas pós abolição. Florestan (1964, pgs. 62-63) imputa que essas novas estruturas “só iriam beneficiar os setores aptos a combinar, nas zonas urbanas ou nas rurais, o trabalho, a poupança, a mobilidade espacial e ocupacional como instrumentos de ascensão social.”

Só esporadicamente, como e enquanto parte do núcleo ou da periferia das grandes famílias brancas, encontravam o negro e o mulato algumas probabilidades de inclusão nessas transformações da estrutura social. Para eles, quase na totalidade, a sociedade de classe permanecia não igualitária e fechada. [...] A desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social. [...] Na medida em que a situação de castas envolvia um estado de heteronomia material, social e moral absoluta do escravo, nas condições imperantes na sociedade brasileira, ele só podia emergir como dissolvente na cena histórica se: (a) numa fase adiantada de desagregação interna da ordem social escravista e de extrema desmoralização de seus fundamentos axiológicos institucionalizados; (b) sob a liderança organizada e ostensiva da parcela inconformista do grupo social dominante, único penhor ideológico e político da continuidade da dominação racial estabelecida e de fidelidade aos princípios de estratificação interétnica subjacentes (FLORESTAN, 1964, p. 63).

Trazendo essa discussão à modernidade, Jessé de Souza é enfático ao dizer que o processo de mudança ocorrido entre os anos de 1880 e 1930, conforme o raciocínio organizado por Florestan, foi pouco ou nenhum no que toca a melhoria de vida do povo negro e à sua ascensão social. Souza (2017, p.46) também vai de encontro ao raciocínio de Gilberto Freyre e sua recriação do Brasil do final do século XIX, afirmando a abolição da escravatura simplesmente colocou uma roupagem nova sobre o trabalho negro. Ao dizer dessa forma, Souza (2017) cria a temática da “ralé brasileira”, sendo essa oriunda dos escravizados, culpabilizando essa terminologia devido ao abandono dessa massa de pessoas que se tornaram invisíveis por conta do culturalismo racista e conservador.

Os negros no Brasil sofreram tanto o abandono da pós-escravidão quanto disputaram a oferta de mão de obra barata com os imigrantes europeus, porém, esses não carregavam o estigma racial, nem mesmo a vergonha de saber sobreviver somente através da força das suas mãos. Souza (2017) implica que o escravizado fora jogado dentro de uma ordem social competitiva que ele não conhecia, para a qual ele não havia sido minimamente preparado. Essa disputa entre escravizados e imigrantes europeus somente favoreceu o jogo de poder dos

grandes senhores de terra e, em seguida, deu suporte ao rápido progresso da ideia liberal que se formava abaixo da aristocracia rural, numa modernização criada através da exploração.

Os 4,5 milhões de imigrantes que o Brasil recebeu na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX constituíram a base europeia dentro da qual se iniciou a industrialização brasileira. Se milhões de camponeses saíram da Europa em vista do superpovoamento rural da segunda metade do século XIX, os imigrantes de experiência urbana saíram por causa de perseguições raciais e impedimentos sociais de acesso à carreira militar, mas principalmente em consequência das sucessivas concentrações econômicas do capitalismo europeu, que foram expulsando do mercado artesão, pequenos industriais e comerciantes, que vieram refazer seus negócios na América. Em São Paulo, a expansão da cafeeicultura foi aproveitada por tais imigrantes que, trazendo experiência de trabalho bastante variadas (agricultores, artesãos, operários especializados, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais), possuindo nível de vida bem mais elevado que o dos escravos, praticando hábitos econômicos equilibrados (trabalho persistente, consumo sóbrio) e com forte vontade de independência, promoveram a industrialização e modernizaram a agricultura em São Paulo e nas demais regiões que ocuparam. É interessante notar que o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que eram os maiores mercados urbanos do Brasil no século XIX e que receberam poucos imigrantes, passaram por industrialização modesta (MAMIGONIAN, 2016).

Por conta disso, pode-se afirmar que a revolução burguesa ocorrida no Brasil não teve, por si só, substância suficiente para romper com o regime da aristocracia rural e de institucionalizar um novo modelo socioeconômico de capitalismo democrático-liberal, como o que fora instaurado nos EUA, na Inglaterra e na França. A estrutura latifundiária brasileira se compenetrrou nas médias e grandes unidades de exportação agrícola, modernizando-se durante um caminho árduo, totalitário e de exploração. Estabelecemo-nos conforme o padrão visto na Alemanha e no Japão, quando transformamos as nossas sessões agrícolas em capitalistas de mercado, sem ruptura com a estrutura socioeconômica vigente, fator ao qual nos debruçaremos a partir de agora.

1.2 A Modernização Conservadora e o caso brasileiro

A sociologia de Florestan coloca a constituição da mão de obra urbana, no período pós-escravidão, como elemento essencial para entendermos a “modernização conservadora”. As transformações sociais ocorridas no período entre 1888 e 1930 deram o ritmo ao início das mudanças do universo citadino, industrial e classista, principalmente nas grandes cidades brasileiras, criando uma massa de trabalhadores a serviço da nova burguesia nacional.

Diante dessa moldagem, cabe colocar a “modernização conservadora” como teoria capaz de fundamentar o que ocorreu no recorte pós-abolicionista, dispondo-se das vozes de

autores como, Barrington Moore Júnior (pioneiro da discussão sobre a modernização conservadora), Darcy Ribeiro, entre outros grandes nomes que contemplam a discussão protagonizada, essencialmente, por Florestan. É importante citar que a modernização conservadora é um discurso que deriva do processo da modernidade e seu fator histórico.

O termo denominado de modernização conservadora foi assinalado inicialmente pelo autor Barrington Moore Junior, em sua obra *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (1975), tendo como origem os reflexos das revoluções burguesas alemãs e japonesas, na transição das economias pré-industriais para industriais, a partir do processo excitado pelo pacto político entre as elites e os regimes políticos que conduziram Alemanha e Japão ao desenvolvimento capitalista. O autor ressalta que, diferentemente dos países europeus (principalmente França e Inglaterra) e dos Estados Unidos, Alemanha e Japão assistiram revoluções burguesas parciais, uma vez que as estruturas sociais, econômicas e políticas dos seus antigos regimes não foram destruídas. O autor afirma que na Europa e nos Estados Unidos, “as alterações violentas que determinaram a ruptura da estrutura política e econômica dos antigos regimes, retiraram os proprietários rurais do centro do poder político” (p. 14), processo oposto aos notados em Alemanha e Japão.

A análise de Florestan Fernandes, conforme disposto na primeira parte desse capítulo, contempla episódios semelhantes aos de Alemanha e Japão, quando implica que a revolução burguesa no Brasil não se deu de forma disruptiva, mas cadenciada de acordo com as lógicas do capital agrícola, da elite nacional e do poder dominante da época. Essa saliência dependente da dinâmica que vigorou no período pós-abolicionista foi o que conservou as estruturas autocráticas e o tecido social totalitário, sem qualquer observação aos direitos civis, à cidadania e às liberdades, preservando a lascívia à francesa da sociedade brasileira endinheirada.

Diferentemente das revoluções europeias e estadunidense, conforme visto em Moore Junior (1975), a modernização conservadora no Brasil foi diferente da marcha apresentada em Japão e Alemanha, evidenciada pela supressão dos direitos à cidadania e da dignidade humana, mesmo com a notável semelhança em não romper com as estruturas vigentes à época. O processo intenso de industrialização e êxodo rural-urbano fez com que as preocupações das elites e do estado nacional brasileiro perdessem o eixo da gigantesca máquina que passaria a operar no Brasil: a modernidade citadina e industrial. Desta forma, a modernização evidenciada no Brasil foi conservadora devido ao fato de a burguesia nacional, recém surgida das revoluções capitalistas da época, não ter a robustez necessária para romper com os proprietários rurais, o que resultou num imenso pacto político entre ela e os grandes tenentes agrários.

Florestan (1975) coloca que a burguesia brasileira não teve extrato suficiente para, de fato, empreender uma revolução no Brasil. Ao mesmo tempo que uma insurgência político-economicamente rebelde se eminenciava, a necessidade de industrialização (para acompanhar ou seguir os rastros do centro econômico mundial) se tornava latente, o que desmotivou a recém surgida burguesia nacional, fortalecendo os laços de dependência e mitigando qualquer possibilidade de revolução política de se tornar parte do processo. Contrariando o modelo clássico de revolução apreciado pelos franceses, onde os passos econômicos caminhavam em linha com as mudanças políticas, Florestan (1975) afirma que esse segundo ponto fora deixado de lado, exaltando apenas a necessidade de aperfeiçoamento econômico.

Ao se apelar para a noção de “Revolução Burguesa”, não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e por que se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico. Mas um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado (FLORESTAN, 1975, p. 21).

Perondi (2007) aplica que essa diferenciação do modelo brasileiro pode ser fundada em duas grandes etapas: a primeira residiria no fato de que o Brasil não apresentava as mesmas condições sociais e processos econômicos existentes em França e noutras nações capitalistas do centro, a dimensão territorial e a heterogeneidade da sociedade brasileira, bem como as diferentes condições produtivas de acordo com cada região do país, freavam o ritmo de qualquer mudança drástica e a informação de novos acontecimentos era bastante precária; a segunda corresponde à forma como se organizavam as forças de oposição no Brasil:

Se nas revoluções burguesas europeias as camadas sociais desfavorecidas (campesinato, proletariado) apresentavam-se como grupos capazes de exercer forte pressão nas estruturas de poder, o mesmo não aconteceu no caso brasileiro, ao menos não com a intensidade necessária. Essa pressão era importante no sentido de que através dela podia-se exigir que a revolução burguesa avançasse em algumas questões, estruturais inclusive, e que incorporasse algumas das demandas dessas outras classes que lhe exerciam coação. Nos países periféricos, devido à sua condição de maior heterogeneidade, as classes baixas não possuíam capacidade de se organizar de tal maneira que conseguisse alcançar conquistas políticas efetivas. Em decorrência disso, a classe que se tornou hegemônica estabeleceu uma forma de dominação centrada unicamente nos privilégios da pequena minoria que a compunha, em detrimento da

maioria. Segundo Florestan, isso não se deu ao acaso, haja vista que o retardo do tempo político era a condição necessária para que o tempo econômico fosse aprofundado (PERONDI, 2007, p. 138).

Ao crepúsculo do século XIX, o mundo se viu num caminho dilatado de industrialização, descobertas científicas, conturbações sociais e êxodo rural-urbano. No Brasil essa situação não foi diferente. Com o avanço (pouco cauteloso e muito desastrado, conforme visto na parte inicial desse capítulo) da libertação do povo negro e da migração europeia, a subordinação dessas massas às elites agrárias foram cruciais para o estabelecimento da inelasticidade social. O baixo custo de mão de obra oferecido pela competição entre negros libertos e imigrantes fomentava a concentração de poder, o corporativismo, o desencaixe econômico e o enfraquecimento do fator trabalho.

Domingues (2002) direciona que a inelasticidade e o controle da fronteira agrária foram cruciais para a subordinação das massas rurais no Brasil. Esse processo colocou em quinta marcha a industrialização e a migração de mão de obra do campo para a cidade, criando um exército de pessoas à mercê do controle político do círculo estatal e da burguesia industrial. O autor afirma que, de modo geral, essa situação fora causada propositalmente, a fim de que a liberdade – um dos motivantes fundamentais do sindicalismo – tivesse a sua interpretação mitigada nas massas. Essa divisão foi o que suprimiu os planos coletivos aos individuais, liberando a força de trabalho à compreensão egoísta e desvinculando os sujeitos das disputas pelos espaços de poder.

Ribeiro (1995, págs. 197 - 200) afirma que, historicamente, os processos de monopólio de terra e monocultura foram os principais fatores motivantes da expulsão da população campesina.

Conforme se vê, vivemos um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber o contingente espantoso de população - pós-abolição. Sua consequência foi a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos. Esse processo inchou as cidades, desabitou o campo sem prejuízo para a produção comercial da agricultura, que, mecanizada, passou a produzir mais e melhor. No nascimento do século XX, teve lugar uma urbanização caótica provocada pela atratividade da cidade. Nas grandes cidades do Brasil, fora criada uma extraordinária feição de engenharia para servir de polo central ordenador da vida brasileira. As constrictões sociais deformaram o desenvolvimento nacional: a estrutura agrária, dominada pelo latifúndio, se viu incapaz de elevar a produção agrícola ao nível do crescimento da população, de ocupar e pagar as massas rurais, que foram expulsas em enormes contingentes do campo para as cidades, condenando a imensa maioria à marginalidade; a espoliação estrangeira, amparada pela política governamental, fortalecera seu domínio, fazendo-se sócia da expansão industrial, jugulando a

economia do país pela sucção de todas as riquezas produtivas (RIBEIRO, 1995, págs. 197-200).

Desta forma, a modernização brasileira foi determinada pelos interesses da burguesia nacional e da sua obliquidade patrimonialista, amarrando interesses conservadores a permissividades que acabaram determinando o modo de capitalismo dependente e distante de um processo de modernização de grande unidade abundante e progressista. A modernização do fator trabalho através das máquinas, como elucida Ribeiro (1995) foi fator determinante de êxodo, uma vez que “expandiu o produto do trabalho sem demandar maiores áreas agricultáveis” (PIRES & RAMOS, 2009) e expeliu do seio rural, forçosamente, aquela população mais sensível, jogando-a ao universo citadino sem qualquer contemplação das suas demandas. Como se isso não bastasse, ao colo das cidades ainda foram acrescentados aqueles proprietários de terra que não conseguiram acompanhar o processo modernizatório, jogando-os como mão de obra livre aos mercados de trabalho nas cidades (PIRES & RAMOS, 2009).

Prado Júnior (2000, p. 38) é consonante com Darcy Ribeiro no tocante à revolução moderna no Brasil, dizendo que essa não dialogou com qualquer outra conjuntura do país e nem na natureza das revoluções para as quais se presumiria ou deveria marchar. A modernização brasileira não ocorreu nem por evolução da sua própria história, nem de revolução socialista, nem democrático-burguesa e nem qualquer outra. A revolução modernizadora do Brasil não teve qualquer tentativa de conciliação, estancamento ou harmonização dos contrários, o que representou “uma saída conservadora, senão reacionária, da problemática social” (pg. 39).

O Brasil alcança, desse modo, uma extraordinária vida urbana, inaugurando, provavelmente, um novo modo de ser das metrópoles. Dentro delas geram-se pressões tremendas, porque a população deixada ao abandono mantém sua cultura arcaica, mas muito integrada e criativa. Dificulta, porém, uma verdadeira modernização, porque nenhum governo se ocupa efetivamente da educação popular e da sanidade. [...] A ordem social brasileira, fundada no latifúndio e no direito implícito de ter e manter a terra improdutiva, é tão fervorosamente defendida pela classe política e pelas instituições do governo que se torna impraticável. A indústria, por sua vez, se orienta cada vez mais para sistemas produtivos poupadores de mão de obra, nos quais cada novo emprego exige altíssimo investimento. Isso ocorre, aliás, em todo o mundo, mas de forma mais aguda no Brasil, em razão da massa de desocupados que se juntou nas cidades e dos efeitos desastrosos do desemprego sobre a sociedade (RIBEIRO, 1995, págs. 200 e 201).

É no cerne desse novo padrão industrial e agrícola que o processo de modernização conservadora no Brasil se deu, estimulando os grandes produtores rurais a concentrarem a demanda pela produção industrial dispensadora de mão de obra, aglomerando-a às redes

produtivas de grandes complexos agroindustriais. Os produtores que conseguiram se encaixar nesse novo panorama garantiram a escalabilidade do seu capital e se mantiveram suseranos nesse novo mercado, sem abalos graves ou de grandes repercussões em seu poder e patrimônio. É na alma desse recente padrão agrícola estabelecido pelos grandes complexos agroindustriais que surge o novo arcabouço burguês oriundo do setor agropecuário, modificando-o para capitalista e empresarial, mesmo que concentrado em poucas mãos, que seguraram apenas a elite dos antigos produtores agropecuários.

Perpassado esse período e avançando a discussão ao espectro maior da modernização conservadora, é importante salientar os episódios que Alemanha e Japão vivenciaram ao decorrer do século XX, onde foram capazes de vencer os dramas ocasionados pelas suas formas de modernização e se tornaram capitais industriais indispensáveis para o mundo. Tavares (1993, p. 36) evidencia que o Japão não apenas desenvolveu o seu sistema manufatureiro, como internacionalizou as suas filiais industriais, comerciais e bancárias, sendo todos esses capitais desenvolvidos a partir da sua base produtiva nacional. A economia japonesa marchou rumo a um novo modelo industrial, focado na produção de produtos para consumo em massa e em escala mundial, através de investimentos em novas tecnologias e em tecnologia avançada; no entanto, o país asiático é dependente da importação de matérias-primas básicas. A Alemanha trilhou os mesmos passos do Japão, mas fomentou primeiramente a integração da sua economia com os principais mercados comerciais e financeiros da Europa, não sendo necessário esforço tão brutal quanto o japonês para rivalizar com o mercado internacional. Os avanços tecnológicos da Alemanha se direcionaram à química fina, aos setores de equipamentos automotivos e instrumentos de precisão.

Nesse contexto de industrialização pela modernidade e seus sistemas, a situação brasileira foi completamente diferente da alemã e da japonesa. Darcy Ribeiro (1995, pg. 201 e 202) traça um histórico e narra que:

A moderna industrialização brasileira teve o seu impulso através de dois atos de guerra. Getúlio Vargas impôs aos aliados, como condição de dar seu apoio em tropas e matérias-primas, a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e a devolução das jazidas de ferro de Minas Gerais. Surgiram, assim, imediatamente após a guerra, dois dínamos da modernização no Brasil. Volta Redonda foi a matriz da indústria naval e automobilística e de toda a indústria mecânica. A Vale do Rio Doce pôs nossas reservas minerais a serviço do Brasil, provendo delas o mercado mundial. Cresceu, assim, uma das principais empresas de seu ramo. Essa política de capitalismo de Estado e de industrialização de base provocou sempre a maior reação por parte dos privatistas e dos porta-vozes dos interesses estrangeiros (RIBEIRO, 1995, págs. 201 e 202).

Darcy Ribeiro continua,

Em consequência ao período getulista, Juscelino Kubitschek (JK) fora eleito presidente, desencadeando a industrialização substitutiva àquela incitada por Getúlio. JK abandona a política de capitalismo de Estado e vai ao mercado, atraindo numerosas empresas para implantar subsidiárias no Brasil, no campo da indústria automobilística, naval, química, mecânica, etc. Para tanto, concedeu toda a sorte de subsídios, tais como terrenos, isenção de impostos, empréstimos e avais a empréstimos estrangeiros (RIBEIRO, 1995, p. 202).

Passado o período do poder JK, Jânio Quadros é deposto do poder e João Goulart assume como último presidente do Brasil antes da Ditadura Militar de 1964. Nesse ínterim, Prado Júnior (2000, p. 44) alimenta que as contradições iminentes do processo decorrido da modernização conservadora no Brasil até aquele momento, atingiram tal agudeza que não teria mais como disfarçar-las. Essas contradições abraçaram sacrifícios a importantes setores da população, não conseguindo abrandar até ali nenhum dos grandes males que freavam o progresso nacional, agravando muitos deles. Desde que o Brasil se dispôs ao processo modernizatório e industrial, nenhuma profundidade social em razão da penetração nos sentimentos e na vida da população fora percebida. Prado Júnior ainda manifesta que foi esse cenário de agitação e circunstâncias altamente favoráveis aos oportunismos demagógicos das elites que culminou com o Golpe de 1964.

CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E O SISTEMA MUNDO

O desenvolvimento industrial no Brasil é repleto de características originárias do período pós-guerra. A análise do processo de industrialização no país passa por diferentes pontos de mudanças políticas, econômica e tecnológicas assumidas pela indústria nacional ao longo dos anos. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Segundo Freyre (2004), parte predominante dos proprietários rurais brasileiros estavam inclinados à manutenção do sistema escravocrata por conta da sua dependência econômica, *status* social e poder político-hegemônico. Foi apenas através de largas experiências abolicionistas internacionais que as oligarquias brasileiras, representadas pela elite agrária e famílias abastadas cederam, muito por conta da óptica de guerra de classes emergida na Inglaterra, onde, durante todo o final do século XIX, árduas disputas entre protecionismo e liberalismo se antagonizaram.

A falta de objetividade da nova burguesia que se formou no Brasil após o período abolicionista, conduziu o país por uma via tortuosa e distante das disputas capitalistas vivenciadas no mundo no mesmo período. Florestan (1975, p. 294) afirma que a nova constituição da burguesia nacional partiu de um “princípio especificamente político”, a partir do momento que a ação burguesa após a abolição foi ocupar as instâncias do Estado e, em torno dele, mantendo a sua dominância e com uma visão ainda mais ampla, notando o poder estatal como sustentáculo dos seus interesses passíveis de serem universalizados. O autor também imputa que essa ação não deixou de dar continuidade à submissão brasileira às forças imperialistas, nem mesmo alterou a conjuntura produtiva econômica nacional, apenas se adaptou a uma nova realidade e a converteu ao seu favor.

A continuidade e a preservação das *comodities* (principalmente o café), como maiores fomentadoras da economia nacional, fez com que o Brasil se visse num caminho de um capitalismo dependente e estruturado, segundo Florestan (1977, p. 144), em duas grandes segmentações: a primeira, interna, representada por classes dominantes que se beneficiavam da preservação e concentração de riqueza, do poder e do estilo político herdado do passado recente; a segunda, externa, representada pelos setores internacionais, das economias do centro, interessados num capitalismo monopolista e de intervenção direta no molde econômico brasileiro, cuja força fora denominada “comunidade internacional de negócios”.

Furtado (1977, p. 238) afirma que a realidade brasileira, durante quase todo o século XIX e anos iniciais do século XX, fora tendenciosa à estagnação econômica, onde as condições de vida da população pouco diferiam das do fim do período de dominação portuguesa. Foi isso que, em partes, possibilitou a formação de um primeiro, mas volumoso, núcleo industrial no Brasil, formatado através de fenômenos como:

“a) contínua depreciação da moeda nacional, tornando os produtos importados cada vez mais caros e gerando estímulo para a produção de itens indispensáveis à subsistência da classe trabalhadora, cujo crescimento deu origem ao surgimento de um pujante mercado de trabalho capitalista, e de um não menos dinâmico mercado consumidor de bens-salário³, cujo abastecimento não poderia ser atendido quer pelas importações, quer pelo artesanato e manufatura então existentes; o baixo custo da mão de obra local e as facilidades de obtenção de certas matérias primas, dando origem a unidades de processamento dirigidas por empresários estrangeiros e financiadas por capitais de fora, com vistas à exportação de bens intermediários e de alimentos semiprocessados – como foi o caso dos frigoríficos instalados no país a partir da Primeira Guerra Mundial; c) as crescentes dificuldades da comercialização de produtos importados, provocadas pelo seu encarecimento através da progressiva desvalorização da moeda brasileira, e da gradativa imposição de taxas alfandegárias

³ Conjunto de bens produzidos por cada país, que constituem a cesta básica de consumo do trabalhador, segundo o seu padrão de vida.

para socorrer as finanças públicas, fazendo surgir filiais e subsidiárias de empresas estrangeiras encarregadas das etapas finais do processamento industrial de produtos semielaborados importados a custos fiscais menores que os das anteriores importações de produtos acabados” (FURTADO, 1977, págs. 238 – 240).

A fragilidade social, econômica e política vivenciada no período que concerne os anos de 1888 a 1930 no Brasil, fez com que o país se tornasse vítima de si mesmo, não sendo capaz de suportar as pressões externas e internas para a atualização do seu modelo de desenvolvimento. Domingues (2002) afirma que os grandes proprietários agrários e oligarquias poderosas do período pré-abolicionista continuaram preeminentes e poderosos mesmo com o passar dos anos, consolidando suas instâncias de dominação e, ao mesmo tempo, obedecendo ao rito institucional dependente do centro econômico. A industrialização brasileira foi tardia e forçada, por não termos conseguido nos desvencilhar dos grilhões do passado no tempo. Esse capítulo abordará a industrialização brasileira até os anos 1970, mas introduzir o assunto sob o prisma da pós-escravidão é *sine qua non* para a compreensão do texto.

A partir dos anos 1940, empresas como Vale do Rio Doce, Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, entre outras, surgiram como pioneiras da modernização tecnológica, laboral e estrutural que o país vivenciara. Trivellato (2016) contextualiza que os investimentos de empresas belgas, japonesas, americanas, alemãs e francesas, principalmente, foram fundamentais para o crescimento da Belgo-Mineira, da Usiminas, entre outras empresas privadas que formavam o setor siderúrgico, responsável por alavancar a economia nacional na escala de 30% da produção industrial do Brasil na época.

Isolando todas as variáveis históricas que ocorreram nesse período de análise (II Guerra, Bretton Woods, Guerra Fria, entre outras) e que foram terminais para a elaboração das regras comerciais e do sistema monetário internacional, a industrialização nacional pouco acompanhou as trajetórias tecnológicas norte-americanas, alemãs e japonesas, que, de acordo com Arend (2009), foram as mais notáveis vias de renovação da base técnica industrial do planeta.

Enquanto o Brasil ainda tinha em sua estrutura industrial um capital essencialmente formado por indústrias de transformação de matéria prima, do setor agrário, têxteis, metalúrgico, petróleo bruto, entre outras manufatureiras e de base, EUA, Japão e Alemanha operavam com microeletrônica, telecomunicações, biotecnologia e novos materiais, abandonando o ritmismo metal-mecânico-químico. Essa nova forma de produzir, mais eficiente e menos custosa, possibilitou a retomada do crescimento dos três países através de novas bases tecnológicas e produtivas (ARENDA, 2009).

A indústria, quanto qualquer outro setor econômico, é criada a partir de iniciativas particulares, governamentais/estatais ou mistas, e mobiliza diversos elementos que constituem as suas atividades de meio e fim⁴. Desde a implantação de máquinas, mão de obra, matérias primas em geral e energia, até as mais profundas faturações administrativas quanto ao mercado consumidor, formas de financiamento, entre outras, a indústria se constitui como uma atividade complexa e fundamental para aglutinar forças capazes de movimentar a economia de um país.

Trivellato (2016) afirma que a formação da indústria no Brasil se deu a partir de 4 grandes iniciativas: 1) os “capitalistas sem capitais”, gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com o sem experiências industriais anteriores, aos quais podemos acrescentar os comerciantes das zonas de colonização europeia do sul do Brasil; 2) comerciantes de exportação e importação e fazendeiros das grandes lavouras, que, de modo geral, só se interessaram pelo modo industrial depois que esse se demonstrou seguro; 3) iniciativas estatais, tipo Volta Redonda, nascidas durante o governo Getúlio Vargas⁵; e 4) iniciativas estrangeiras, que vieram em consequência da industrialização em andamento.

Trivellato (2016) ainda afirma que as iniciativas estatais no Brasil vieram a partir de mudanças ocorridas no cenário político do país. O autor cita que a Revolução de 1930⁶ enfraqueceu a aristocracia rural e motivou o aparecimento de um novo governo de inclinações nacionalistas, inclinado a fortalecer a indústria nacional e a promoção do trabalho através da siderurgia, do petróleo, da energia, da produção têxtil e da automobilística. Da mesma forma, esse novo governo corroborou com o surgimento de aglomerados privados surgidos da burguesia nacional, principalmente para as indústrias de papel, cobre, alumínio, carbono e vinho.

As iniciativas estrangeiras para com a indústria nacional foram essenciais para aumentar a velocidade da industrialização no país, da mesma forma que foram capazes de criar novos hábitos de consumo na população ao trazerem produtos do estrangeiro que somente as elites burguesas tinham acesso. Porém, junto disso, também trouxeram consigo, além das formas de produzir, as de pensar o sistema econômico como um todo. Trivellato (2016) afirma que a

⁴ Atividades de meio: ações, dentro do processo industrial, que não correspondem diretamente à produção em si, mas que fazem parte da organização do todo: limpeza, jardinagem, almoxarifado, setores administrativos, entre outros; atividades fim: atividades relacionadas diretamente ao processo produtivo, aquelas que são registradas burocraticamente no contrato social da firma.

⁵ O governo Getúlio Vargas, a partir do ano de 1941, instalou em Volta Redonda – RJ, grande base da Companhia Siderúrgica Nacional, dentre outras obras da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobrás (essa a partir de 1953), destinadas à exploração do minério de ferro trazido de Minas Gerais, contribuindo para o aceleração industrial do Brasil.

⁶ Revolta armada organizada pelas oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, contra o governo do Presidente Washington Luis, promovida pela então chamada Aliança Liberal, sob a liderança de Getúlio Vargas.

implantação das indústrias estrangeiras reforçou a mentalidade consumidora da sociedade brasileira tradicional, contribuindo para a formação de uma nova sociedade de consumo, aos moldes americanos, abrangendo a classe média como principal veio de fomento da oferta.

Conduzindo esse raciocínio, encontramos na literatura de Furtado (1977, pgs 20-25) que o tipo de industrialização promovido no Brasil, principalmente a partir das indústrias estrangeiras, contribuiu muito pouco para a ampliação do mercado interno, uma vez que a “consequência principal desse tipo de expansão é criar uma elevada taxa de sobre-lucros”, fazendo com que a maior parte do capital gerado na indústria estrangeira fosse direcionado ao seu país de origem e a produção em si não objetivasse a melhoria de vida da grande massa popular e trabalhadora do país.

Furtado (1977, p. 28) também discorre que, sem perder seu caráter universal, as consequências gerais da industrialização no Brasil apresentaram especificidades positivas, tais como: “a) maior grau de independência da economia do país vis-à-vis as flutuações do mercado internacional de produtos primários; b) de possíveis mudanças na estrutura agrícola; c) da integração das diversas economias do país numa estrutura única.” Para o autor, mesmo a industrialização do Brasil sendo capaz de criar uma policulturalização da economia, vinculando-a ao mercado interno e integrando-o em torno do setor industrial, oferecendo um caminho alternativo à monocultura e aos grandes conglomerados oligárquicos-agrários, foi “uma longa e incerta marcha na busca de uma alternativa ao modelo clássico de crescimento extensivo à base de exportações” (FURTADO, 1961, p. 233), a partir da doutrina liberal produtivista em que o mercado interno se dá como o centro dinâmico principal da economia.

Silva & Szmrecsányi (2002), afirmam no mesmo caminho, que o que ocorrera no processo de industrialização no Brasil foi uma espécie grosseira de aceleração e rápida ampliação do setor que já existia no país desde o final do século XIX (contando a expansão das indústrias cafeeiras, têxteis, entre outras), não a criação de algo novo e arrojado. O autor também aponta que o Brasil não fora capaz de produzir, por si só, equipamentos e novas tecnologias, trazendo do exterior equipamentos de segunda mão e de outros expedientes.

Sob essa perspectiva, o Brasil se industrializou, mas não foi detentor de pioneirismo revolucionário capaz de transformar a realidade nacional a partir da melhoria da condição de vida do seu povo. Para Furtado (1961, p. 257):

“o modelo de desenvolvimento industrial do Brasil, que se assemelhou inicialmente ao americano, veio a parecer-se mais com o europeu da primeira metade do século XIX, à medida que o próprio país se industrializava e adquiria fluidez em seu mercado de trabalho [...] os salários reais nas indústrias tenderam a permanecer estacionários

no decorrer de todo o desenvolvimento subsequente, uma tendência que seria reforçada pelo tipo de tecnologia que prevaleceu orientada no sentido de poupar mão de obra, fazendo com que os benefícios da elevação da produtividade fossem absorvidos pelos lucros” (FURTADO, 1961, p. 257).

A rápida e explosiva expansão da economia brasileira, a partir da industrialização, obedeceu ao rito do desenvolvimento dependente. A mão de obra humana fora, grosso modo, substituída pela mecanização da indústria, que colocou em evidência o princípio da otimização dos lucros em detrimento de qualquer outra força. *Deus ex-machina* se tornou a visão de maior alcance e a automação dos processos, então manufaturados, se tornou o objetivo principal dos negócios.

Furtado (1969, p. 22) diz que a industrialização no Brasil foi submetida a um processo de desenvolvimento dependente, baseado no modelo de produção aos moldes do capitalismo europeu e estadunidense. O deslocamento do centro dinâmico do capitalismo brasileiro da agricultura, do senhorio e da pecuária rurais para a industrialização urbano foi provocado por acontecimentos diversos, tanto pelo êxodo rural-urbano ocorrido para as grandes cidades, quanto pelo desenvolvimento de grandes complexos industriais, mas o desenvolvimento desse fenômeno fora sintetizado a partir da repetição do modelo já conferido nas nações do centro no início dos anos 1930.

Após a Grande Depressão de 1929, as indústrias dos países centrais passaram a enxergar o mercado interno como elemento de saída da crise, passando a produzir com maior ênfase em prol do consumidor nacional e diminuindo a produção voltadas às importações. Furtado (1961, p. 238) analisa que, no Brasil, não foi diferente. O mercado nacional estava abarrotado de uma grande e extensa massa trabalhadora, criada no interior da economia cafeeira e, agora, migrada para as cidades em busca de colocação nas indústrias. O autor analisa que esse processo criou “um mercado interno relativamente amplo e geograficamente concentrado, com base no qual teve lugar um desenvolvimento industrial, particularmente de manufaturas têxteis e alimentícias, transformadoras de matérias-primas locais” (p. 236). Esse excedente de mão de obra aumentava o poder competitivo das manufaturas de produção interna, colocando a já substituível mão de obra humana a preços baixíssimos.

A primeira etapa da industrialização no Brasil fora marcada pela crescente desvalorização cambial da moeda nacional e pelo arroubo do êxodo rural-urbano, fatos que geraram dois grandes episódios: a existência de um grande e recém criado mercado interno, ávido por bens de consumo; e a proteção automática nas etapas de contração da renda (FURTADO, 1961, p. 237). A segunda etapa desse processo foi a entrada de grandes *players*

internacionais no mercado nacional, que, até o momento, não viam o mercado brasileiro com o mesmo interesse que os seus mercados nacionais. Parte importante da inserção industrial estrangeira no mercado do Brasil foi voltada aos setores de eletricidade, telefonia e estradas de ferro, situando-se principalmente no Estado de São Paulo (TRIVELLATO, 2016).

“A indústria estrangeira, especialmente instalada em São Paulo, provocou numerosas consequências no mercado nacional brasileiro. Estabelecidas não só para operar no mercado do Brasil, mas em toda a América Latina, procuraram obter facilidades para a sua política de exportações: apoio à política da ALALC⁷, incentivos fiscais, etc. A partir de 1964 o governo brasileiro oficializou esta tendência, que favoreceu inúmeros ramos industriais, inclusive aqueles comandados pela iniciativa nacional, especialmente os caracterizados por forte participação da mão-de-obra nos custos de produção (têxteis, calçados, etc.). Por outro lado, empresas estrangeiras passaram a exportar de suas fábricas no Brasil para suas matrizes (Volkswagen, Ford, etc.). Outra consequência importante foi a concorrência que passaram a realizar aos fabricantes nacionais, como nos setores de eletrodomésticos (GM, GE, Philips, etc.), turbinas (Voith-RFA), elevadores (Ótis-EUA), etc., provocando fortes desnacionalizações em vários setores: automobilístico, farmacêutico, etc. Inúmeras empresas paulistas foram absorvidas pelas grandes corporações internacionais: Walita (Philips), DKW-Vomag (Volkswagen), Sofunge (Mercedes-Benz), Gessy (Unilever), entre outras. Parte desse fenômeno se deve à má administração ligada ao processo de aristocratização e acomodação de parcelas da burguesia industrial nacional, mas parte se deve à força do capital estrangeiro, à recessão econômica de 1965-66 ligada à política de combate à inflação e ainda à política de concentração econômica estimulada a partir de 1964” (TRIVELLATO, 2016).

Trivellato (2016) também enfatiza que a entrada da indústria estrangeira em território brasileiro também provocou uma mudança importante nos padrões de consumo das famílias: o modo de vida americano. A burguesia citadina brasileira aspirava o consumo de bens de produção, de máquinas domésticas, veículos, entre outros, e essa tendência foi acelerada pela dominação das empresas estrangeiras ao mercado brasileiro. O modo de vida do brasileiro médio foi colonizado pelos hábitos americanos e europeus, mas a influência das indústrias estrangeiras não foi somente nesse espectro, mas, principalmente, na inserção do modo liberal de consumo e produção pela difusão do crédito ao consumidor e na aceleração das políticas de concentração de renda.

Em 1964, a sociedade de consumo brasileira atingia 20% da população e ela nasce paralelamente à existência de 50% de pessoas remediadas ou pobres e 30% de miseráveis. Calculava-se em 1964 que 1/3 dos brasileiros andavam descalços ou se calçavam precária ou

⁷ A Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) foi uma tentativa de livre comércio estabelecida por Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, criada pelo Tratado de Montevideu, em 1960. Estudiosos apontam que uma das razões do seu insucesso foi a burocracia dos mecanismos de liberalização dos mercados nacionais e a influência de países estrangeiros para coibir as ações da associação.

raramente e, entre eles, 16 milhões eram nordestinos (TRIVELLATO, 2016). Isto posto, é notável dizer que a industrialização no Brasil não foi um acontecimento includente, mesmo diante de toda a modernização que trouxera às regiões de maior proporção urbana do país.

A Teoria da Dependência (TD) sintetiza e explica razões políticas, econômicas e sociais que levam as sociedades nacionais a manterem a sua situação de pobreza e sujeição às metodologias dos países ricos; se manifesta quando o desenvolvimento de uma nação é todo ou parcialmente condicionado pela influência de setores oriundos dos principais centros econômicos da Economia (HALLIDAY, 2007, p. 64). A Teoria da Dependência também é um instrumento que visa o estudo da política internacional e seus correlatos, tais como a riqueza, a pobreza, as guerras e os modelos de desenvolvimento.

A Teoria da Dependência goza de trânsito nas instituições acadêmicas dos países em desenvolvimento, essencialmente na América Latina, por se tratar de “uma explicação para compreender as razões sociais, econômicas e históricas que concorrem para manter a situação de pobreza de grande parcela das sociedades nacionais”. A TD também é uma forma para analisar as desigualdades políticas e econômicas que separam os estados industrializados (EUA, Europa, Japão, etc.) e os *dependentes*, normalmente associados à América Latina, países africanos, etc. A TD explica o vértice centro-periferia, estudado pela Geografia Política (HAGE, 2013).

Autores como Ruy Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto são expoentes do estudo da TD no Brasil, explicando os porquês do desenvolvimento brasileiro ter sido direcionado através de uma circulação dependente, mas interpretando de uma forma que também aplica às elites nacionais a responsabilidade do desenvolvimento sufocado no país. Fernando Henrique Cardoso se coloca como um dos principais autores a inquirir o paradigma da industrialização brasileira, que, após a II Guerra, fora dita capaz de evoluir e progredir, revertendo os danos oriundos do período agrário, aristocrata e atrasado.

Marini (2000) afirma que, por mais importante e significativo que possa ter sido o processo industrial no Brasil, desempenhando a substituição de importações de itens básicos pela produção nacional e estendendo o mercado interno a níveis nunca antes vistos, esse não chegou a confirmar o país como uma economia industrial, conformando-o ao caráter da acumulação de capital maquiado numa mudança qualitativa do seu desenvolvimento econômico.

A indústria continuou sendo uma atividade subordinada à produção de bens primários e à exportação, consolidando o núcleo duro do processo de acumulação capitalista. Marini (2000) afirma que o capitalismo dependente se orientava no sentido de se aproximar, em todas as

valências, ao modelo capitalista dos países industriais e, foi a partir dessa base, que se criou no Brasil e na América Latina o pensamento desenvolvimentista-capitalista de que os problemas econômicos e sociais que afetavam as sociedades latino-americanas tinham origem na insuficiência desses países em se desenvolver e que a aceleração da inserção do modelo industrial do centro ao núcleo de cada país da América Latina seria bastante para fazer desaparecer essas insuficiências.

Com o advento do mercado interno e sua rápida expansão, a esfera alta de circulação – orientada pelo consumo da alta sociedade brasileira – se deslocou para a produção interna, passando, muitas vezes, a coincidir com a esfera de consumo das massas trabalhadoras. Desta forma soava que a economia exportadora e esse movimento incomum de quase equiparação das esferas de consumo, passara a se corrigir, fazendo com que o capitalismo dependente se configurasse de tal forma aos países industriais centrais. Foi a partir desse prisma que as correntes desenvolvimentistas passaram a aumentar a sua voz, dizendo que a saída da dependência econômica e industrial era a aceleração do modelo de desenvolvimento capitalista do centro (MARINI, 2000).

Cardoso & Faletto (1970 p. 9), entretanto, discordam em pontos chave do processo de dependência acusado por Ruy Mauro Marini. Para os autores, a palavra dependência não era levada a sério, ao ponto de contestarem a relação imperialista que a palavra trazia para a discussão em torno do desenvolvimento industrial, especialmente no Brasil. Para eles, imputar a razão de tudo em torno da dependência, além de ser uma preguiça ideológica, era corroborar que todo o entorno do desenvolvimento dos países periféricos estaria associado aos plenos objetivos dos países dominantes – onde tudo (ou quase) se explicava como consequência da lógica do capital monopolista ou dos desígnios dos países imperialistas.

Para Cardoso & Faletto (1970, p. 11), o sistema dependente era uma ideia forçada pelo fato de que as classes dominantes e os políticos dos países periféricos, juntamente aos seus “congêneres do centro”, possuíam interesses semelhantes e conciliáveis, por essa causa o arranjo político se dava em torno das classes e setores mais abastados da Economia de ambos os centros (periféricos e centrais). Para os autores, foi esse sistema de simetria de classes – denominado de “desenvolvimento dependente-associado” – que impulsionaria o desenvolvimento econômico e não levaria as economias periféricas à estagnação.

Cardoso & Faletto (1970, p. 12) ainda apontam que a tendência central de desenvolvimento teria sido a globalização – e não a relação predatória entre centro e periferia -, cuja forma fizera possível que houvesse maior interligação entre os países duais e, com a evolução dessa tendência, a própria noção de centro e periferia passaria a ser menos útil, a partir

do momento em que as interconexões entre as fronteiras nacionais fossem diminuídas devido a formação de “ilhas de prosperidade” capazes de integrar diversos países e homogeneizando as formas de desenvolvimento.

Marini (1973) dispõe que a inflexão dependente pela globalização no desenvolvimento das relações capitalistas fez com que a América Latina apresentasse peculiaridades, mas que a forma se deu na sua “perspectiva conjunta do sistema tanto a nível nacional quanto internacional”. Essa assertiva se assemelha substancialmente à Teoria Sistema-Mundo, provocada por Immanuel Wallerstein. Wallerstein (2012, p. 18) analisa a formação do sistema capitalista até os dias atuais e denota que o capitalismo é um sistema mundial e a unidade de análise correta para estudá-lo é o sistema mundo, não países e suas influências de forma isolada. Dentro desse sistema estariam a Economia, a Política e as inerências socioculturais de cada povo interconectadas e não separadas e conflitantes, conforme a TD implica. Wallerstein (2012, p. 19) ainda implica que as regras de legitimação dentro do sistema mundo seriam validadas pelos próprios estados nacionais e suas respectivas classes dominantes.

Dessa forma, para Wallerstein, o capitalismo se baseia e conta com o fator político de cada nação, apesar de sua ideologia dizer o contrário, que quer a mínima ou nenhuma interferência do Estado. E ainda prossegue afirmando que o capitalismo, como um modo econômico, baseia-se no fato de que os fatores econômicos operam numa “arena maior do que qualquer entidade política pode controlar totalmente”, fornecendo uma grande margem de manobra aos capitalistas e tornando constantemente possível “a expansão econômica do sistema mundial”, apesar da distribuição desigual dos seus resultados. Wallerstein ainda narra que não há um sistema mundial alternativo capaz de concorrer com este sistema econômico mundial e realizar uma melhor distribuição econômica, pois não há um governo mundial e, se houvesse, deveria ser um governo socialista para que fizesse a redistribuição das riquezas geradas e produzidas, mas que, nesses moldes, esse seria uma terceira forma de sistema mundial (MARTINS, 2015, p. 99).

Wallerstein (2012, p. 21) estuda o processo evolutivo do capitalismo e divide os aspectos definidores do sistema mundo em três categorias em níveis distintos: o centro, que seria configurado pelos países com produção de alto valor agregado tecnológico, produtor de mão de obra especializada e de alta produção acadêmica, com forte poderio de articulação do seu domínio além das suas fronteiras; a semi-periferia, configurada pelos países de industrialização básica ou remota, não produtores de tecnologia (mas capazes de absorvê-la dos países do centro), com mão de obra semi ou não especializada e identidade cultural relativamente pujante; e os países de periferia, produtores de coisas primárias, dotado de mão de obra não especializada, sem controle da sua política interna (sequer externa) e com identidade nacional fragmentada, prevalecendo identidades étnicas e religiosas.

Segundo Wallerstein (2012) estados nacionais como o brasileiro atuam no sentido da periferização dos processos de produção na América Latina, garantindo fluxos de mais valia para países do centro através de trocas desiguais (emprego por lucro ou isenção de impostos a longuíssimos prazos, por exemplo). Para o autor, o papel do Brasil seria impedir que os problemas da periferia chegassem diretamente ao centro. Cada país semi-periférico teria uma espécie de responsabilidade externa sobre os periféricos, tal qual a história diplomacia brasileira exerce sobre o Haiti, por exemplo. Wallerstein ainda aplica que essas relações entre os três enquadramentos seriam de forças sociais que se expandem em classes mundiais e acompanham o interesse do capitalismo como um todo.

Diante desses parâmetros, pode-se afirmar que o processo de industrialização do Brasil estaria condicionado a uma dinâmica persistente e insistente provocada pelos interesses dos países centrais, mas não aconteceria apenas por esse fator. A influência das elites brasileiras e da política nacional também era um fato a ser considerado, pois partia delas as disposições legais para o traçar da economia e do modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar. Imputar o desenvolvimento industrial brasileiro ao simplismo de ser um produto dos países centrais e diminuir a responsabilidade que as camadas sociais influentes do nosso país tiveram em conduzi-lo a um arcabouço desenvolvimentista dependente.

CAPÍTULO III – A CEPAL COMO LOUSA E A SUDENE COMO GIZ DO DESENVOLVIMENTISMO FURTADIANO

Celso Furtado foi um dos maiores expoentes do pensamento econômico na América Latina do século XX. O amparo às suas ideias, propostas e discussões é notado até hoje, tanto pelo Centro Celso Furtado, destinado à pesquisa científico-econômica, tanto pela herança deixada pelo pernambucano no universo acadêmico nacional. Na sua atuação acadêmica e política, Furtado lecionou em universidades estrangeiras, participou ativamente do período de transição da ditadura militar para o presidencialismo e contribuiu com a criação do Ministério da Cultura no governo do ex-presidente José Sarney.

Dentre os principais manifestos de Furtado está o relacionado à sua teoria do subdesenvolvimento, pensada e florescida através da sua atuação enquanto membro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Através da idealização construtiva em prol do debate econômico a qual a CEPAL se propunha, Furtado pôde, ao longo do seu percurso na comissão, detalhar a sua forma de pensar as economias latino-americanas e

estabelecer um entendimento do porquê a parte antártica do continente americano possuía indicadores socioeconômicos tão díspares em comparação a Estados Unidos, Canadá e Europa.

Pela concepção furtadiana, os países da América Latina foram planejados numa “condição estrutural de subdesenvolvimento”, criada a partir de fatores históricos determinados ao longo dos anos de exploração, escravidão e servidão aos países do centro (FURTADO, 1980). Com a CEPAL, Furtado pôs no papel e na História essa interpretação e buscou, através dos seus mecanismos, traduzir seu escrutínio econômico para a comunidade internacional, principalmente àquela ligada aos países latinos e, em especial, ao Brasil.

Criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, no ano de 1948, em Santiago – CL, a CEPAL objetivava discutir, referenciar e propor o dinamismo socioeconômico que os países da América Latina e do Caribe deveriam adotar. Organizava o prólogo do trabalho desenvolvimentista que deveria ser aplicado nos países que estivessem sob o seu domínio regimental. A CEPAL se manifestou como um quadro de proposições e debates que os países latino-americanos deveriam referenciar suas políticas. À batuta de Raúl Prebisch⁸, a CEPAL protagonizou o papel metodológico de recitar a dicotomia periferia-centro e coaduná-la com a solução da equação trabalho x renda.

La riqueza del método cepalino reside en una fértil interacción entre el método inductivo y la abstracción teórica formulada originalmente por Prebisch. La construcción del método se basó en la oposición entre "periferia" y "centro", que desempeñó un doble papel analítico: primero, sirvió para afirmar que la estructura mencionada determinaba un patrón específico de inserción en la economía mundial como "periferia", productora de bienes y servicios con una demanda internacional poco dinámica, importadora de bienes y servicios con una demanda interna en rápida expansión y asimiladora de patrones de consumo y tecnologías adecuadas para el centro pero con frecuencia inadecuadas para la disponibilidad de recursos y el nivel de ingreso de la periferia; Segundo, derivó en la idea de que la estructura socioeconómica periférica determina un modo singular de industrializar, introducir el progreso técnico y crecer, así como un modo peculiar de absorber la fuerza de trabajo y distribuir el ingreso (CEPAL, s/ano).

A compreensão do dicionário desenvolvimentista, seccionando os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é uma temática pouco encontrada até a Segunda Guerra Mundial. O economista alemão Heinz Arndt, em sua obra *Desenvolvimento Econômico: a história de uma ideia* (1987) manifesta que a utilização dessa terminologia era baseada na exploração dos

⁸ Economista argentino (1901 – 1986), foi Secretário-Geral da CEPAL, diretor do Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) e fundador da Revista da CEPAL. Em vida, Prebisch dedicou-se à solidificação econômica, social e política da América Latina, sob os pontos de vista de desenvolvimento social, igualitário, integrado e estrutural. Prebisch se tornou um dos principais nomes da Economia latino-americana.

recursos naturais, absolutamente interligado ao contexto colonial presente à época e não possuído de qualquer conclave direcionado à melhoria de vida das pessoas e do bem estar social (discussão essa que seria cartada somente após o *welfare state*)⁹. Porém, após o conflito, em 1948, na constituição da CEPAL, a internacionalização da discussão ao redor do desenvolvimento foi evidenciada.

Foi após a II Guerra que a faturação do desenvolvimento econômico se tornou um projeto político saído dos países industrializados em rumo aos do Terceiro Mundo¹⁰. Os países pouco industrializados e recém saídos do trato colonial, tinham como característica comum o baixo índice de produtividade, altos indicadores de desemprego e mão de obra barata, políticas públicas ineficientes entre outras incongruências sociais que os colocavam sob esse crivo epistemológico.

Arndt (1987, p. 49) explica que o período que se seguiu ao final do segundo grande conflito mundial gerou grandes alterações no cenário político e trouxe novos discursos ao cenário internacional, empreendendo estratégias de desenvolvimento, adotadas pelos países industrializados, que consistiam em moldar uma nova espécie de colonialismo nos países do terceiro mundo, consolidando seus processos de modernização às custas da exploração desses.

Nos países desenvolvidos, a preocupação não era mais, como fora no período entre guerras, com a instabilidade da economia e o desemprego, mas sim com o crescimento econômico. Essa preocupação determinou também o entendimento sobre o desenvolvimento econômico dos países mais pobres, que passou a ser concebido como sinônimo de crescimento e medido pelo aumento da renda per capita (ARNDT, 1987, p. 2).

No mesmo sentido de Arndt, o crítico do pensamento cepalino André Gunder Frank (1980, p. 15-17) estabeleceu seu texto ao descrever que o novo modelo colonial de exploração dos países do terceiro mundo, promovido pelas economias centrais, não buscou resolver problemas de quaisquer ordens nesses países, mas importou um modelo de modernização econômica forçado e baseado em etapas de um capitalismo que replicava a exploração das

⁹ O *welfare state* ou Estado de Bem-Estar Social foi uma política desenvolvida por Keynes, onde o Estado poderia intervir na Economia no sentido de garantir emprego, mexer nas taxas de juros e incentivar obras públicas como medida de garantir a empregabilidade, o consumo das famílias e melhorias de vida para a população em geral, principalmente às classes mais carentes. Para Keynes, os exemplos socialistas eram reais e precisariam ser combatidos a partir da reforma do capitalismo e seus estímulos para a ajuda social e amparo financeiro, para que a população em geral se sentisse satisfeita com o modo de vida adotado pelo *welfare state*.

¹⁰ O conceito de Terceiro Mundo disposto neste trabalho é o original, colocado pelo economista francês Alfred Sauvy, ao dispor sobre o *tiers etat* ou Terceiro Estado, quando aludida a Revolução Francesa, manifestando que o Terceiro Estado “não era nada, pois se estende em todas as direções e aspira por ser alguma coisa”. Nesse sentido, o Terceiro Mundo seriam aquelas nações recém emancipadas da tutela colonial, da América Latina, entre outros estados nacionais fora do centro político econômico dos EUA, Europa e Japão.

antigas metrópoles, mas agora objetivando o enriquecimento das elites nacionais e internacionais às custas da superexploração de mão de obra barata.

Nesse cenário, a CEPAL surge como um importante adido na política internacional da época, sendo fortemente influenciada pelas confluências do neocolonialismo e da Teoria da Dependência. Opulenta de teorias economicistas liberais, a CEPAL ganha espaço no âmbito da discussão da desigualdade na agenda internacional, tanto na perspectiva analítica quanto na influência das práticas de governo dos países aos quais colocou seu bastião. Torna-se mister salientar que a construção deste texto analisa o cenário do desenvolvimentismo-capitalista em Celso Furtado e seus estudos na CEPAL e a aplicação dos mesmos na SUDENE.

3.1 A CEPAL estruturalista de Prebisch e o subdesenvolvimentismo de Furtado

A CEPAL se desenvolveu como um mecanismo de formação de pensamento, pautado nas tendências econômicas e sociais que acompanhariam os países latino-americanos a médio e longo prazos. No episódio trazido por esse texto, faremos um prólogo da CEPAL pela visão profícua de Raúl Prebisch e, logo após, a evolução do texto será dada sob a perspectiva de Celso Furtado. Autores como Mendia Echeverría e Aníbal Pinto não serão contemplados neste texto, mas destacamos suas obras como fundamentais para aquele que quiser entender outras concepções cepalinas.

A partir de los años cincuenta, el debate sobre el Estado y la economía se ve influenciado por las ideas desarrollistas impulsadas desde la CEPAL. Raúl Prebisch, Celso Furtado, Mendia Echeverría y Aníbal Pinto se cuentan entre los intelectuales que señalaron la necesidad de la acción del Estado en el impulso de políticas industriales destinadas a superar la dependencia y la asimetría de los términos de intercambio que caracterizaba la inserción económica de América Latina en el mundo (CEPAL, 2016, p. 290)

Bielchowsky (2000, p. 20) coloca que as obras dos autores cepalinos foram traçadas a partir do caráter estruturalista¹¹ protagonizado por Prebisch (1949), num diagnóstico da “profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do

¹¹ A Teoria Estruturalista do Desenvolvimento (TED) procura explicar por que certas regiões ficam para trás do ponto de vista da sua renda por habitante e por que esse atraso é acompanhado por uma notável desigualdade distributiva, tanto no interior da região atrasada como entre os países. No manifesto que fundamentou a CEPAL, Prebisch (1949) aponta a difusão lenta e desigual do progresso técnico em escala internacional como ponto de partida para explicar a origem das diferenças entre o nível de desenvolvimento dos países. (Biblioguías de la CEPAL, disponível em: https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt/sigloXXI/heterogeneidade-estructural, acesso em 17/10/2022).

modelo de crescimento primário-exportador, ao modelo urbano-industrial”. A teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico de Prebisch instalou-se no centro das análises como consequência direta que a CEPAL refletia. Tratava-se de examinar o modo próprio como se dava a transição primária-exportadora nos países latino-americanos, entendendo-a como condição de que o processo produtivo se movia sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período exportador (BIELCHOWSKY, 2000, p. 20).

A erudição centro–periferia, examinada em Prebisch, foi balizada pelo fomento do método histórico-estrutural de sua narrativa, colocando em evidência o funcionamento da economia e da sociedade. O autor partiu da ideia de que os próprios pesquisadores são sujeitos sociais capazes de ponderar sobre as suas próprias realidades através de análises críticas. Essa concessão fundamental de Prebisch foi basal para que a CEPAL conferisse seu caráter de promotora de conhecimento e pesquisa. A contribuição de Prebisch para o pensamento cepalino foi adequada às relações centro-periferia e à desigualdade gerada internacionalmente pelas diferentes formas de especialização produtiva. A CEPAL (2020) informa que a desigualdade dentro da América Latina estava implícita no conceito de dualidade e heterogeneidade estrutural observadas em Prebisch, quando analisada a interferência das políticas externas e das mudanças estruturais promovidas pelos países do centro em relação ao desequilíbrio das balanças comerciais das periferias.

A política de desenvolvimento tem que se basear em uma interpretação autêntica da realidade latino-americana. Nas teorias que recebemos e continuamos a receber dos grandes centros, há com frequência uma falsa pretensão de universalidade. Toca-nos essencialmente, a nós, homens da periferia contribuir para corrigir essas teorias e introduzir nelas os elementos dinâmicos que requerem para aproximar-se de nossa realidade (PREBISCH, 1964, p. 27).

Em *Fantasia Organizada*, Furtado (1985) explica que o complexo desenvolvimentista latino-americano sofreu um processo de transição concernente entre dois grandes períodos que efetivaram a política regional: a semicolonialidade e a do desenvolvimento. Para o autor, essas razões dimensionaram uma nova realidade coletiva do acontecer histórico, determinando como seriam dispostas a forma e a condição da América Latina se desenvolver, através da perda de um eixo central que conectava a sociedade semicolonial às nações centrais, e dos desdobramentos dessa mudança em suas instâncias nacionais.

A dicotomia centro e periferia desempenhou funções analíticas no pensamento cepalino, construindo base fundamental para sua coerência política e ideológica. A estrutura denominada periferia fora colocada para determinar um conjunto de países que, apesar de produtores de bens

e serviços, tinham pouca ou nenhuma demanda internacional pela sua produção, com economias dependentes das importações para aplacar a demanda doméstica. Os grandes produtores de tecnologia e recursos industriais modernos eram adequados ao centro.

A interferência do centro se deu também na criação da CEPAL, quando essa passou por uma resistência organizada pelos Estados Unidos, que não aceitou outra instituição alheia à Organização dos Estados Americanos (OEA). Furtado (1985) afirma que a CEPAL era vista como uma instituição que atropelava a docilidade comprovada da OEA, situada em Washington e composta por “um pessoal latino americano que logo se deslumbrava com as maravilhas do padrão de vida *yankee*, com embaixadores vacinados contra o espírito regional por rivalidades e ciúmes”. Não seria interessante aos EUA ter, em seu quintal, países do Terceiro Mundo pensando numa organização socio-político-econômica de forma não obediente aos ditames traçados no pós-guerra.

A CEPAL ajudou a organizar *insights* que já compunham o *hall* teórico nos países latino-americanos, principalmente no Brasil. Temas como a defesa da industrialização, a diversificação da produção interna e a organização do espaço urbano-industrial já compunham as mesas de discussão da política brasileira desde o final do século XIX, mais notavelmente nos anos 1920 – 1930. Essas ideias já observadas, com a CEPAL, passaram a se constituir como um grande programa de pesquisa, onde a industrialização foi fato antes de ser política e foi política antes de ser teoria (FONSECA, 2000).

A criação da CEPAL propiciou uma atmosfera desveladamente fértil para a disseminação da noção de desenvolvimento que já vinha se difundindo na América Latina muito antes da fundação daquele organismo de planejamento econômico. Em outros termos, pode-se afirmar que a CEPAL concorreu para homogeneizar a perspectiva de uma ideologia em defesa do desenvolvimento industrial da região e contribuiu para a superação da ignorância dos povos latino-americanos a respeito das verdadeiras razões do desenvolvimento acelerado de algumas nações e do subsequente estancamento e letargia de outras, como as da América Latina. A CEPAL debateu a favor da ruptura do modelo primário-exportador e defendeu a industrialização dos países latino-americanos de forma ativa. A partir de então, a ideia de industrialização passou a dominar não só segmentos do empresariado latino-americano, mas das autoridades governamentais de quase todos os países da região, fazendo com que o povo subdesenvolvido se desse conta de que a natureza de sua situação tinha remédio (ALMEIDA, 2009).

Dispondo Prebisch e a relação conflituosa da CEPAL com países hegemônicos, principalmente com os EUA, coube analisarmos que o autor guarda real importância na estruturação elemental da CEPAL, colocando anilhas no bastão que guia a sua origem. Prebisch dispôs seu texto para provocar a necessidade que os países latino-americanos tinham de costurar seu tecido político-econômico conforme suas próprias realidades e necessidades de seus povos.

Para Prebisch, os EUA compunham a grande força central que, dela, se originavam todas as manifestações ideológicas, políticas, mercantis e econômicas que influenciavam os países periféricos, principalmente da América Latina. Para o autor, os Estados Unidos eram a força vigente que imporá todos os dogmas:

Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico (...) Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos as influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente, quando a Grã-Bretanha tinha o papel de centro cíclico principal (...) Eu creio que o movimento cíclico é universal, que há um só movimento que vai se propagando de país a país. Portanto, não se deveria dividir o processo em várias partes independentes; não há um ciclo nos Estados Unidos e um ciclo em cada um dos países da periferia. Tudo constitui um só movimento, mas dividido em fases muito distintas com características claramente diferentes, segundo se trate do centro cíclico ou da periferia. Por esta última razão, apesar de ser o processo um só, as suas manifestações são muito diversas, de acordo com o lugar em que nos situemos (...) Sustento, por isso, que é impossível aplicar uma política uniforme para abordar os problemas emergentes do ciclo econômico. Não é possível usar na periferia as mesmas armas de intervenção e regulamentação monetária que se usa no centro cíclico (PREBISCH; RODRÍGUEZ, 1981, p. 34-35).

Sob fortes pressões ladeadas pelas teorias liberais vindas dos EUA, a CEPAL teve sua existência questionada. Economistas e sociólogos tentaram dissuadir as lideranças latino-americanas a se oporem às ideias fornecidas pelo pensamento da CEPAL. Um dos mais célebres autores que se opôs foi o professor brasileiro Eugênio Gudín¹², grande defensor do liberalismo econômico. Cardoso (1980) coloca que Gudín¹³ destacava que a Comissão (CEPAL) promovia o risco de um socialismo burocrático ao defender a intervenção do Estado, a natureza estrutural da inflação e o protecionismo.

¹² Tido como o principal economista liberal do Brasil, Eugênio Gudín Filho foi engenheiro, empresário, jornalista, homem público, introdutor dos cursos de Economia no Brasil e Ministro da Fazenda do Governo Café Filho (1954-1955). Defensor das lógicas liberais de estratégia política e econômica, Gudín se baseava na redução da interferência estatal na economia, sendo um dos principais formuladores da direita política brasileira. Teixeira, Maringoni e Gentil (2010) colocam que Gudín era um agressivo polemista, nem sempre refinado e racional, sendo forte opositor dos nacionalistas e dos desenvolvimentistas, entre 1930 e 1964, americanófilo e anti-comunista extremado, tornou-se uma espécie de líder da corrente ultraliberal no Brasil, ao lado de Octávio Gouveia de Bulhões. Para personalidades da direita, Gudín era o “pai de todos nós, o mestre da racionalidade”, de acordo com as palavras de Antonio Delfim Netto. Para a esquerda, expoentes como Darcy Ribeiro o denominavam como “entreguista”, “patriarca dos testas de ferro” e “defensor apoplético do liberalismo” (TEIXEIRA, MARINGONI & GENTIL, 2010).

¹³ Não nos aprofundaremos na construção textual de Gudín e sua obra, mesmo salientando-a como importante para aquele que busque compreender o prognóstico da direita-liberal brasileira para a economia do nosso país e reconhecendo sua importância teórica e histórica para a literatura acadêmica nacional; citamo-na, aqui, apenas para contextualizar o principal ponto de vista oposto à CEPAL.

Opondo-se a esse *roll* de discussões apaixonadas e enebriadas pelas ideologias liberais na América Latina, Celso Furtado trata o conceito de subdesenvolvimento – trazido na CEPAL – de forma rigorosa e analítica. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), o autor define subdesenvolvimento como um processo histórico e ocasionado pela inserção forçosa da massa capitalista central nas estruturas dos países periféricos.

Como economista, pensador e homem público, o paraibano de Pombal Celso Monteiro Furtado (1920-2004) se destacou extraordinariamente em seu tempo. Nos anos 1950, junto com Raul Prebisch, fez parte da CEPAL, exercendo grande influência com suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento que divergiam das doutrinas econômicas dominantes. Estas ideias estimularam a adoção de políticas intervencionistas no funcionamento da economia brasileira, muitas das vezes com o próprio Celso Furtado à frente (CABRAL, 2011).

No conceito de Furtado, subdesenvolvimento estaria relacionado ao padrão de consumo oriundo das sociedades capitalistas do centro econômico mundial, mas não reproduzido pelas dos países periféricos. O consumo das elites na literatura de Furtado não se disporia a partir de um esquema lógico em que ele estaria diretamente ligado à pouca capacidade de poupar e consequente baixo investimento (como impõe a Lei de Say)¹⁴. O que Furtado aplica é que o padrão de consumo doméstico dos países periféricos estaria desassociado do nível de ascensão das forças produtivas e da performance acumulativa de capital que cada estado nacional sustentaria. O consumo doméstico só estaria diretamente relacionado à produção e acumulação se as populações locais tivessem condições suficientes para acessá-los.

Furtado (1969, p. 328) afirma que o problema básico dos países subdesenvolvidos não estaria do lado da escassez de poupança e sim na falta de estímulos às inversões, em razão da limitada capacidade de absorção do mercado. Fica claro em Furtado que o mercado periférico, não era acessado pela maioria da população do país que o compunha. Para que houvesse sopesação entre população e consumo prático, o nível de poupança da população deveria ser compensado através de “estruturas de poder que dificultam a absorção do excedente pelo simples processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos e assegurem um nível relativamente alto de poupança, abrindo caminho para a homogeneização social” (FURTADO, 1969, p. 42).

¹⁴ Lei econômica escrita pelo economista francês Jean Baptiste Say, também conhecida como Lei de Mercados de Say ou Lei da Preservação do Poder de Compra. Say buscou interpretar a lógica do funcionamento dos mercados, sintetizando crescimento econômico como razão da acumulação de capital.

É nessa inflexão que Furtado coloca a diferenciação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo este o real oposto daquele. Para Furtado (1977), desenvolvimento expressava-se a partir de um conjunto multidimensional provocado por incremento e eficácia a produção nacional aos sistemas sociais; à satisfação das necessidades básicas da população; e a utilização de recursos não reprodutíveis por parte de grupos dominantes da sociedade. Essa última condição para o desenvolvimento pode ser entendida pelo envolvimento de disputas políticas em questões abstratas e ideológicas.

Furtado (1977) ainda relaciona a existência de um conceito básico entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, como se houvessem etapas a serem alcançadas. Denominado como processo de “desenvolvimento-subdesenvolvimento”, esse estratagema pode ser entendido como constituidor de um sistema econômico e que, segundo Leite & Vianna (2009), pode ser dividido em duas grandes faces distintas: uma de transformação do modo de produção e outra que reflete a divisão do trabalho intrarregional:

A primeira face trata da transformação das formas, pré-capitalistas, de produção familiar, senhorial, artesanal, ao modo de produção capitalista, com progressiva implantação de mercados, associados à força de trabalho e recursos apropriados privadamente. Essa mudança econômica e social permitiu o desenvolvimento da outra face: maiores canais de divisão do trabalho, desenvolvimento de melhores técnicas produtivas, em realimentação e ampliação da acumulação. A segunda face trata da divisão interregional do trabalho pela economia mundial, induzida pelas atividades comerciais (LEITE & VIANNA, 2009).

Consoante a esse raciocínio, Furtado (1996) ainda define que o procedimento gerador de crescimento nacional e desenvolvimento das burocracias estatais se modificaram com o tempo, ao passo da evolução do capitalismo industrial observada após a segunda metade do século XIX a partir das suas profundas e enérgicas transformações de ordens econômicas, sociais, políticas, sociais e de acumulação. Segundo o autor, foi esse capitalismo industrial que se transformou e formou os “sistemas econômicos nacionais dos países que formariam o clube das economias desenvolvidas do século XX” (FURTADO, 1996, p. 19).

A nova forma de centro, com centralização de decisões no plano nacional, facilitou a concentração do poder econômico e abriu espaço para a emergência de grandes empresas, as quais passaram a exercer crescente influência e controle nos mercados internacionais. Ainda no sentido de uma descrição histórica não aprofundada, posterior e progressivamente se desenvolvem grandes empresas transnacionais, formação de mercados mundiais, oligopólios, disputas internacionais, grandes guerras, todos com efeitos consideráveis na divisão internacional do trabalho ou influenciando países periféricos a deixarem de ser exclusivos

produtores de bens agrícolas; mas se mantém, fundamentalmente, o sentido da acumulação ao centro (LEITE & VIANNA, 2009).

Furtado (1996) busca responder por que a evolução do capitalismo industrial e a consolidação dos sistemas econômicos nacionais não fora um acontecimento comum a todos os países, ao explicar que essa resposta não pode passar pelo livre-mercado. É aqui que encaixamos o caso do Brasil e sua genealogia industrial. A organização das burguesias industrial, comercial, financeira, rural e da burocracia dos estados deveria estar diretamente conectada para o avanço da industrialização através de políticas orientadas para essa finalidade. Ao passo que a industrialização de um país rompe as barreiras da produção artesanal, aumenta-se o ímpeto para promover os passos iniciais da sua entrada ao time dos países desenvolvidos.

Furtado (1996, págs. 20 e 21) explica que a industrialização de um determinado país está diretamente ligada ao grau de acumulação do centro que lidera o processo. Não obstante, ao curso do tempo, mais dificultosa se torna a entrada de uma nova economia ao time dos países desenvolvidos. Os chegantes não servem para nada além de complementar o sistema econômico internacional e são obrigados a seguir padrões de produção, hábitos de consumo e divisões do trabalho. Sob esse prisma, Furtado destaca:

Algumas indústrias surgem integradas a certas atividades exportadoras, e outras como complemento de atividades importadoras. De uma forma ou de outra, elas ampliam o grau de interação do sistema econômico internacional. Nas fases de crise, procura-se reduzir o conteúdo de importações de certas atividades industriais, o que leva ocasionalmente à instalação de indústrias integradas do sistema econômico no nível nacional. Assim, por um processo inverso, através de um esforço para reduzir a instabilidade resultante da inserção na economia internacional, molda-se um sistema industrial com um maior ou menor grau de interação (FURTADO, 1996, págs. 20 e 21).

Diante disso, podemos acrescentar ao texto que a explicação de Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento está diretamente ligada às questões industriais das Economias. Esse sistema econômico moldável pela indústria se solidifica como produto de um mercado previamente abastecido por fatores vindos do exterior, comportamento esse típico das economias subdesenvolvidas. Economias essas que, ao curso da história, segundo Furtado (1980), se mantiveram em primeiro momento ditadas pela força britânica e, em segunda hora, fundamentalmente exportadoras de produtos primários.

A industrialização nos países periféricos faz parte de um extenso processo de acumulação de capital e de formação de oligopólios de empresas multinacionais, constituídas por entidades subsidiárias dos países desenvolvidos. Esse processo não só incendeia o debate em torno da Teoria da Dependência e das questões do Sistema Mundo, conforme visto antes

nesse trabalho, como também tenciona a reprodução dos padrões de consumo de países com acumulação superior, maior renda e maior desenvolvimento de forças produtivas. Dada a baixa (muita vez inexistente) renda média¹⁵ relativa nos países distantes do centro, o nível de consumo só se viabiliza se houver concentração de renda.

É por conta desses pontos que se pode afirmar que o subdesenvolvimentismo de Furtado é pautado pela oposição ao contexto histórico de desenvolvimento nele narrado e ao estruturalismo de Prebisch. Furtado não fora um pensador que aglutinara todas as ideias de Prebisch, dispondo, até mesmo, muita vez, de criticar os textos clássicos da CEPAL, ajudando a organizar o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). O ILPES foi criado no ano de 1963, quando Prebisch se afastou da Comissão, ficando responsável pela promoção de formar especialistas em desenvolvimento econômico para governos latino-americanos. Para Furtado, as ideias centrais sobre a industrialização dos países periféricos não foram atualizadas com o tempo:

As ideias sobre o desenvolvimento elaboradas em sua grande fase criativa (1949-1954) [da CEPAL] continuavam válidas, mas eram reconhecidamente insuficientes na abordagem de uma nova problemática que se fazia visível nos países que mais êxito haviam alcançado em seus esforços de industrialização. No centro dessa teoria estava a ideia de que a progressiva diferenciação dos sistemas produtivos permitida pela industrialização conduziria ao crescimento autossustentado. Criado um setor de bens de capital e assegurados os meios de financiamento – o que em boa parte competia ao Estado -, o crescimento se daria apoiando-se no mercado interno. Naquele momento, a aplicação dessas ideias tropeçava em dificuldades em mais de um país (FURTADO, 1991, p. 28).

Foram essas amplificações teóricas de desenvolvimento e subdesenvolvimento que fundamentaram a participação furtadiana na CEPAL. Furtado buscou, a todo momento, traduzir que os países periféricos precisavam buscar suas próprias fórmulas de crescimento econômico e empreenderem seus próprios esforços de industrialização, de acordo com as suas peculiaridades econômicas, políticas e sociais.

Em posse dessas análises a respeito da CEPAL, do estruturalismo de Prebisch e da teoria de subdesenvolvimento, nos inclinaremos à discussão da grande obra prática de Celso Furtado, que pode ser interpretada como um produto daquilo que o autor entendeu em vida como proposta desenvolvimentista: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Entidade essa em que o autor pôde, enquanto roteirista principal, concentrar a sua visão de desenvolvimento regional e industrialização. Foi nela que Furtado empreendeu sua

¹⁵ Média da renda total nacional, em virtude da acumulação de toda uma população.

maior força e aplicou grande parte das ideias que formulou ao longo da sua trajetória política e acadêmica.

3.2 Kubitschek, Furtado e o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste como sustentáculo da SUDENE

O ano era o efervescente 1959, onde o cenário político internacional não poderia estar mais conturbado que àquele provocado pela Revolução Cubana. No Brasil, o Presidente Juscelino Kubitschek decide romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI), alegando que as exigências da organização comprometeriam o Plano de Metas¹⁶ que elegeu o presidente em 1955. O Memorial da Democracia (2017) aponta que as exigências propostas pelo fundo eram antipopulares e capazes de naufragar o governo do presidente: contenção salarial de servidores e desaquecimento da economia pela paralisação de obras e gastos públicos, eram itens presentes no cardápio.

Nesse período, o dinamismo das ideias de Keynes incendiava a discussão política brasileira e mundial, sendo Juscelino um keynesiano visceral e grande aplicador dessa vertente à economia nacional pelas suas ações desenvolvimentistas, baseadas no aquecimento econômico pela construção civil e pelo estímulo à produção industrial nacional. Essas ações pouco agradavam o centro financeiro mundial, bateado pelos EUA.

Eram, indubitavelmente, tempos de mudança no Brasil. Inaugurava-se uma nova etapa do capitalismo, que nos introduzia nas linhas de consumo modernas, com eletrodomésticos, carros e produtos de consumo industrializados em geral. As populações migravam para os centros urbanos (para trabalharem nas indústrias internacionais que se implementaram, principalmente, no ABC paulista) [...] deixamos de ser um povo de caranguejos presos à beira da praia (FURTADO, 1989, p. 33)

Porém, como nos descreve a sabedoria popular, existem dois lados de uma mesma história. O Nordeste foi a outra face da moeda desenvolvimentista do governo Juscelino, sendo diretamente afetado pelo êxodo rural-urbano ocorrido no processo de migração de pessoas para o Sudeste e para a novíssima capital brasileira: Brasília. Cabral (2011) afirma que Brasília

¹⁶ O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek foi um programa estabelecido pela equipe econômica do presidente que ocupou a esfera nacional entre os anos de 1956 e 1960. O plano continha, em seu corpo ideário, 30 objetivos centrais que discorriam sobre metas a serem alcançadas nos setores de energia, transportes, indústria, educação e alimentação. Através dessa perspectiva, o governo Juscelino investiu na construção de siderurgias e hidrelétricas, ofereceu incentivos a multinacionais montadoras de veículos, facilitou a importação de tecnologias para equipamentos e máquinas, empreendeu vantagens tributárias para empresas e promoveu o aumento do êxodo rural-urbano no Brasil.

absorveu um montante importante de recursos que poderiam aplacar a miséria, a fome e a seca (em 1958, uma das mais severas já vistas na região). O autor também coloca que, na época, artistas e personalidades políticas e culturais nordestinas e adeptas a elas manifestavam seus descontentamentos com os planos de Kubitschek, promovendo intensa pressão em seu governo e sobre a sua equipe econômica.

É preocupado com essa pressão – que poderia vir a atrapalhar sua grande obra, a obsessiva construção de Brasília, além de seu plano de ser novamente eleito -, que o presidente Juscelino Kubitschek convocou para o dia 6 de janeiro de 1959, no Palácio do Rio Negro, uma reunião com uma série de produtores de ideias. Dentre eles, estava Celso Furtado, então um dos diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que falou sobre a região Nordeste.

Na reunião, Celso Furtado consegue convencer o presidente da ineficácia das políticas vigentes, após uma exposição que abordou os problemas da seca e da necessidade de criação de açudes para a resolução das deficiências na produção de alimentos na região, em razão da oligarquia agrária local ter se apossado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além de apresentar números do quadro regional que serviriam à sua defesa de uma política global para o desenvolvimento econômico do Nordeste, em lugar das ações desconexas vigentes. Para Furtado, a ação do governo deveria priorizar a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos. O presidente então trata de incumbir Celso Furtado de tomar as providências para lançar a nova política para a região, a qual ele chama de Operação Nordeste ou Meta 31, também conhecida como Openo (CABRAL, 2011).

Foi numa reunião no Palácio do Catete, ao lado de ministros, governadores do Nordeste, parlamentares, Furtado e Dom Helder Câmara, que Kubitschek encaminhou o projeto de lei para a criação da SUDENE e um decreto instituindo o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, com sede em Recife, destinado a implantar a nova política enquanto a Superintendência não se tornasse lei. Para JK, a Meta 31, chegava tarde, mas demonstrava que ele tinha enfim um plano para o Nordeste, tratado até então, se comparado com a acelerada construção de Brasília e o *boom* industrial do Centro-Sul, como “filho enjeitado”. Para Furtado, era o ponto de chegada do percurso iniciado em setembro de 1958: a volta ao Brasil, o desligamento da CEPAL, a diretoria do BNDE, o encontro com JK no palácio do Rio Negro, o trabalho, feito em tempo recorde, sobre o Nordeste. O ponto de chegada logo se transformaria em ponto de partida de uma fecunda trajetória, levando-o a concretizar a ideia acariciada por

muitos anos “de um dia contribuir de forma decisiva para mudar o Nordeste” (FURTADO, 2004¹⁷).

Após sua brilhante participação na CEPAL, entre 1958 e 1964, Furtado se debruçou na cristalização da Opeño como principal motivador de seus esforços em prol do desenvolvimento regional e nacional no Brasil. A Operação Nordeste se configurou como uma das mais importantes ações de coordenação econômica e política dos escritos nacionais, sendo principal ativo para a criação da SUDENE. Furtado (1997, p. 65) explica que foi necessário transitar político e administrativamente para a construção de um planejamento estratégico para o Nordeste, capaz de reduzir e mitigar os impactos da grande seca de 1958-1959 e dos resultados eleitorais desinteressantes a Juscelino, uma vez que a oposição ao governo havia logrado êxito em estados chave como a Bahia e Pernambuco.

Furtado (1997, p. 80) adentra ao orbe institucional do governo Kubitschek e afirma que a Operação Nordeste era a consolidação de “mais um slogan” do Presidente “no grande debate sobre o desenvolvimento do país”. Cabe a afirmação por parte do autor deste trabalho dizer que Furtado estaria ávido para colocar em prática as ideias que a sua experiência na CEPAL havia construído, através de técnicas e programas públicos para a transformação da realidade subdesenvolvida do Brasil à época. Afirmamos isso pela análise que está descrita até aqui da maturidade intelectual de Furtado em prol da teoria desenvolvimentista e seus contrastes na dicotomia desenvolvimento x subdesenvolvimento provocados por ele.

Coube a Celso Furtado, em 1958, cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Como os estudos de Furtado já apontavam, coube ao GTDN identificar as causas primárias que faziam do Nordeste uma área subdesenvolvida e encontrar soluções para aplacar os problemas e planejar novas ações garantidoras de desenvolvimento para a região. O GTDN viria a ser o maior candelabro para o salão de criação da SUDENE.

3.3 O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

Furtado (2004) apresenta que o GTDN se tratava de um esforço de coordenação, de um ataque global ao problema para evitar que verbas e interesses muito particulares continuassem a se perder em terreno movediço. Pensando nisso, em *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* (1959) Furtado constrói, através do BNDE e do GTDN, 10 grandes pontos dedicados

¹⁷ Celso Furtado, entrevista realizada num café do Quartier Latin, em Paris, em 1997, exibida no Programa Conexão Roberto D’Avila, em 26 de novembro de 2004.

à abordagem do quadro do desenvolvimento econômico nacional e “um conjunto de recomendações concretas que, levadas à prática, poderão modificar os problemas e encaminhar soluções efetivas para os mesmos” (p. 7). Colombo (2018) aponta que, dentre esses pontos, os principais eram: i) criação de um centro de expansão manufatureira no Nordeste; ii) transformação da economia agrícola da faixa úmida para garantir alimentos; iii) transformação progressiva da zona semiárida para torna-la resistente à seca; e iv) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, incorporando as terras úmidas do Maranhão à economia regional. O intuito final da aplicação dos 10 pontos é similar ao que já vimos anteriormente: lançar bases para substituir as importações e visar a industrialização da região, com a perspectiva de redução do desemprego, principalmente nas áreas urbanas, onde, segundo Colombo (2018), estava entre 307 mil e 512 mil pessoas em 1959.

As citações a seguir serão acompanhadas de análises necessárias para o decorrer do texto, uma vez que resumem a magnífica obra do GTDN, que contemplarão a hipótese do capítulo em demonstrar como se projetou a aplicação do pensamento furtadiano em torno do desenvolvimento do Nordeste; a gênese do que a SUDENE viria a adotar e suas derivações; bem como colocações demonstrando um histórico das ações brasileiras em relação a região nordestina entre 1960 e 2022, possibilitando contrastes e equiparações pertinentes.

1 – A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional. Essa disparidade é maior que a observada entre as economias do Centro-Sul e a dos países industrializados da Europa ocidental. O Nordeste brasileiro se singulariza no Hemisfério ocidental como a mais extensa e populosa zona de nível de renda inferior a cem dólares por habitante¹⁸. A renda média do nordestino é menos de uma terça parte da do habitante do Centro-Sul. Sendo a renda muito mais concentrada no Nordeste, a disparidade de níveis de vida da massa populacional ainda é bem maior (FURTADO, 1959, p. 7).

Nota-se, no ponto de número 1 da análise da obra do GTDN, que existe uma preocupação central em torno do fator renda. A diferença de renda entre a população nordestina, no período analisado pela obra, e a população do centro-sul do Brasil é um ponto capaz de justificar o intenso êxodo, ocorrido na época, para as regiões mais antárticas ao Nordeste. A números de hoje, segundo a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (2020), com base no levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, o Nordeste lidera os indicadores de concentração de pobreza em relação às outras regiões do Brasil, enquanto o Sudeste apresenta maior contribuição para a desigualdade.

¹⁸ No corrente ano de 2022, a renda média do nordestino, segundo o Banco Central do Brasil, está em US\$200,00 mês.

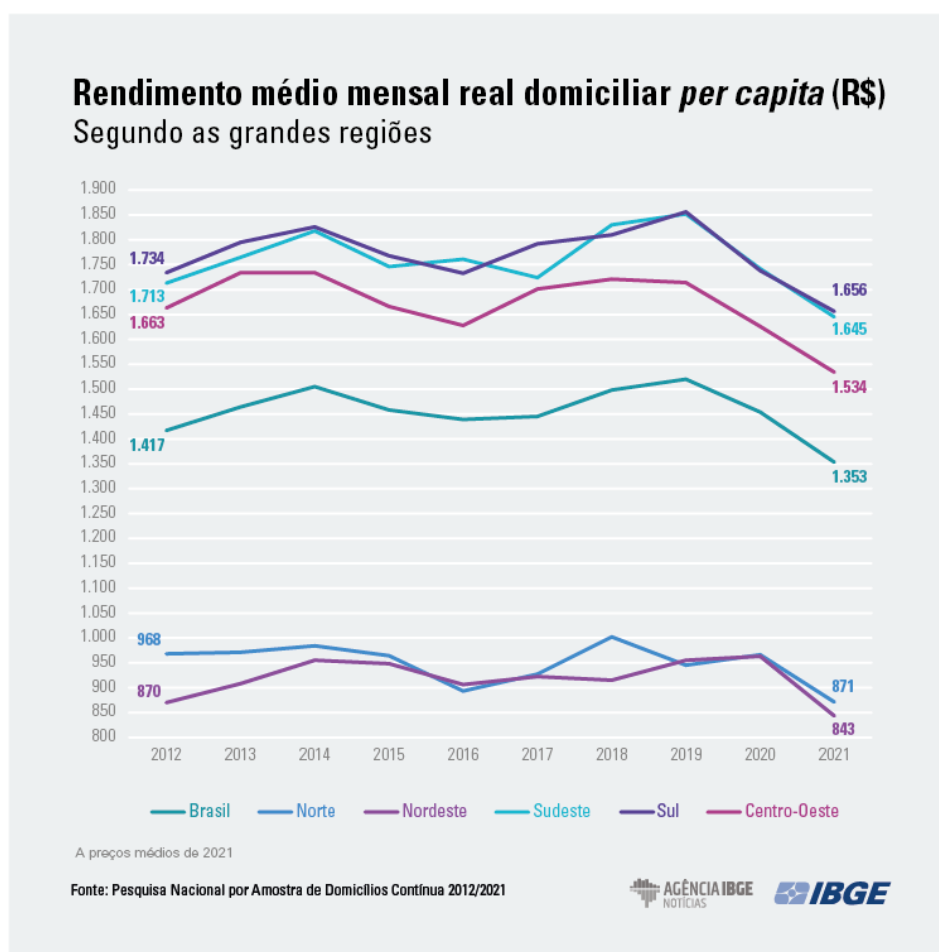
A região Nordeste concentra um valor proporcional a 47,9% de toda a pobreza do Brasil, sendo acompanhada pela região Norte (26,1%), da região Sudeste (17,8%), da Sul (5,7%) e da Centro-Oeste (2,5%). Os cálculos são realizados tendo como base o índice de Watts¹⁹. Outro fator importante apurado pela Secretária leva em conta que a região Nordeste possui menos de um terço da população brasileira (27,3%) e contribui com quase a metade (47,9%) de toda a pobreza estimada do país (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

2 – O ritmo de crescimento da economia nordestina, nos últimos decênios, vem sendo substancialmente inferior ao da economia Centro-Sul. No decorrer do período que se inicia em 1948, a diferença tem sido, aproximadamente, de 1 para 2. Projetadas essas tendências, chegaremos a 1970 com uma renda *per capita* de menos de 120 dólares no Nordeste e de cerca de 440 no Centro-Sul. Como os processos econômicos desse tipo, são cumulativos e de difícil reversão, cabe deduzir que a solução do problema nordestino enfrenta obstáculos que se irão avantajando com o tempo. A experiência histórica indica que as desigualdades regionais de níveis de vida, quando assumem características de sistemas econômicos isolados, tendem a institucionalizar-se: os grupos sociais das economias de mais elevado padrão de vida tendem a articular-se na defesa dos níveis de salário e da própria estrutura do mercado criada por esses níveis salariais. A persistirem as tendências atuais, há o risco real de que se diferenciem cada vez mais os dois sistemas econômicos já existentes no território nacional, e de que surjam áreas de antagonismo nas relações entre os mesmos (FURTADO, 1959, p. 7).

Sobre esse ponto, já no corrente ano de 2022, a situação não se difere tanto da que fora apontada por Furtado, no final da década de 1950. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2021 (IBGE, 2022), o rendimento médio mensal real domiciliar per capita do Nordeste brasileiro conferiu uma invariabilidade quase notória entre os anos 2012 e 2021, com curvas que oscilaram entre R\$870,00 em 2012; R\$950,00 em 2014; R\$900,00 em 2015; R\$950,00 em 2020; e, surpreendentemente, para R\$843,00 em 2021, conforme ilustra o gráfico abaixo. Todas as outras regiões perceberam forte declínio no mesmo indicador, mas apenas Norte e Nordeste estiveram, em todos os momentos indicados pela análise, abaixo dos 4 dígitos. O Nordeste verificou e ainda verifica uma renda domiciliar abaixo dos R\$1.000,00 mensais. Na atual²⁰ cotação do dólar, os domicílios nordestinos ganham, em média, o equivalente a US\$186,60 valor quase equiparável ao da renda média mensal de Guiné Bissau (FMI, 2019), com US\$183,33 dólares por domicílio.

¹⁹ O índice de Watts (WA) tem como característica principal avaliar o comportamento da renda dos pobres. Possui a propriedade de ser sensível ao crescimento da renda em todos os percentuais abaixo da linha da pobreza. Essa sensibilidade é necessária para que uma medida possa ser considerada de crescimento pró-pobre, ou seja, o fato de que a taxa média de crescimento da renda dos indivíduos pobres seja positiva (RAVALLION e CHEN, 2003).

²⁰ Novembro de 2022

Gráfico 1 – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* (R\$)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012/2021) IBGE (2021)

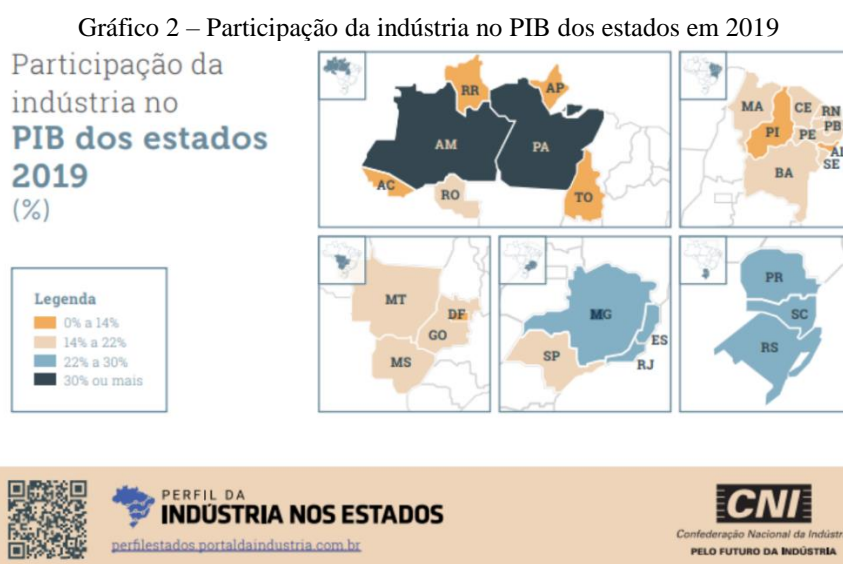
Partamos para o ponto de número 3 dos levantamentos do GTDN:

A experiência do último decênio constitui clara indicação de que a ausência de uma compreensão adequada dos problemas decorrentes da disparidade regional de níveis de renda tem contribuído para que a própria política de desenvolvimento agrave o problema. Às causas profundas que respondem pela tendência secular ao atraso da economia nordestina – escassez relativa de terras aráveis, inadequada precipitação pluviométrica, extrema concentração da renda na economia açucareira, predominância do setor de subsistência na pecuária do *hinterland*²¹ semi-árido – vieram adicionar-se outras, de tipo circunstancial, decorrentes da própria política de industrialização seguida no último decênio. À escassez de divisas, criada pela política de desenvolvimento, e os maciços subsídios aos investimentos industriais, decorrentes da política de controle das importações, favoreceram amplamente a região Centro-Sul, cujas possibilidades de industrialização eram mais imediatas. Parte da renda gerada pelas exportações nordestinas – aquela parte que é dispendida nos mercados do Centro-Sul – sofreu sério processo de erosão. Estima-se que, entre 1948 e 1956, houve uma transferência média anual de recursos correspondentes a cerca de 24 milhões de dólares, do Nordeste para o Centro-Sul, causada por esses fatores (FURTADO, 1959, p. 8).

²¹ Palavra de língua inglesa que, em tradução espontânea para o Português (PT-BR), quer dizer algo relativo ao interior de um país, estado ou região.

Guimarães Neto (1997), afirma que a partir do quinto ano da década de 1950, as indústrias do Sudeste passaram a buscar no Nordeste um novo mercado consumidor para seus produtos e serviços, invadindo regiões ocupadas por indústrias de menor porte e ocupando os espaços que essas alocavam seus recursos. Como visto anteriormente, a crise econômica vivenciada pela grande seca no Nordeste, em 1958, contribuiu diretamente para o aumento das disparidades sociais, que provocaram o crescimento de forças sociais que reivindicavam reformas de base para mudanças estruturais na região. A partir desse ponto, a questão do desenvolvimento regional se tornou ponto de destaque para a política nacional, sendo daí a motivação de Kubitschek e Furtado para a otimização econômica nordestina, que abriu espaço para as indústrias migrantes.

Em verificação aos dados atuais do ponto 3 da análise do GTDN, encontram-se os apontamentos pesquisados pela Gerência Executiva de Economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2022, com dados válidos para o ano de 2019. Em relação à participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) dos estados do Brasil, a região Nordeste é a única que aponta indicadores entre 0% e 22% em todos os estados que a compõem. As regiões Sudeste e Sul, se destacam com números entre 22% e 30%, com relativo destaque ao estado de São Paulo, que também confere colocação entre 0 e 22%, mas com a justificativa essencial provocada pelos setores de serviços e comércio (AGÊNCIA BRASIL, 2021) como grandes indutores da economia paulista.



Fonte: Gerência Executiva de Economia da CNI (2022)

Para refletirmos sobre questões dos setores públicos e privados, o estudo de Furtado e do GTND descreve o ponto 4 da análise:

Independentemente das transferências de recursos reais provocadas pela política cambial e de seleção de importações, as relações econômicas do Nordeste com o Centro-Sul caracterizam-se por um duplo fluxo de renda, operando o setor privado como instrumento de transferência contra o Nordeste e o setor público (na figura do Governo Federal) em sentido inverso. A análise do período 1948-1956 revela que esses dois fluxos têm, aproximadamente, contrabalançado. As transferências por intermédio do governo federal avolumam-se nos anos secos e, em grande parte, diluem-se em obras assistenciais. O setor privado transfere recursos do Nordeste principalmente nos anos bons; recursos que saem da região em busca das melhores oportunidades de investimento oferecidas pelo Centro-Sul (FURTADO, 1959, p. 9).

Para tratarmos desse quarto ponto em dados atuais, um estudo feito, no ano de 2019, pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), vinculado ao Banco do Nordeste, elaborou uma série de pesquisas para tratar do fluxo da renda em circulação na região e em seus estados, determinando como as empresas, famílias e governos interferem economicamente e territorialmente nos espaços nordestinos. Nesse ponto, analisaremos apenas a participação do governo federal.

O ETENE (2020) imputa que a volatilidade dos investimentos públicos tem deixado marcas profundas nos setores produtivos dos Estados do Nordeste. Analisando a última década de investimentos (2010-2019), o Escritório observou substancial variação dos investimentos federais na região, confeccionando a Tabela 1, que permite avaliar o grau de dispersão dos investimentos na região.

Tabela 1 – Estatísticas dos Investimentos Federais – 2010 a 2019 – R\$ Milhões

Regiões	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Nordeste	13.237	10.468	0,79
Norte	2.263	1.338	0,59
Sudeste	27.933	17.137	0,61
Sul	3.814	4.273	1,12
Centro-Oeste	522	308	0,28
Exterior	11.201	5.827	0,52
Brasil	106.150	39.174	0,37

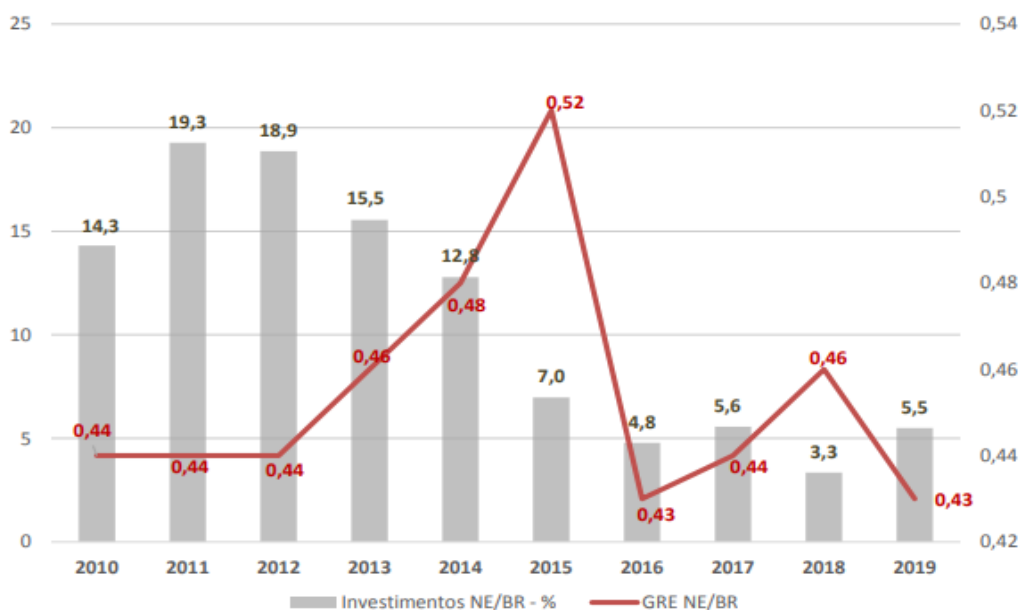
Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE (2020)

O ETENE (2020) aponta que a grande dispersão dos investimentos na região nordeste, medida pelo Coeficiente de Variação ($CV = \text{Desvio Padrão}/\text{Média}$), deve-se à amplitude da variação ao longo da série. O Nordeste, com um grau de dispersão de 0,79, em conjunto com a região Sul (1,12), apresenta médias da série menos representativas do conjunto de dados. Os investimentos no Nordeste apresentaram um pico em 2012, de R\$27,5 bilhões, e encontram o pior resultado em 2018, com R\$2,9 bilhões.

Os valores investidos em 2016, 2017 e 2019 foram semelhantes a 2018 e 2012. A média dos investimentos federais no Nordeste entre 2010 e 2014 alcançou R\$22,7 bilhões, enquanto entre 2015 e 2019 caiu para R\$3,8 bilhões, apenas 16,7% do realizado no período anterior. No período em análise, a participação do Nordeste no total dos investimentos federais chegou a 19,3% em 2011, menor que a participação da população dessa região no total do Brasil, em torno dos 28,0% porém maior que a participação da região no PIB brasileiro, que representa 14,5% do total (ETENE, BNB, 2020).

Verifica-se que esta participação caiu continuamente a partir de 2011, chegando a apenas 3,3% em 2018 e subindo pouco em 2019 (5,5%). Pelo Gráfico 3²², percebe-se esta dicotomia entre a participação dos investimentos federais no Nordeste e no Brasil, e a relação entre o grau de endividamento dessa região e do Brasil. Cabe ainda destacar que os investimentos federais na região se concentraram basicamente nas inversões provenientes dos grupos Petrobrás e Eletrobrás, que abrangem todos os estados (ETENE, 2020).

Gráfico 3 – Participação dos Investimentos Federais do Nordeste (%) e a Relação do Grau de Endividamento do Nordeste no Brasil



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Economia. Elaboração: BNB/ETENE (2020)

Os investimentos específicos no estados, em 2019, representou 25,1% do total investido em 2019. Enquanto isso, o índice de endividamento dos estados do Nordeste tem uma média de apenas 45,4% do índice nacional, atestando que a região produziu, no período, ações que sanaram as contas públicas estaduais. O Grau de Endividamento do Nordeste em 2019 foi de

²² Gráfico de número 1 no estudo do ETENE (2020)

0,51 enquanto a média nacional alcançou 1,2 (a região Sudeste teve 1,91). Isto quer dizer que a dívida consolidada líquida do Nordeste representou 51,0% da receita corrente líquida em 2019, enquanto o Sudeste detinha 191% de sua receita corrente líquida como dívida consolidada. Tal saneamento não se converteu em mais investimentos para a Região Nordeste (ETENE, 2020).²³

Observado o ponto 4 do estudo do GTDN, analisaremos o ponto 5 e do que se trata:

5 – O desenvolvimento da economia nordestina tem recebido seu impulso básico, até o presente, do setor exportador. Foram as exportações de açúcar, algodão, cacau, fumo, couros e peles, algumas oleaginosas e uns poucos minérios que lhe permitiram alcançar o atual grau de limitado desenvolvimento. No período aqui analisado, as flutuações da economia nordestina acompanharam de perto os movimentos do *quantum* de suas exportações, consideradas conjuntamente vendas para o exterior e para outras regiões do país. As exportações para o exterior foram seriamente prejudicadas, até 1953, pela política cambial. As exportações para o Centro-Sul, não só cresceram com intensidade maior, como também apresentaram muito mais estabilidade. No conjunto do período considerado, o valor destas últimas exportações aumentou com a mesma intensidade que a renda monetária do Centro-Sul. Contudo, como as vendas para o exterior tiveram pequena expansão, o impulso criado pelas exportações não foi suficiente para que a economia do Nordeste acompanhasse o crescimento da do Centro-Sul (FURTADO, 1959, p. 9)

A partir dos anos 1960, impulsionadas por incentivos fiscais – 34/18-Finor e isenção do imposto sobre a renda, principalmente -, por investimentos de empresas estatais do porte da Petrobrás (na Bahia e Rio Grande do Norte) e da Vale do Rio Doce (no Maranhão), complementados com créditos públicos (do BNDES e BNB, particularmente) e com recursos próprios de importantes empresas locais, nacionais e multinacionais, as atividades urbanas – e dentro delas, as atividades industriais – ganham crescentemente espaço no ambiente econômico do Nordeste e passam a comandar o crescimento da produção na região, rompendo a fraca dinâmica preexistente. Entre 1967 e 1989 a agropecuária reduziu sua contribuição no PIB regional de 27,4% para 18,9% e em 1990, ano de seca, que afetou consideravelmente a produção na zona semi-árida, tal percentual caiu para 12,1%. Enquanto isso, a indústria passou de 22,6% para 29,3% e o setor terciário cresceu de 49,9% para 58,6% (SUDENE-BNB, 1992, in ARAUJO et al 2002).

De acordo com o Mapa das Exportações Agropecuárias do Nordeste (2018), feito pela Rede Agropecuária de Comércio Exterior (InterAgro), analisando os períodos entre 2015 e

²³ Observa-se nessa análise peridual uma distinta relação entre os períodos analisados e a participação do Partido dos Trabalhadores (PT), na figura da Presidente Dilma Rousseff em seu primeiro mandato, coorelacionando-o após o impeachment da mesma em 2016. Até 2014, os investimentos federais se mantiveram em dois dígitos. É plausível dizer que a erupção política provocada após as eleições de 2014 tenham promovido a queda da participação dos investimentos federais nas regiões, principalmente no Norte e Nordeste, em virtude do olhar assistencialista que o PT vigorava

2017, as exportações agropecuárias no Nordeste representaram apenas 6% do total que o Brasil exporta do setor, com média anual de 4,52US\$ bilhões no período. Os principais produtos exportados foram farelos e rações, oleaginosas, cacau e derivados, açúcar e doces, frutas, castanhas e algodão. Pouco ou nada diferente do relacionado pelo GTDN em 1959. Destaca-se, pelo estudo promovido pela SUDENE-BNB de 1992, o fortalecimento da indústria na região nordestina, por ações provocadas pelo fortalecimento do ideário desenvolvimentista promovido pela entidade ao curso da sua existência. Passemos para o item 6, para dispormos sobre recursos.

6 – Se bem que o elemento dinâmico fundamental da economia nordestina, venha sendo o *quantum* de suas exportações, o setor público também desempenha nela um papel básico. O governo federal despende na região uma soma de recursos muito superior ao que ali arrecada. Essas transferências provocadas pelo setor público compensam, formalmente, a saída de capitais pelo setor privado. Mas não se pode elidir o fato de que os recursos transferidos pelo setor privado são capitais em busca de melhores oportunidades de aplicação e, se invertidos na região, criariam oportunidades de emprego permanente para a população, ao passo que as transferências do governo federal tem em grande parte o caráter de simples gastos assistenciais. Estas transferências se avolumam nos anos secos; as do setor privado ganham maior expressão nos anos bons (FURTADO, 1959, p. 9)

Colocando luz sobre os números de hoje²⁴, 60 anos após o estudo da GTDN, o Ministério da Economia informou, através de elaboração gráfica da ETENE, um cálculo feito a partir das variações anuais de 2011 a 2019 em relação ao montante investido pelo Governo Federal na região Nordeste do Brasil, a Tabela 2 representa essa situação:

Tabela 2 – Investimentos Federais – 2010 a 2019 em milhões de reais

Regiões/Estados	2010	2019	Varição no Período	Varição Média Anual
Alagoas	234,60	0,01	-100	-11,8
Bahia	3408,8	40,1	-98,8	-23
Ceará	126,50	444,9	251,60	97,5
Maranhão	386,1	0	-100	-44,4
Paraíba	2,8	0	-100	-13,6
Pernambuco	8.161,00	308,1	-96,2	-14,3
Piauí	460,8	0	-100	-20,4
Rio G. do Norte	501,9	12,1	-97,6	24
Sergipe	27	0	-100	16,6
Todos os Estados	6.849,90	2.400,40	-64,9	-13,1

Fonte: Ministério da Economia. Elaboração BNB/ETENE (2019)

É importante observarmos que, mesmo após 60 anos do relatório escrito por Furtado e o GTDN, os investimentos federais no Nordeste são dispostos de forma oblíqua. O estudo do ETENE (2019) demonstra distintamente a grande queda de investimentos estatais na região,

²⁴ Novembro 2022

caindo de R\$20,2 bilhões em 2010 para R\$3,2 bilhões em 2019. Uma perda de 84,1% no período total e de 13,1% na média anual. Observa-se que a dispersão do investimento nos estados do Nordeste é alta, variando de +97,5% (Ceará) a -44,4% (Maranhão). As variações não consideram o valor dos recursos investidos, mas a variação de um ano para o outro. No caso do Ceará, ocorreram quatro variações positivas (2011, 2012, 2018 e 2019). Dois outros estados também obtiveram variações médias anuais positivas: Rio Grande do Norte (24%) e Sergipe (16,6%). Ocorre que estes três estados detêm apenas 3,5% dos investimentos federais na região. O Estado de Pernambuco, que obteve 49% dos investimentos, apresentou uma variação média anual de -14,3%. O mesmo ocorre com a Bahia, -23% (8,4% dos investimentos), e a rubrica “todos os estados”, com -8,4% (33,6% do investimento federal total aos estados da federação). Isto explica porque a variação média anual da região foi de -13,1% (ETENE, 2019).

Descrevendo o item 7 do estudo do GDTN, Furtado (1959, p. 10) apresenta afirmação sobre a cobrança tributária no Nordeste brasileiro:

7 - A regressividade do sistema tributário federal, e mais ainda a do estadual e municipal, faz que a carga tributária do Nordeste seja maior, dentro do conjunto da Federação, do que seria de se esperar dado o seu nível de renda. A regressividade se deve também ao fato de a referida carga se ter mantido estável, tanto no Nordeste, como no Centro-Sul, embora a renda desta última região haja crescido com intensidade muito maior. Fosse o sistema tributário progressivo, e a região, cujo nível de renda mais aumentou, veria crescer sua carga tributária. Mas esse fenômeno não se observa nem mesmo com respeito à carga tributária federal. Como prova da maior regressividade da arrecadação estadual, a carga representada pelo imposto de renda passou a ser 150 por cento mais elevada no Centro-Sul, enquanto que a diferença do imposto de vendas e consignação não excede 40 por cento. Assim, se do lado do dispêndio o setor político opera como elemento dinâmico na economia do Nordeste, do lado da arrecadação tributária contribui para agravar a tendência às disparidades regionais de níveis de desenvolvimento (FURTADO, 1959, p. 10)

Para atualizarmos este entendimento relativo às cargas tributárias no Nordeste, adotaremos a análise fornecida pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) do Ministério da Economia, fornecido pelo seu sítio na internet disposto a partir do Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais. Analisando a região Nordeste, o dispositivo do Ministério informa que, no ano de 2021, a região Nordeste contribuiu com R\$99,64 bilhões em impostos para o fisco; esse número foi ainda maior em 2022, chegando a R\$108,69 bilhões até a data de 23/11/2022.

A critério de análise, relacionaremos os anos iniciais das duas décadas anteriores, para que o efeito da percentualidade possa ser observado e a diferenciação inflacionária não se faça como um potencial exclutor de veracidade: em janeiro de 1999, o nordestino arrecadou R\$786.499.964,00; no mesmo mês, em 2000, a arrecadação foi de R\$803.843.631,00. Aumento

de 9,55%. Em janeiro de 2009, o nordestino arrecadou R\$3.148.088.604,00, no mesmo mês, em 2010, a arrecadação foi de R\$3.762.576.505,00. Aumento de 19,87%. Em janeiro de 2019, o nordestino arrecadou R\$9.649.119.200,00; em 2020, no mesmo mês, o montante foi de R\$10.977.174.539,00. Aumento de 21,40%.

Em relação às outras regiões do Brasil, o CONFAZ (2022) dispôs os dados conforme a Tabela 3, que ordena a arrecadação tributária destinada à federação feita pelas regiões brasileiras entre os anos de 1999 e 2020, em intervalos e variações específicas a cada biênio final e inicial das décadas que se relacionam:

Tabela 3 – Arrecadação de tributos federais pelas regiões do Brasil. Em Real.

Região	1999	2000	2009	2010	2019	2020
CO	390.920.988,00	509.177.802,00	1.835.550.895,00	2.322.764.865,00	4.505.390.356,00	5.178.950.996,00
Norte	222.902.488,00	313.619.626,00	1.166.907.963,00	1.273.282.738,00	3.285.575.148,00	3.638.606.288,00
Sudeste	4.340.304.415,00	5.005.039.405,00	4.526.151.493,00	16.957.643.708,00	33.749.368.261,00	35.561.189.419,00
Sul	936.457.577	1.290.890.443,00	3.708.120.317,00	4.050.565.338,00	10.114.007.139,00	11.193.458.667,00
Nordeste	786.499.964,00	803.846.631,00	3.148.088.604,00	3.762.576.505,00	9.649.119.200,00	10.977.174.539,00

Fonte: CONFAZ (2022). Organização: o autor

Em posse desses números fornecidos pela CONFAZ (2022), fica evidente que: i) a região Nordeste possui uma média de 16,94% de aumento de arrecadação entre um ano de abertura de uma década e um ano posterior, enquanto as regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul possuem, respectivamente, 15,40%, 20,05%, 13,64%, 13,83%; ii) as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os piores indicadores econômicos demonstrados até aqui, mas as que mais tiveram aumento de arrecadação nos últimos 20 anos; iii) o quadro apresentado pelo GTDN, em 1959, pouco ou nada se alterou em relação às 2 últimas décadas.

Dando continuidade aos estudos do GTDN, Furtado (1959, p.11) elencou o oitavo ponto discutindo sobre a industrialização como forma de empregabilidade:

8- Aumentar as exportações de produtos primários é, seguramente, a forma mais barata de uma economia crescer. Ocorre, entretanto, que nem sempre essa linha de desenvolvimento está aberta, ou apresenta as dimensões requeridas. Se a população aumenta com intensidade e a constelação de recursos naturais não é muito favorável, tal possibilidade torna-se difícil ou mesmo impraticável. Sendo assim, o desenvolvimento só é factível mediante a diversificação da própria produção interna, ou seja, pela industrialização. Sem prejuízo de um esforço sistemático no sentido de ampliar as linhas de exportação do Nordeste, a análise da presente situação econômica dessa região indica, nitidamente, que o seu atraso relativo só poderá ser superado mediante uma política de industrialização. Nas regiões urbanas do Nordeste, há hoje em dia uma massa de desemprego disfarçado que não será inferior a meio milhão de pessoas em idade de trabalhar. Esse exército de subempregados vem crescendo com intensidade igual ou maior que o do total da população urbana. A política de industrialização visa ao triplice objetivo de dar emprego a essa massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova, imbuída do espírito de desenvolvimento, e

fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que atualmente tendem a migrar (FURTADO, 1959, p. 11).

Após a criação do GTDN, em 1956, e seus ensaios sobre o desenvolvimento regional do Nordeste o Governo Federal, na figura de Celso Furtado, encaminhou a criação da SUDENE, em 1959. Furtado (2003, p. 67) afirma que o atraso nordestino, em relação a outras zonas mais industrializadas do Brasil, era devido à rigidez fundiária e a estagnação do setor agrícola, fincado na ausência de uma estrutura produtiva que agregasse valor. O GTDN propôs um processo indutivo de industrialização, através de planejamento estratégico focado na utilização da poupança extra regional nordestina em substituição às importações. Ou seja, colocar o Nordeste para produzir aquilo que era possível e que ele consumisse.

Cavalcante & Feitosa (2019) afirmam que a criação da SUDENE, em 1959, representou a instituição de uma política regional capaz de atrelar a economia nordestina ao processo de industrialização do Brasil, tornando-a menos dependente de atividades exportadoras. Já verificamos nesse trabalho que, anteriormente a Furtado, as evidências econômicas brasileiras eram percebidas por mecanismos paternalistas de administração econômica e burocrática, cuja intencionalidade era concentrada espacialmente em locais historicamente já ocupados.

Para que o processo de industrialização do Nordeste fosse possível, antes de qualquer benfeitoria nesse sentido, foi necessária a criação de quatro planos diretores. Essa etapa já não contava mais com o orbe político de Kubitschek, sendo Jânio Quadros – em 1960 – e João Goulart – de 1961 a 1964 – os responsáveis por dar continuidade aos trabalhos. Carvalho (2001) explica sobre cada um dos quatro planos diretores, começando em que o Plano Diretor 1, criado em 1961, foi responsável por melhorar a infraestrutura da região no tocante à questão agrária, irrigação, construção de estradas, criação de redes de energia elétrica, transportes e mineração, levando investimentos para a região tanto por parte do setor público quanto pela iniciativa privada. Em 1963 foi criado o Plano Diretor II, que estabeleceu o Sistema 34/18, um programa de incentivos fiscais que visava atrair grande quantidade de investimentos para o Nordeste, através de políticas de abatimento ou isenção de imposto de renda para empresas que investissem na região e, para tornar a proposta ainda mais vantajosa, as empresas que fossem para a região seriam beneficiadas com projetos financiados pela SUDENE.

Ocorre que, entre a criação do Plano Diretor II e o Plano Diretor III, o Brasil passou por um golpe militar, sendo a SUDENE redirecionada para as grandes mãos oligopolistas do Nordeste, deixando de ter o caráter desenvolvimentista e reformista aos quais fora intencionada (CAVALCANTE & FEITOSA, 2019). O GTDN e a SUDENE haviam sido dispostos por Juscelino e por João Goulart para equilibrar as disparidades econômicas, sociais e políticas

existentes no Nordeste, objetivando a redução das desigualdades e a promoção de um crescimento sustentado pelas suas próprias gerências e capacidades. Carvalho (2001) coloca que, após o golpe, o bramido social e a pujância desenvolvimentista de Furtado foram guilhotinados pelo estratagema militar em sua sede de integração do mercado nacional a qualquer preço.

É então que, em 1966, o Plano Diretor III é estabelecido para assegurar investimentos em infraestrutura e maior flexibilidade operacional do sistema 34/18. Além disso, o terceiro plano diretor seria responsável por pensar e executar formas de utilização da irrigação no Vale do São Francisco. Carvalho (2001) coloca que, a principal diferença entre o Plano Diretor III e os outros dois anteriores, era que, no III, foi adicionada a preocupação em relação à saúde pública, educação básica, profissional e técnica.

O Plano Diretor IV aparece em 1968, com o intuito de resgatar propostas do GTDN, como a extensão da fronteira agrícola, transformação da zona da mata e organização do semiárido²⁵. Essa parte do plano trouxe críticas às políticas implementadas de concentração industrial apenas em Pernambuco e Bahia, colocando que essa concentração nos dois estados gerava disparidades de renda dentro da própria região, algo que feria a ideia central de combate, da mesma forma que não colaborava com a geração de empregos em outras localidades e oferecia a elas apenas fatos isolados e baixos salários àqueles que nelas viviam (CAVALCANTE & FEITOSA, 2019).

A partir da década de 1970 o esforço no sentido de consolidar o processo de industrialização do Nordeste teve continuidade com a política institucional do Governo Federal através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND)²⁶. Os Planos Diretores da SUDENE foram substituídos por Planos Regionais de Desenvolvimento, alinhados aos Planos Nacionais. Dois elementos merecem destaque no período que vai até 1985: i) a ênfase nos grandes complexos industriais, contrariando as proposições do GTDN, mas que resultou em um processo de desconcentração produtiva; ii) a reformulação da política de incentivos fiscais, com a criação do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) – que visava corrigir distorções do

²⁵ O Semiárido brasileiro ocupa uma área de 969.589 km² e inclui integral ou parcialmente os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Norte e Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais (BRASIL, 2005).

²⁶ Os PND foram criados a partir do que a História chama de Milagre Econômico dos anos 1970, pelos governos militares que invadiram Brasília. Os planos tinham a característica de aglutinar as forças científicas brasileiras, públicas e privadas, em todas as esferas da administração pública, para que fossem criados projetos que elencassem prioridades específicas para cada área. Nesse período, empresas como Engesa, Embraer, Helibras, Imbel, Avibras e Telebras surgiram e criaram um forte e competente mercado de tecnologia nacional, ajudando a organizar o setor industrial nacional e garantir a produção de peças, maquinários e serviços básicos. Os PND tentaram fazer a organização de traçar metas e objetivos em escala nacional em todas as áreas de interesse econômico, político e social, que seriam consideradas de segurança nacional pelo regime militar (BOSCARIOL, s/ano).

Sistema 34/18, tais como a cobrança de altas taxas de captação e a demora na implantação dos projetos privados (CARVALHO, 2001).

O ponto de número 9 do estudo do GTDN, em Furtado (1959, p. 12), analisa as questões da produção agropecuária no Nordeste e suas disposições:

9 – A economia da zona semiárida do Nordeste define-se por um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. Do ponto de vista do conjunto da população trabalhadora, a atividade mais importante é a agrícola. Mas para a classe proprietária, a pecuária apresenta, quase sempre, maior significação econômica. Na fazenda típica da região a criação de gado e a cultura de alguma xerófila (quase sempre o algodão mocó), atividades que dão origem a renda monetária, combinam-se com uma agricultura de subsistência produtora de gêneros alimentícios. [...] O colapso de uma produção de alimentos organizada como agricultura de subsistência assume, necessariamente, dimensões de calamidade social. [...] Como crise de produção, a seca é muito mais grave do que a crise típica da economia capitalista (FURTADO, 1959, p. 11).

A economia da zona semiárida do Nordeste é um fato intrigante para todo aquele que a pesquisa. Como vimos anteriormente, os períodos de seca dessa região podem ser piores que crises naturais do sistema capitalista. A SUDENE foi uma grande promotora do desenvolvimento industrial nordestino, mas, também, colaborou diretamente com a otimização dos espaços destinados à agropecuária. Para que essa realidade, citada no ponto 9 do estudo de Furtado, fosse alterada, o Programa de Desenvolvimento Agropecuário do Nordeste foi desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, pelo DNOCS, pelo Conselho do Vale do Rio São Francisco, pelo Banco do Nordeste e por outras instituições sob supervisão de investimentos da SUDENE (CAVALCANTE & FEITOSA, 2019).

Para que houvesse legitimidade e proporcionalidade dos investimentos para a região, Cavalcante & Feitosa (2019) informam que a SUDENE, em 1966, elaborou três grandes vertentes, financiadas inicialmente com o montante de 10 bilhões de cruzeiros, sob as seguintes disposições: i) ampliação da oferta de terras; ii) reorganização da economia da zona semiárida; iii) pesquisa e experimentação. Segundo informa a Superintendência, os investimentos iniciais foram destinados para reorganizar a sistemática econômica do semiárido, priorizando projetos de produção vegetal como algodão arbóreo, mamona, oiticica e plantas forrageiras.

Correia, Kiill, Moura et al (2011) informam que a SUDENE foi um importante ativo para o desenvolvimento da agricultura irrigada no semiárido e na implantação de programas voltados à consolidação da pecuária na região. A partir dessas ações, os produtores passaram a buscar melhores formas de melhorar as áreas de pastagem e diversificar a produção animal. Carvalho (2001), informa que foi a partir da segunda metade do século XX, com a implantação das políticas de desenvolvimento provocadas pela SUDENE, que o semiárido brasileiro passou

por vários programas inclinados à pesquisa de introdução de novas pastagens com forrageiras e culturas oleaginosas. Porém, o algodão ainda aparece como principal pilar da economia semiárida, sendo o maior gerador de empregos e renda nas zonas rurais (fazendas de cultivo) e nas zonas urbanas (indústrias têxteis).

A criação do Grupo de Estudos Integrados de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEISA), através do Decreto nº 63.775, de 11/12/1968, foi, de acordo com França (2001) o marco inicial da implantação da irrigação tecnificada no Semiárido, conceitualizando e implementando o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), que tinha como objetivo a efetivação de projetos e obras de irrigação e drenagem na região, para que fosse possível aproveitar pequenos e grandes veios aquíferos e água subterrânea de forma sustentável.

Portanto, a partir dessas análises, cabe dizermos que a SUDENE foi um expoente importante para o gerenciamento econômico e técnico do semiárido, possibilitando que as pessoas diretamente ligadas a ele pudessem produzir de forma organizada, dinâmica e eficiente, através de novas lógicas pautadas pela ciência e pela tecnologia facilitadas pelos procedimentos da Superintendência. Observa-se, pelo estudo do GTDN, que as ideias desenvolvimentistas de Furtado foram colocadas sobre a mesa e tiveram suas apurações consideradas.

O ponto 10 do estudo do GTDN se perfaz a respeito dos efeitos da seca e das medidas adotadas para contornar a situação, assim sendo descrito:

10 – O combate aos efeitos das secas tem consistido, até o presente, de medidas de curto prazo – principalmente de caráter assistencial – e de longo prazo, concentrando-se estas últimas na construção de uma rede de açudes. Por motivos diversos, nenhuma dessas medidas conseguiu ainda modificar o curso dos acontecimentos. Sendo a seca uma crise da produção determinada por fatores físicos, as medidas de curto prazo não podem, evidentemente, atacar a raiz do problema. Limitam-se a criar, artificialmente, uma demanda de alimentos, que só pode ser satisfeita através do suprimento externo (FURTADO, 1959, p. 11).

Marengo (2006) afirma que o semiárido brasileiro sempre foi acometido por grandes eventos de seca, ocorrendo entre 18 e 20 anos de seca intensa para cada 100 anos. Desta forma, governos sucessivos trabalharam em programas para contornar os impactos da seca nas populações que ocupam o semiárido e possibilitar melhor manejo das culturas agrícolas e criações pecuárias na região. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), manifesta que essas ações governamentais em prol do contorno da seca no semiárido são conferidas desde a Independência.

Como vimos no ponto anterior do estudo do GTDN, o PPI foi grande responsável para a construção de açudes no semiárido. Entre todos os programas de contorno das secas no

semiárido que possam ter havido ao longo dos anos, o maior e mais importante deles foi a transposição do Rio São Francisco para áreas outrora despotencializadas economicamente pelas secas. O IPEA (2011) aponta que a importância da transposição do São Francisco, além de social, é econômica, por reduzir gastos emergenciais constantes nos períodos de seca. Essa afirmação do IPEA é factível e adjacente a Furtado (1977), quando ele coloca que a seca é uma indústria abastecida por interesses clientelistas de grupos políticos locais que se beneficiavam dos programas e obras constantes por parte do governo federal, bem como utilizavam as coisas relativas às secas para manter o povo sob seus jugos.

Duque (2004, p. 22) afirma que a criação da SUDENE foi primaz para romper o equilíbrio que as sociedades econômicas dominantes gozavam com a seca. A Superintendência cumpriria o papel de planejamento e intervenção na economia do Nordeste, designadamente à expansão da agricultura irrigada. O autor também afirma que os passos iniciais para a transposição foram idealizados pela SUDENE, para colocação de água potável para comunidades, setores produtivos e dessedentação animal.

O projeto da transposição teve discussão aprofundada a partir dos anos 2000, tendo a primeira parte da obra inaugurada somente em 2017. Ferreira (2019), coloca que a concretização dessa fase foi essencial para garantir a segurança hídrica de 390 municípios do Nordeste. O autor ainda coloca que a concretização da transposição não materializa apenas a resposta à seca no semiárido, mas uma proposta de descontinuidade econômica baseada na servidão para que a região seja bem sucedida.

Não menos importante que essa descontinuidade é a utilização da água. A prioridade é o abastecimento humano, bem como o fornecimento para animais, garantindo o abastecimento de água de grandes centros urbanos da região e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido e de áreas do interior do Nordeste (preocupações levantadas por Furtado nos estudos do GTDN). Este reforço hídrico vai gerar renda e desenvolvimento socioeconômico das famílias, permitindo o suprimento de indústrias e empreendimentos turísticos e agrícolas (SILVA & FERREIRA, 2018).

3.4 Considerações e Críticas ao modelo de desenvolvimento da SUDENE

A SUDENE foi um grande propulsor do ideal desenvolvimentista de Furtado, à qual este se dedicou politicamente para colocar em prática o que o GTDN apurou por necessário que o Governo Federal atingisse na época e para colher frutos futuros. A noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento em Furtado foram retóricas utilizadas para planejar as ações da

Superintendência e para programar o rito desenvolvimentista no Nordeste, com erros e acertos, mas com um planejamento disponível ao debate. De toda forma, o desenvolvimento no Nordeste foi condicionado ao já vigente na porção Centro-Sul do Brasil.

A estrutura econômica nacional promoveu a indústria nordestina, a fim de prolongar o desenvolvimento da indústria do Centro-Sul, ignorando, de certa forma, a cultura de produção da região. Explica-se, assim, a baixa rentabilidade do capital investido no Nordeste. Nessa região, da mesma forma como aconteceu com a oferta industrial, a demanda de bens de consumo também teve de adaptar-se aos produtos da indústria do Sudeste. “A nova dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do País e é comandada do Centro-Sul (FURTADO, 1981, p.14)

Para falarmos a respeito da atualidade da SUDENE, precisamos pensar em tudo o que já fora colocado até aqui a respeito da sua gênese e propostas. A Superintendência foi motivada para iniciar os arquétipos do desenvolvimento regional no Nordeste, compreendendo, em suas linhas de atuação, uma área de extensa dimensão territorial. Por esse ponto, precisamos pensar o Brasil enquanto Estado Federado, para sabermos quais são as aferições que o fato de o ser acarreta consigo. O federalismo dividiu o território nacional em blocos assimétricos, o que, para Burgess (1993), esses blocos podem acentuar diferenças socioeconômicas e culturais, uma vez que esses fatores estão interligados às questões territoriais e de integração. Essas disparidades são facilmente evidenciadas nos estudos de Furtado e foram em cima delas que a sua atuação política se fez.

Colombo (2018) coloca que foram essas questões intrínsecas ao território nordestino que fez com que a SUDENE pudesse pensar em planos que fossem capazes de discutir e enfrentar as desigualdades históricas que jorravam dessa região, em vista das outras do Brasil, no cenário nacional. Para o autor, o Nordeste da SUDENE se tornou, ao menos no papel, uma região em que ideologia e política foram associadas às questões mais significativas da população em suas diferenças étnicas, religiosas e linguísticas, sem tentar homogeneizar a área ao todo nacional, como propunham os planos econômicos ditados desde sempre. A SUDENE colocou os problemas do Nordeste num cenário em que seria impossível, para qualquer governo, desassociar-se da necessidade de pensar alternativas para a região, conforme suas peculiaridades.

É substantivo dizer que a criação da SUDENE representa, no papel e na forma, uma tentativa de reorganização do federalismo nacional, ao preconizar um planejamento regionalizado que coloca em evidência os problemas do nordestino em geral na equação governamental como um todo. Destarte, desde a sua fundação, a SUDENE se vinculou à

Presidência da República, como uma importante chave política de ação. Segundo Colombo (2018), o principal ponto de inflexão da Superintendência é ter colocado os governadores dos estados nordestinos no Conselho Deliberativo da entidade, forçando o Executivo Nacional a atuar verificadamente aos desígnios dispostos por aqueles que obtém o capital político na região.

Após os estudos do GTDN, em 1959, a SUDENE é finalmente oficializada pela Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959, pelo Congresso Nacional. À letra da Lei, a Sudene deveria cumprir 4 grandes objetivos que estariam dispostos para:

- 1) Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste. 2) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionam especificamente com seu desenvolvimento. 3) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor. 4) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste (BRASIL, 1959).

A lei que criava a SUDENE também especificava a adoção orçamentária do órgão, ficavam destinados anualmente além das verbas dos projetos destinados a outros programas um recurso próprio fornecido pela União não inferior a 2% da arrecadação anual (sendo destacada a prioridade destes recursos para obras relacionadas a projetos no semiárido). A SUDENE também seria responsável pela fiscalização e controle das verbas destinadas a programas e projetos desenvolvidos por outros órgãos que tivessem relação ao plano diretor e ao desenvolvimento da região (ARAÚJO, 2015).

Com o acordo institucional em prol da Constituição Federal de 1988, que trazia em seu texto dispositivos garantidores de transferência de renda para regiões pobres sem qualquer necessidade de contrapartida, os fundos regionais tomaram voz na Assembleia Nacional Constituinte e os parlamentares das regiões menos favorecidas passaram a angariar recursos financeiros para suas regiões junto ao Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que se tornaram fontes importantes de renda para o Nordeste. Sendo assim, a Constituição Federal colocou em jogo ações e instrumentos de estímulo ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do Brasil, principalmente àquelas ligadas a agricultura e infraestrutura.

Colombo (2018) coloca que o papel da SUDENE era apenas coadjuvante nesse processo, em que algumas intervenções governamentais foram realizadas através do chamado

desenvolvimento sustentável – influenciado pelo Banco Mundial e pela Eco 92²⁷. A ideia predominante era a de que o combate à pobreza seria efeito caso caminhasse paralelamente à sustentabilidade ambiental. Paralelamente a essas remodelações no planejamento regional, alguns pesquisadores centraram-se em analisar a influência da crise federativa (período entre a redemocratização e a Constituição de 1988), que não definiu claramente quais os papéis dos estados, dos municípios e da União.

Após todas as congruências relacionadas à SUDENE, Arruda (2011) coloca que, ao romper dos anos 1990, em um contexto de abertura econômica e ascensão neoliberal na outorga financeira e econômica da política mundial, o Brasil enfrentou uma inflação galopante que o levou a um plano de estabilização que exigiu grande esforço de manutenção da estabilidade econômica, que afetou diretamente a atuação estatal no ambiente macroeconômico e a atuação da SUDENE como um todo, sendo constantemente esvaziada. Assim sendo, foi durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, que a SUDENE foi desmontada de vez e, a partir da Medida Provisória nº 2.145 do ano de 2001, foi deflagrado de vez o término de um ciclo de políticas de desenvolvimento regional destinados ao Nordeste. Posteriormente, também no governo do Presidente Fernando Henrique, fora criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), que seria extinta num ato do Presidente Lula em 2007, através da Lei Complementar 125 de 03/01/2007, como parte efetiva do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujos porquês se assemelhavam aos do bojo inicial da SUDENE (DINIZ, 2009).²⁸

Sem demora ao fator histórico de formações e dissidências da SUDENE, ao passo da sua recriação em 2007, o Estado do Espírito Santo passou a figurar nas áreas determinadas de ação da Superintendência. O alcance da agência ficou, então, determinado a todos os estados do Nordeste e aos 168 municípios do semiárido mineiro mais 28 municípios do Espírito Santo. Horsth et al (2017) apontam que a recriação da SUDENE e a inserção do Espírito Santo no seu arcabouço, foi essencial para a valoração dos indicadores econômicos dos municípios amparados pela Superintendência. O autor também coloca que os municípios assistidos pela

²⁷ A ECO-92, também conhecida como Cúpula da Terra ou, oficialmente, como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi realizada, no Rio de Janeiro, em 1992, reunindo representantes de 179 países, organizações sociais, agências regionais e populações interessadas em debater o conceito de desenvolvimento sustentável, ações propositivas para as mudanças climáticas, proteção à biodiversidade e políticas de controle ao desmatamento das florestas.

²⁸ Não é objetivo desse trabalho traçar um histórico organizacional da SUDENE como um órgão público, nem mesmo terer a respeito das suas características de gestão. Esse episódio do texto será especificamente relacionado à atuação da entidade enquanto promotora de desenvolvimento, ao passo da sua atuação e não da gestão de si mesma. Por esse motivo, o pesquisador se abstém de falar sobre a constituição da Superintendência, seus membros, sua estrutura e outras variáveis que não aquelas pertinentes à sua atuação e causas afins.

SUDENE tiveram, após 2007, amplo aumento *per capita* e no PIB, conforme apontado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal²⁹ em comparação a média dos demais municípios não assistidos pela entidade.

Embora todos os esforços empreendidos pela SUDENE, autores como Horsth (2017), Santos (2008), Pedroza Júnior et al (2011), Colombo (2018) e Costa (2016), dispõem em seus estudos que houveram inúmeras inconsistências que reduziram o alcance da Superintendência, principalmente em relação aos arranjos institucionais e políticos para uma boa política de desenvolvimento regional.

Horsth et al (2017) colocam que, mesmo com o sucesso da SUDENE em conseguir com que os fatores de renda *per capita* e PIB dos municípios sob seu alcance subissem, esses números ainda foram inferiores ao aumento médio dos municípios do Brasil, demonstrando que essa inserção de capital, ainda assim, não foi questuosa uma vez que, mesmo após o tempo transcorrido, os municípios assistidos ainda não conseguiram modificar a realidade social e a desigualdade social existente. Para esses autores, a SUDENE não conseguiu produzir efeitos consideráveis nos municípios em que ela atendeu.

Pedroza Júnior et al (2011), colocam que o maior problema da SUDENE, desde a sua fundação – e reforçado ainda mais depois da sua recriação – foi que a Superintendência participou apenas como uma grande coadunadora de planos administrativos, não cuidando diretamente do âmbito financeiro, colocando apenas sua tutela nos trâmites da alta gestão dos incentivos fiscais e se apoiando em medidas puramente econômicas, como se apenas os incentivos fiscais fossem suficientemente fortes para diminuir a desigualdade social e promover o desenvolvimento regional. Para os autores, mesmo que essas inferências econômicas foram urgentes e convenientes, não se sustentaram devido à ausência de uma estrutura institucional nos municípios atendidos em momentos em que novas alternativas fiscais mais oportunas às empresas instaladas se colocassem como opção, ocorrendo diversos casos de realocação da estrutura dessas empresas para outras localidades.

Colombo (2018) analisa a obra da SUDENE de forma mais completa e dinâmica, abarcando sua pesquisa desde a trajetória inicial da Superintendência à sua extinção em 2001. Para a pesquisadora, o fim da SUDENE não foi uma ação maldosa ou meramente provocada pela inflexão neoliberal do governo Fernando Henrique, muito pelo contrário, ela manifesta a importância da Superintendência no crescimento dos indicadores econômicos dos municípios

²⁹ O Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) de Desenvolvimento Municipal estuda e analisa o desenvolvimento socioeconômico e suas variações de todos os municípios do Brasil, sendo dividido em três grandes áreas de atuação: emprego e renda, saúde e educação (FIRJAN, 2018).

assistidos, mas imputa que o fim da entidade está ligado à ineficiência do órgão em se autogerir, frente aos seus próprios objetivos enquanto autarquia.

Costa (2016) narra sobre a ineficiência institucional da SUDENE, ao dizer que as transformações da agência, no sentido de condições de existir, estavam diretamente ocasionadas pelo cenário do Estado Nacional em razão do seu projeto econômico-político-social desde a sua criação, completamente cercado pelas arestas do capitalismo. A autora define que a atuação da SUDENE estaria diretamente ligada a um processo recheado de conflitos de poder e interesses de inúmeras pessoas ligadas à Federação, aos Estados e aos Municípios sob sua órbita. Fato esse que só foi aquecido negativamente pela ausência de um pacto federativo prévio, que evitasse a predação e a competição promovidas pela guerra fiscal em contraposição ao diálogo com os outros aparelhos do Estado.

Pode-se analisar, portanto, que, mesmo com a importância sinérgica da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste, através da régua furtadiana, a aplicação do seu método desenvolvimentista é questionada. Foi apenas a partir de 2007, com a submissão da nova SUDENE ao Ministério da Integração Nacional, que a Superintendência passou a ter um plano de ação mais amplo a partir de uma política mais fundamentada ao desenvolvimento dos seus assistidos como um todo. Aprofundaram-se as discussões em torno da necessidade de promover ações interligadas de cooperação política entre os setores locais, estaduais e federais, no sentido de costurar um tecido de colaboração. Araújo (2015), coloca que, mesmo diante de todos os questionamentos em torno da recriação da SUDENE, era urticante a necessidade de debater o Nordeste sob os prismas da modernidade e reorganiza-lo em função da organização para a diminuição da desigualdade social.

Santos & Silva (2011) também assentam seu estudo afirmando que, mesmo com todas as dificuldades ocasionadas pelo sentido humano de competição e disputas, as ações da SUDENE foram essenciais para a produção de renda, desconcentração da produção nordestina e aumento de indicadores socioeconômicos – principalmente a queda do índice de Gini³⁰ - Não obstante, os autores também imputam a responsabilidade que o Estado Nacional passou a ter no processo de planejamento de políticas setoriais responsáveis por incentivar, promover e garantir a competitividade da região assistida pela SUDENE nas outras áreas do país e na redução da desigualdade.

³⁰ O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, para medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo. O indicador aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando de zero a um, representando zero a situação de igualdade e um a de desigualdade. A oscilação entre os dois números representaria a proximidade entre igualdade e desigualdade que um determinado grupo, local ou país estariam próximos ou distantes um do outro sob a perspectiva da renda.

Moura (2019) é enfática ao dizer que, ao passo da extinção da SUDENE, em 2001, ficou evidente a falta de articulação do Governo Federal para a promoção de um projeto coerente e amplo suficiente para o desenvolvimento regional do Nordeste, cabendo, no período, a entidades da sociedade civil e outros atores políticos se mobilizarem para evidenciar os transtornos causados pela falta de um projeto institucional robusto o suficiente para discutir o desenvolvimento regional e que fosse capaz de dialogar com técnicos, sociedade civil e poder público a esse respeito.

O Conselho Deliberativo da Sudene (CONDEL) demonstra que, além das prerrogativas existenciais da Superintendência e da sua atuação nos trâmites após a sua recriação, sua principal contribuição após o retorno foi no ano de 2014, no então governo da Presidente Dilma Rousseff, quando, através de um grande plano federal de renúncia fiscal, o setor produtivo foi energizado com R\$4,6 bilhões que fomentaram cerca de R\$32 bilhões na região como um todo, refletindo na criação de 44.000 vagas diretas de emprego, principalmente nos setores de Infraestrutura de Energia e Transporte de Gás, mais notavelmente nos estados da Bahia, Maranhão e Pernambuco. O Conselho ainda informa sobre os pontos favoráveis do órgão em relação à geração e manutenção de empregos na área, com crescimento efetivo das regiões de alcance, através a implementação de mais de 1.600 novos empreendimentos que geraram, somente entre si, mais de 720.000 empregos entre 2013 e 2017 (CONDEL, 2017-2018, p. 20).

É impreterível dizer que a participação da SUDENE no Nordeste brasileiro, desde a sua idealização pelo GTDN até suas ações a partir do estudo do grupo, explica a concepção furtadiana de desenvolvimento. Furtado e o GTDN, crivados pelo Governo Federal, foram capazes de enxergar o subdesenvolvimento industrial, econômico e social vivenciado pelos nordestinos e aplicaram um plano diretor para a região. As críticas ao passo da história, de acolá até aqui, são exposições de um quadro pintado pelo desenrolo de Celso Furtado, seus pares e seus pareceres.

Novos conceitos de desenvolvimento foram tabulados ao longo dos anos, mas, coube a Celso Furtado a “esperança militante” (SOUSA, THEIS & BARBOSA, 2020) ao pensar o desenvolvimento como ferramenta de humanização, integração regional e propulsor de melhoria de vida, principalmente ao povo nordestino. Furtado pôs em evidência para Kubitschek e seus sucessores que o Nordeste brasileiro também fazia parte do todo Brasil, que, além de todas as suas inerências, era um mercado a ser abastecido e explorado, capaz de participar ativamente do progresso nacional.

No próximo capítulo discutimos concepções desenvolvimentistas roteirizadas pela Economia Solidária e pela Economia do Conhecimento, associando-as e colocando-as como

duas formas de debater o *layout* do desenvolvimento dentro da lógica capitalista, mas com conceitos que machucam a competição e ferem as vísceras neoliberais do discurso. Ambas são iniciativas rebeldes e ousadas, já referenciadas por autores como Paul Singer e Mangabeira Unger.

CAPÍTULO IV – PROPOSTAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO DENTRO DO CENÁRIO DESENVOLVIMENTISTA COMPETITIVO

Debater o modelo de desenvolvimento capitalista, num mundo repleto de elementos da modernidade, onde as pessoas estão cada vez mais conectadas entre si, independentemente da distância que as separam, e conhecer novas estruturas econômicas, sociais, pedagógicas, industriais, culturais, entre outras, ficou cada vez mais importante e necessário. Entender as formas de produção, a competição e como o capitalismo arbitra seus jogos é fundamental para discutir desenvolvimento nesses meios.

Na literatura econômica de Furtado, estudada a partir deste trabalho, empenhamos em dizer que é possível notar duas grandes fases que a definem no tocante às questões políticas em torno do desenvolvimento. Furtado deixa em seu texto suas erudições relativas ao papel do Estado na economia nacional. Em primeiro momento, identificamos, ao passo dos levantamentos apontados pelo GTDN, que Furtado esperava do Estado papel intervencionista-protetor, principalmente em relação às demandas iniciais do Nordeste, logo após, é possível notar que essa esperança econômica é alterada para um propósito desenvolvimentista aos mecanismos da competição, dentro da insularidade insurgente e vanguardista que o Nordeste poderia adotar ao passo do seu crescimento industrial. Esse último ponto de vista se dá ao trâmite da SUDENE e suas aplicações desenvolvimentistas-capitalistas.

Sweezy (1976) é um dos principais teóricos em torno do desenvolvimento ao trato do capitalismo. Para ele, apesar da importância de Karl Marx e suas contribuições para a interpretação do capitalismo, o método capitalista precisa ser analisado como meio e não como fim. Segundo o autor, o desenvolvimento capitalista está em garantir que “a forma da exploração assuma a produção da mais valia³¹” (p. 91) consolidando o crescimento das coisas

³¹ Segundo Karl Marx, em *O Capital - 1*, mais-valia se trata dos diferenciais de produtividade não pagos dos extratos de produção superiores, em relação à produtividade-padrão do sistema econômico de cada momento, traduzindo o fenômeno do lucro como unidades objetivas de trabalho na expressão dos diferenciais de

a partir da obtenção de horas da capacidade humana de produzir. Desenvolvimento capitalista, então, seria a utilização das forças humanas para aquisição de coisas, sejam elas tangíveis ou não.

Tavares (1993) traduz o desenvolvimentismo capitalista como “fim do desenvolvimento junto com subdesenvolvimento”, incapaz de resolver os dramas da acumulação e da competição, mas capaz de fomentar o consumo das massas através da financeirização de um sistema de bem-estar social. O desenvolvimentismo-capitalista estaria associado, então, ao aumento da participação popular na cadeia de consumo, colocando a condição de desenvolver ao lume da capacidade de consumir.

Entender o desenvolvimentismo capitalista é primordial para colocar a Economia Solidária e a do Conhecimento no salão da discussão desse trabalho, pois, uma vez interpretado, será caracterizado como marco para a reflexão em torno da obra furtadiana e suas arestas. A Ciência Econômica, em sua dinamicidade, oferece diversas maneiras de aplacar as necessidades humanas por meio das suas análises, das suas escriturações e das suas diversas formas de se explicitar. Sícsu (2009), manifesta que cabe à Ciência Econômica estudar processos de desenvolvimento factíveis à realidade e capazes de emular o imaginário social, se transformando em sonhos, utopias e em orgulho.

Uma estratégia de desenvolvimento não é um plano de governo detalhado, assim como não deve conter respostas para a lista infindável de questões que afligem a todos os cidadãos brasileiros. Uma estratégia de desenvolvimento deve ser construída no debate com a sociedade a partir de linhas gerais que descrevam um objetivo final – um país em que questões materiais não sejam barreiras intransponíveis à felicidade -; e uma trajetória – políticas públicas, procedimentos e regras para se formatar e reformatar continuamente um novo país. O objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade universal – cujas partes imprescindíveis devam ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades (SICSÚ, 2009).

A adequação desses princípios para explicar como um processo de desenvolvimento econômico deve ser foi logo percebida pelos criadores da visão estruturalista aplicadas na CEPAL, Furtado e Prebisch. Ambos partiram da visão proposta por Keynes e seus seguidores da operação de economias empresariais, para identificar os principais bloqueios que estruturas sociais características do subdesenvolvimento colocavam ao crescimento da renda e do

produtividade do trabalho, onde o processo da competição capitalista introduz e mantém entre as unidades de produção do sistema econômico (MARX, 2013).

emprego, bem como das transformações sociais que acompanharam, historicamente, processos sustentáveis de crescimento (LOPEZ & CARDIM, 2009).

Uma dessas formas é a Economia Solidária, que emerge, a partir daqui, como um impulso capaz de desencadear nova visagem sobre o desenvolvimentismo dentro do capitalismo. Singer (2002) infere que na sociedade capitalista, a interação social se estabelece através de dois grandes campos: o competitivo, que engloba as atividades econômicas, políticas, culturais, entre outras; e o solidário, que abrange as relações familiares, de vizinhança, de coleguismo, de estudo, de trabalho e de produção. Para o autor, “não é mole passar de um campo a outro” (p. 101), mas torna-se necessário a partir do momento que enxergamos a solidariedade como regra ante à competição.

No capitalismo, a arma dos desprovidos é a solidariedade. É a posse de capital que permite, em princípio, competir. Os proprietários não apenas podem dispor de seu dinheiro, mas a sua posse lhes dá crédito para obter mais dinheiro. A posse dum diploma, as conexões sociais da família, a residência num bairro fino e outros sinais exteriores de “riqueza”, vale dizer, de pertencer à classe superior são as condições essenciais para entrar nas competições por posições de poder, seja este empresarial, financeiro, político ou semelhante. Aos *outsiders* ficam abertas as portas em algumas competições, em que o talento individual conta mais que o capital: o meio artístico, a ciência, o esporte, as artes performativas e, sobretudo, algumas posições nos meios de comunicação de massa (SINGER, 2002).

A competição instituiu ao capitalismo novas formas de regulamentação e incorporação de técnicas e tecnologias aliadas ao processo produtivo, através da reorganização do mesmo e do realinhamento do Estado aos dogmas capitalistas, instituindo a acumulação capitalista como propósito do desenvolvimento, apurando a concorrência como maneira original do progresso. O capitalismo só se edifica pela reprodução ampliada de capital, seja pelo controle da força de trabalho ou pelo aumento constante do excedente produtivo em forma de mais-valia. O ser solidário às vistas do capitalismo se opõe obtusamente àquilo que o sistema vive em seus radicais, pois se ampliada a obstinação solidária a competitividade arrefece ao mesmo passo.

Dentro do sistema capitalista, a competição se afasta da solidariedade por ser um instrumento de divisão entre vencedores e vencidos. A eficiência do mercado será percebida como socialmente injusta, se não tiver na sua retaguarda uma política que aumente, paulatinamente, a igualdade de oportunidade para todos os cidadãos, não importando a sua origem, cor, religião, etc. – é isso que garante que a competição no mercado não será uma corrida honesta, onde todos começarão no mesmo ponto de partida e terminarão de acordo com a sua capacidade (NETTO & IKEDA, 2009). O espectro competitivo autoriza o vencedor a apontar as normas e as formas do jogo, por ser ele o exitoso e cheio do mérito. Nesse ínterim,

a competitividade faz com que o vencido veja a sua derrota como resultado das suas próprias ações, tirando a responsabilidade de um sistema cultural-econômico-político criado para conferir o critério da disputa sobre a colaboração solidária e do bem-viver, dando ventos favoráveis aos voos da meritocracia.

A meritocracia se tornou uma palavra de objetificação quase religiosa, capaz de justificar quaisquer ações que considerem o mérito algo moralmente louvável. O estratagema básico da narrativa meritocrática é o conflito entre o bem encarnado (o mérito) e o mal personificado (o fracasso). Ou seja, é virtuoso aquele que alcança a glória, independentemente do caminho percorrido até ela; bem como é pecaminoso o que não alcança, um ser improdutivo e incapaz. A meritocracia é um detalhe, embora importante, que justifica a trama em torno dos conflitos sociais. Entender a meritocracia como justificativa de glória ou fracasso, é interpretar que existem apenas duas opções em torno do conflito social: o certo e o errado. O certo é motivado pelo ser persistente, pelo batalhador, mesmo sendo esse, muita vez, procedente das classes dominantes; o errado é o que fracassa, o mal, o sujeito preguiçoso ou pouco esforçado (ANTONINI & CARDOSO, 2022).

O conjunto de forças contrárias ao *bem viver* é amplo, uma vez que, para manter a vigência das fórmulas capitalistas de competição e exclusão, é preciso inserir na psiquê humana que nada que se distancie da modernidade, oferecida pelo modelo de desenvolvimento atual, é capaz de sobreviver por si só. O *bem viver* é uma filosofia de vida que orienta o sujeito num caminho de emancipação pessoal, respeitando o seu passado, mas moldando-o a partir de um projeto que coloque os princípios liberais de igualdade, liberdade e fraternidade em evidência, para que o sujeito optante por essa prática possa fortalecer em si os valores básicos de respeito, consciência coletiva, vida compartilhada e organização comunitária (ANTONINI & CARDOSO, 2022).

A Economia Solidária está disposta como elemento agregador do bem-viver em confrontação à competição, estipulando que a qualidade de vida e a liberdade do ser humano são catalizadores do desenvolvimento social e econômico. Pensar a solidariedade como hábito de cunho representativo do desenvolvimento é fazer com que a competição se torne elemento secundário e a disputa capitalista seja superada pelo ensejo comum do progresso. A palavra solidariedade colabora para o exame do desenvolvimento social e do crescimento econômico. Ser solidário é dividir responsabilidades, direitos e deveres, fazendo com que todos os indivíduos vinculados ao meio que se contempla em comum, sejam corresponsáveis pelas ocorrências que se apresentem, pelos fracassos que ocorram e pelas vitórias alcançadas.

A solidariedade é hoje, um tema crescentemente lembrado seja por organismos internacionais, pela mídia ou mesmo por governos. Muitos países já chegaram a incluí-la nas suas Cartas Constitucionais, entendendo-a como um princípio social relacionado com a construção de sociedades mais livres e justas. Alguns textos constitucionais, como o brasileiro, sugerem mudanças sociais a partir de formas solidárias de participação, com o Estado trabalhando em conjunto com a sociedade no objetivo de criar novos valores voltados aos próprios cidadãos e à cidadania (SINGER, 2002, p.10).

No encerramento das grandes guerras mundiais, que perduraram de 1914 a 1945, o tratado de Bretton Woods trouxe reflexões ao mundo com cartilhas necessárias de reconstrução política, econômica e social dos países envolvidos no conflito. Com isso, surgiu o ordenamento do *welfare state*, fundado nos direitos fundamentais, essenciais e da dignidade da pessoa humana, conforme visto anteriormente. O modelo gerencial surgiu como uma alternativa à burocracia que retardava os desígnios das sociedades. Esse modelo permeia na inclinação política para a melhoria da qualidade dos serviços entregues à população, na descentralização do poder e no aumento da governança do Estado, colocando a ele a obediência a princípios democráticos estruturados no gozo da cidadania, do trabalho, da livre iniciativa, da soberania e do pluralismo.

Singer (2002), reforça que todos esses princípios democráticos se traduzem na solidariedade, sendo essa promovida pelas relações interpessoais, gerando consciência democrática e progresso econômico. A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. É preciso educar as pessoas para que surja um novo pacto institucional em torno da solidariedade, de forma com que o medo do comum seja removido do imaginário popular e transformado numa percepção lógica de força coletiva.

Para ser útil aos outros e a si mesmo, o indivíduo não pode ser posto em situação constante e paralisante de medo, suas formas habituais de agir devem ser desafiadas pela mudança em seu entorno (UNGER, 2018, p. 110). Portanto, para que ocorra a razão solidária, o indivíduo precisa compreender-se como elemento que parte de uma realidade de interdependência (ELIAS, 1993) entre ele e os outros indivíduos que compõem uma mesma sociedade. Além do medo ser limitante, faz com que os indivíduos não consigam se enxergar por si mesmos, não obstante a isso, não conseguem, também, perceber que a relação dele para com o próximo é o que faz com que se crie a ideia de coletividade e, conseqüentemente, a solidariedade.

Contra a fibra da metodologia econômica ortodoxa, a Economia Solidária emerge como plataforma de reação às condicionantes impostas pelo capital financeiro em suas especulações

e domínios. Em suma, embora exista um dinamismo financeiro vultoso no contexto capitalista global e capaz de impulsionar as demandas do poder suserano para o desenrolar da Economia, o poder humanitarista da Economia Solidária surge como caminho alternativo em busca do progresso.

Laville (1994) colocava que a Economia Solidária era um conjunto de atividades econômicas distintas da lógica do mercado capitalista e do Estado. Segundo o autor, a Economia Solidária se centralizava no contraponto da economia ortodoxa capitalista, que objetivava o alcance dos interesses individuais e as relações competitivas de trabalho e produção, cuja principal missão era favorecer o laço social através da valorização das formas conjuntas de se produzir, seja em comunidades ou em outras lógicas empreendedoras capazes de criar sentidos comuns de direção.

Laville e Roustang (1999) colocam a Economia Solidária como eventual potencializadora de mudanças dentro do sistema capitalista, elevando a economia social como elemento capaz de tapar o fosso entre o poder econômico, o social e o político através de uma articulação reformista passível de frear o maquinário capitalista, meramente voltado ao lucro, a pensar nos efeitos positivos que surgiriam através da agregação do fator humano e da melhoria de vida das pessoas no dinamismo capitalista, no arrefecimento da competição como forja principal das armas do capitalismo e da otimização do consumo em massa.

A Economia Solidária teve a sua origem traçada a partir da aurora do século XIX, oriunda dos primeiros movimentos cooperativistas, numa fusão entre eles e o socialismo, buscando construir uma unidade entre esses dois elementos. Singer (2002) declara que a Economia Solidária “nasceu pouco depois do capitalismo industrial”, sendo essa fase entendida como revolucionária do cooperativismo. Owen (1813), dizia que as ideias de cooperativismo partiam dos princípios do materialismo histórico do século XVIII.

A Economia Solidária é construída a partir de princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica (Bertucci, Lima, Tygel *et al*, 2010, p. 14). Owen (1813) caracterizava o homem como “produto da sua organização durante a vida e resultado das variáveis que o rodeiam”, permeando o entendimento de que o meio interferiria diretamente na configuração do sujeito, inclusive sobre as práticas solidárias, autogestionárias e econômicas consequentemente. A cooperação se entende como a união dos esforços e capacidades entre os indivíduos; a autogestão é voltada para um conjunto de ações democráticas, inclusivas e estratégicas em relação à direção dos empreendimentos; a solidariedade é pautada na coadunação de esforços mútuos de indivíduo para indivíduo; e a ação econômica agrega os recursos para a produção, inovação, crédito, comercialização e consumo.

Borinelli, Santos & Pitaguari (2010, p. 21) manifestam que a Economia Solidária se apresenta como uma organização de trabalhadores com objetivos cooperados, num modo de produção, organização, distribuição, consumo e convivências alternativas ao capitalismo. Através desses mecanismos, a Economia Solidária é capaz de fazer uso dos meios de produção de forma conjunta e capaz de criar escala, oferecendo aptidões para que os cooperados concorram nas normas habituais do mercado, mesmo jogando com regras diferentes.

Variantes culturais, ecológicas e éticas têm, em conjunto, a atribuição de humanizar a erudição de toda essa dança axiológica que perfaz a Economia Solidária. A cultura demonstra a identidade dos povos e das comunidades às quais a cooperação se traduz como significado, bem como seus costumes e dialogicidades de sabedorias divergentes; a ecologia (numa tratativa errática desse autor ao risco de não ilustrar a magnitude devida ao termo) se destina à responsabilidade do que está posto, do presente, das condições atuais das análises em vigor, da perspectiva de desenvolvimento de um meio ambiente são (ou próximo disso) e de um futuro duradouro, mediante à preservação do que se tem. A ética, lograda ao seu pedestal de pureza, contribui com os valores e princípios fundamentais de elementos castos o suficiente para se denominarem como normas a serem seguidas.

A Economia Solidária é um instrumento capaz de combater a exclusão social a partir do momento em que se apresenta como uma forma obstinada de geração de trabalho cooperado, oferecendo, ao sujeito que dela se sinta representado, uma análise diferente e direta das suas necessidades individuais, bem como a consciência de que a escassez dos recursos utilizados é um fator predominante para a validade das suas ações. Educando esse sujeito à responsabilidade do pensar coletivo, incentivando-o a abrir mão dos seus egoísmos e pequenas vontades, a Economia Solidária forma um espectro nobre e disposto a compreender as imperfeições do sistema capitalista, oferecendo ao seu receptor a sua própria crítica e possibilidade de agir.

Para Cardone (2017), num estudo submisso aos escritos de Giddens (2012), quando um conjunto de estruturas conformam um padrão de características institucionalizadas que guiam o acionar de um grupo de indivíduos nas suas interações sociais, está a se falar de um sistema social. Esse sistema social, ou parte das suas estruturas, está sujeito a mudanças que podem vir de câmbios incrementais, como também à contestação por parte dos seus membros e das próprias instituições. Owen (1820) teorizava que as instituições deveriam ser obrigadas a oferecer novas formas de produção, pois tinham responsabilidade na organização social, acreditando que as transformações só seriam possíveis se viessem de dentro para fora da sociedade, através da luta de classes.

Ao dizer sobre as substâncias que nos faltam, Elias (1997, p. 14) expõe que não contemplamos as coisas que são comuns, tendo dificuldade de compreender que um grande número de indivíduos associados compõe algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados. Esse raciocínio é um marco na definição de sociabilidade entre os seres humanos, pois nele mora o pensamento guardião da razão capitalista de competição e produção de desigualdades. Owen (1820) também relacionava que “grande parte dos seres humanos se tornarão esclarecidos e agirão com clareza a partir do momento em que parassem de gerar miséria para si mesmos”, demonstrando que a coletividade seria elemento bastante para que isso não ocorresse.

Nesta lógica, ao adquirirmos consciência coletiva, principalmente em relação a gestão dos recursos humanos e materiais, alteramos esse *status* de indivíduos isolados e passamos à modelação de uma perspectiva solidária interdependente, dividindo conhecimentos, ganhos, experiências, formulações práticas e teóricas e, acima de tudo, experimentando um estado de catarse numa libertação da realidade opressora resultante do hábito capitalista. A Economia Solidária seria, portanto, uma disrupção do modelo desenvolvimentista-capitalista em prol de uma nova forma de empreender, baseada na participação de indivíduos diferentes numa empreitada comum em prol do trabalho como método, não como exploração.

De acordo com Unger (2018, p. 277), existem concepções fundamentais do trabalho na história da civilização: a visão instrumental do trabalho, como algo que a maior parte da população mundial teve que empreender em condições desiguais; a ideia do trabalho como vocação diferenciada, como um posto, uma profissão ou uma especialidade dividida socialmente e que assegure respeito e subsistência; e a ideia de vocação transformadora, como uma intervenção da democracia e do romantismo, difundidas pelas políticas liberais e do socialismo. É neste intervalo que estabelecemos um parâmetro entre a Economia Solidária e a Economia do Conhecimento como novas formas de interpretação do desenvolvimentismo-capitalista e da retórica furtadiana.

O conhecimento, mesmo sendo imaterial e flexível, cristaliza-se em máquinas e instalações, manifesta-se na estruturação física do espaço em que é gerado ou utilizado, nos instrumentos de que precisa para se externalizar e, por fim, nos produtos e serviços que dele se derivam. É ingrediente indispensável ao processo de competição intercapitalista, ao passo que aqueles que o detém visam mantê-lo como ativo estratégico, buscando abrigo nas institucionalidades para proteger-lhes a posse (NASCIMENTO, 2020, p. 84).

Para Unger (2018), a alteração contextual entre o fundamentalismo da teoria econômica e a Economia do Conhecimento, não passa de uma configuração da luta ideológica

que advém da concepção embrionária do desenvolvimento, das finanças e do valor das coisas, indo até o confronto entre o Estado e o Mercado, numa perspectiva em que cada qual tenta se defender como subsídio fundamental para a coadunação entre riqueza e renda.

Assumir a geração da Economia do Conhecimento, consoante às verificações da Economia Solidária, a partir das arestas deixadas constantemente pelo processo produtivo-econômico capitalista, é reformar o ambiente desenvolvimentista com políticas igualitárias, emancipatórias e coordenadas com interesses coletivos. Não no sentido que a coletividade se infunda pelo socialismo utópico³², mas num bastante sofisticado, ao ponto de fazer com que as pessoas consigam compreender que elas são parte de um projeto inspirador, pautado nas transformações provocadas em experimentos de bem estar social dentro da óptica do próprio capitalismo. A solidariedade e o conhecimento não rompem com o sistema capitalista, propõem reformas pontuais no tocante ao mérito competitivo.

Para conduzirmos a imaginação programática para a vida real, precisamos associar o reconhecimento de que toda mudança é fragmentária, verificando-se alternativas genuínas de direções a serem tomadas. Cada caminho de mudança institucional desenvolve os poderes da humanidade em diferentes direções, e estimulam algumas formas de experiência, suprimindo outras também. Os projetos de aprofundamento democrático, de radicalização experimental e de avanço para a zona na qual as condições de progresso material se confundem com as necessidades de emancipação individual, tomam forma a partir do que mais diretamente se opõem. O adversário mais visível consiste em um esforço de convergência institucional para com um grupo de soluções agora triunfantes nas democracias ricas do Atlântico Norte (UNGER, 2005, p. 63).

Após as constantes evoluções dos processos de produção do capitalismo, numa linha do tempo da caça à indústria, o mundo atual passa, mais uma vez, por uma nova alteração em suas configurações. Adentramos à era da alta tecnologia; à produção em larga escala para baratear os custos de produção; ao surgimento de consumidores modernamente ensinados nos novos avanços tecnológicos; ao entretenimento digital; à velocidade de comunicação; ao 5G; à química fina; e à inovação. Dessa forma, as informações, as formas de conhecimento e as ideias sustentam um novo modelo de crescimento econômico.

A discussão que se propaga nas nações ricas, são as mudanças nos padrões de produção da economia mundial, principalmente nas últimas duas décadas. Essas alterações são apontadas como um intervalo de transição das sociedades industriais para as do conhecimento. Nessas, os meios de produção tradicionais (terra, capital e trabalho) adquirem um novo ativo: o conhecimento. Diferentemente dos outros três, o conhecimento não é um recurso natural

³² Através da divisão igualitária dos meios de produção.

escasso, é ilimitado e renovável, capaz de se atualizar constantemente e numa velocidade cada vez maior a partir dele mesmo, capaz de gerar progresso e de se materializar nas formas de produtos, serviços e novas tecnologias para o processo de transformação produtiva.

As interações entre produtores são numerosas e podem levar a grandes mudanças quando ocorrem em redes. De particular importância são as interações entre produtores e consumidores. A existência de um maior volume de informação e conhecimento sobre as necessidades dos consumidores leva os produtores a ampliar a sua produção e a reorganizar a linha de produção, enquanto os consumidores ainda estão aprendendo sobre o potencial das inovações. Se essa dinâmica de diferenciação de produto generalizada leva a ganhos de produtividade, o que, por sua vez, favorece os salários, levando à expansão da demanda, obtemos uma dinâmica cumulativa de crescimento econômico (LASTRES, CASSIOLATO & ARROIO, 2005, p. 131).

O conhecimento é capaz de descentralizar as ações, de transformar a riqueza propriamente dita, uma vez que sempre estará nas mãos de quem sabe cria-lo, organiza-lo, distribui-lo e mobiliza-lo. Isto o torna diferente da indústria mecanicista, do modelo arcaico e de baixo valor agregado, que só beneficia a quem detém os fatores de terra, capital e trabalho em mãos. A economia do conhecimento evoluiu da economia capitalista, através do avanço e da difusão da informática, da rapidez dos acessos, da democratização dos saberes, da geração e da abrangência de informações jamais experimentadas.

É sob esse ponto de vista que esse trabalho traça um paralelo com a Economia Solidária e a Economia do Conhecimento, dando forte atração para a formulação de uma economia do conhecimento incluyente e libertadora dos defeitos da ciência econômica moderna criada pelo marginalismo, sem repetir os erros causados por ela e por suas teorias (UNGER, 2018 p. 263). Para Unger (2018), o trabalho pode ser realizado sob a inspiração da inteligência, da tecnologia e do aprendizado das coisas novas; as novas estruturas criadas pela economia solidária devem se adequar às poderosas ideias do conhecimento e não dispensar o seu auxílio. Podemos fazer a Economia Solidária como uma fórmula abrangente, operando de dentro para fora da teoria econômica já estabelecida, ocupando as lacunas deixadas por ela e corrigindo as suas deficiências.

O aprofundamento e a difusão da economia do conhecimento requerem uma ampla variedade de arranjos de organização e financiamento da atividade econômica descentralizada, assim como uma pluralidade de regimes de propriedade e contrato. A defesa e agudização da competição no mercado devem ser complementadas por uma ampliação da diversidade experimental nos métodos e resultados da atividade econômica. Em vez de ser simplesmente admitida, a diversidade deveria ser buscada e efetivada pelas instituições da economia bem como pelas práticas de produção (UNGER, 2018, p. 249).

Desse modo, podemos perceber que há evolução em torno do pensamento de progressividade das formas de produzir e de pensar o desenvolvimento, tal qual a economia como um todo. Drucker (1976, p. 193) coloca que o estágio atual da teoria econômica está longe de ser o adequado à situação vigente da modernidade, e é praticamente inconsistente com uma nova era de continuidade. O autor também abastecer esse pensamento ao afirmar que a teoria social, para ter sentido, deve partir da realidade do pluralismo social, uma vez que não existe mais uma economia nacional e sim mundial, e essa precisa ser alimentada pela demanda (p.202).

Dispondo Drucker, podemos afirmar que Furtado arredondou o seu pensamento ao redor de questões muito importantes, selecionando uma forma de agir concentrada pelas críticas ao ciclo econômico do centro e sua relação com a periferia, mapeando convergências e divergências nas proposições gerais de um para o outro, mas destinou sua escrita com a ótica dos países subdesenvolvidos, sem considerar as inflexões que o mercado subdesenvolvido poderia ter em relação ao todo, como encontramos precisamente em Warllestein. O texto de Furtado é necessário e imprescindível para o debate em torno do desenvolvimentismo-capitalista e, até mesmo, sobre como as fórmulas internacionais se aliam ao poderio do centro econômico.

Em *Os problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos* (1951), Ragnar Nurkse, embora citado por Furtado em *A formação econômica do Brasil*, reflete pesadamente sobre a temática de formação do capital, reconhecendo que o capital constitui o centro do problema do desenvolvimento nos países atrasados e que o problema do desenvolvimento não está ligado somente ao campo econômico, mas, precisamente, às aptidões humanas, atitudes sociais, condições políticas e acontecimentos históricos (NURKSE, 1951), sendo o processo de formação e constituição do capital uma parte importante de um problema muito maior dentro da teoria do desenvolvimento.

A teoria furtadiana foi necessária para a discussão do problema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento relativos à demanda, sobre a avaliação temporal de cada fato, mas não foi oblíqua o suficiente para discutir a formação de capital nas sociedades e sua aplicação para a própria demanda, principalmente naquilo que toca os desejos imediatos das pessoas e suas necessidades. É em Singer (2002) que encontramos que as formas de produzir não são nacionais, foram internacionalizadas pelo *roll* do desenvolvimentismo capitalista e as indústrias foram as principais remetentes desse processo.

Nurkse (1951, p. 61) ressalta que a necessidade da internacionalização da produção não se deve necessariamente, como aplica Furtado, devido à falta de capital por parte dos produtores

nacionais e nem diretamente à ausência da propensão ao consumo por parte de uma população local, mas às formas de planejamento dos recursos empregados na formação da política econômica adotada por um país ou outro. Foi por conta disso que ocorreu a necessidade de uma nova forma de pensar o desenvolvimento, em escala globalizada e aliado à formação de demanda internacional e, por conta disso, a indústria moderna passou a se enquadrar como criadora de demanda independente de onde esteja e para onde vai a sua produção. O conhecimento do mercado global acelerou que a formação de capital por parte das indústrias não se baseia mais numa população específica, mas globalizada, criando demanda a partir da oferta de produtos concebidos em suas linhas produtivas ditando o método, a moda e as propensões para o consumo.

Esse raciocínio de formação de demanda contínua é facilmente encontrado em Unger (2018), ao manifestar sobre a orientação inicial da sua teoria e suas balizas da seguinte forma:

Em uma primeira aproximação, a economia do conhecimento consiste na acumulação de capital, tecnologia, capacitações tecnológicas e ciência aplicada à condução das atividades produtivas. Sua característica ideal é a inovação permanente em processos e métodos, assim como em produtos e tecnologias. Ela não pretende ser somente outra forma de produzir bens e serviços sob arranjos típicos de equipamentos e tecnologias, mas se propõe ser um paradigma de produção que continuamente reinventa a si mesma. O significado desse ideal será visto desde o nível mais superficial da administração, como pode acentuar a coordenação e produção através de atributos promovidos de forma disseminada e radicalizada sob a perspectiva da gestão, da engenharia da produção e da prática que reconcilia a produção em larga escala com a despadronização da produção, dinamizando o nível de produção e descentralizando as iniciativas (UNGER, 2018, p. 16).

Traduzindo o que fora colocado por Unger (2018) neste trecho, temos que a tecnologia, a gestão e a produção dinamizada são capazes de criar demanda, principalmente aquela à qual se agrega valor e está disposta a consumir coisas novas e tecnológicas. Diferentemente do que Furtado propunha pela CEPAL e na aplicação do conceito cepalino à SUDENE, Unger estipula que a indústria do conhecimento estimula a substituição dos métodos mornos de produzir ao aumentar os níveis de consumo provocados pelo investimento da iniciativa privada, consoante às necessidades regionalizadas, na expansão da nova indústria e utilizando o Estado como mecanismo de equilíbrio de forças, gerando incentivos para a produção, aumentando os setores de consumo assalariado e propondo políticas públicas não mais de protecionismo, mas de abertura calculada ao que estava fechado e distante do que ocorria no mundo, ao descentralizar as iniciativas e atuar como peça central de observação e mediação.

O texto de Furtado é propício a interpretação da indústria nacional como elemento promotor de desenvolvimento, essa afirmação pode ser verificada naquilo que dispomos nesse

trabalho quando o autor retrata sobre o desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, vimos que a canalização do processo industrial desenvolvimentista de Furtado era voltado para garantir os investimentos estatais canalizando-os para o aumento do conjunto da economia em torno da produtividade agropecuária e das fontes de capital através de recursos básicos de produção, para impulsionar o crescimento de forma rápida e flexionando a questão de crescimento da renda sem considerar – ou pouco considerando – a questão da inflação provocada pelo aumento da escala como causa do aumento da capacidade de produção e propensão ao consumo. Furtado (1977, p. 239) afirma que a inflação não se trata apenas de um problema monetário, mas uma espécie de expressão de desequilíbrios fundamentais das economias subdesenvolvidas. Para o autor, somente o fato da economia ser subdesenvolvida em relação às do centro, já seria fato robusto o suficiente para justificar o fator inflacionário quando do aumento da demanda.

De forma diferente, Unger (2018, p. 18) coloca que a questão da escala pressupõe um modo de compreender e conduzir os negócios de uma forma que busca criar novas demandas, categorias de consumidores e mercados em vez de tomar a demanda por seus produtos por um dado exógeno e inalterável. O autor ainda afirma que o desejo por diferenciação de bens e serviços pode ser elástico, à medida que o consumidor é surpreendido por novas opções, ocasionando a conciliação de iniciativa descentralizada em um plano coordenado entre produção e organização do trabalho produtivo. Isso seria capaz de reverter a restrição às questões do retorno de escala.

O conceito de retornos de escala refere-se à relação entre duas quantidades. A primeira é o aumento ou redução dos fatores ou insumos empregados na produção de um bem ou serviço, quando todos os insumos e fatores aumentam ou diminuem na mesma proporção. A segunda quantidade é o aumento ou declínio resultante no volume da produção, registrado no longo prazo. Os retornos são constantes quando o nível de produção aumenta ou diminui proporcionalmente ao aumento ou diminuição dos insumos empregados na produção de um bem ou serviço. Retornos de escala normalmente presumem-se constantes. No entanto, numerosas circunstâncias podem conduzir a aumento ou diminuição dos retornos de escala. Uma fábrica maior, em que o uso de todos os insumos e fatores tenha sido aumentado proporcionalmente, pode ser tanto mais quanto menos eficiente que uma fábrica menor. A ocorrência de retornos constantes de escala nunca foi vista como lei geral da vida econômica, justificadamente. Na melhor das hipóteses, é pressuposto factual que os fatos podem desmentir. Vigem somente na ausência de inúmeras circunstâncias que poderiam contradizê-la, incluindo interações favoráveis ou desfavoráveis entre insumos e fatores de produção. Nesse sentido, assemelha-se ao movimento constante na mecânica newtoniana. É, contudo, um conceito útil, pois, como boa parte da análise econômica estabelecida, simplifica para esclarecer. Mas, essa questão da escala, esquece de dizer que a adição de um novo consumidor à comunidade de usuários tem custo marginal próximo a zero. O que justifica, portanto, que a adição de um número de consumidores, por maior que possa ser, ao todo universal, tem custo também próximo a zero (UNGER, 2018, p. 20). Grifos do autor.

Por essa ocasião da escala, é possível conferir disparidade entre o pensamento de Unger e Furtado em relação às forças promotoras da formação de capital. Enquanto Furtado define a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento às óticas sociais e econômicas que se estabeleceram nos países do centro após o advento da modernidade e da contemporaneidade industrial, Unger imputa que a diferença entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos está também enquadrada na diferenciação das formas de produzir e da incorporação de ativos à produtividade, raciocínio parecido com o que Cardoso e Falleto (1980) escreveram. Furtado se esforça em traduzir as questões de escala às peculiaridades históricas, enquanto Unger utiliza o planejamento econômico como causa determinante do que fazem os países que imbuem suas economias à internacionalização.

Outra consideração relativa, dentro do que fora visto em Furtado, à internacionalização da escala, da produção e do consumo, é a questão política em torno do que o autor defende: o protecionismo industrial sob tutela do Estado, não sob o aprimoramento da concorrência. Furtado, em momento algum, abre mão do modelo econômico protecionista difundido pela visão cepalina de desenvolvimento ao formular sua própria teoria para o Brasil e suas decorrências à SUDENE. A visão furtadiana para isso é orientada por uma percepção histórica temporal e inserida apenas pela definição daquilo que ele acreditava ser uma classificação de produção e consumo pautadas pelos fatores de produção e formas de incorporação na economia tradicional. Contra-pondo-se a isto, Unger manifesta da seguinte forma, sugerindo uma alternativa ao protecionismo utilizando o conhecimento como fator de diferenciação na competição:

Outras proposições enfatizam as externalidades positivas geradas por conhecimentos, habilidades e quadros técnicos, dos quais as empresas da economia do conhecimento dependem. Tais empresas são, ao mesmo tempo, produtoras e consumidoras de conhecimentos práticos. Os bens e serviços que vendem são densos em conhecimento incorporado e costumam requerer habilidades condizentes para que seu uso seja efetivo. Sobretudo, empresas da economia do conhecimento somente podem prosperar criando em torno de si amplo cinturão de pessoas, instituições, práticas e ideias que sejam úteis para suas atividades. Esse conhecimento incorporado ou tácito representa aquilo que os economistas chamam de bem “não rival”: seu uso por alguns não é impeditivo de seu uso por outros, exceto quando o direito de propriedade intelectual intervém para limitar acesso a ele, tornando-o exclusivo. A proliferação de capacidades e conhecimento tácitos compartilhados na economia do conhecimento não apenas promove o desenvolvimento de empresas avançadas e partes avançadas do sistema de produção; também torna mais fácil para os bem sucedidos sobressaírem-se mais, ampliando a sua liderança (UNGER, 2018, p. 21).

Para Unger, a competição seria avaliada de acordo com o potencial de conhecimento que cada firma estaria disposta a empreender sobre a sua própria produção. Disposto o

conhecimento daquilo que se produz, a competição seria provocada e a demanda se sensibilizaria a consumir aquilo que, para ela, tivesse maior valor agregado. Esse fato seria fundamental para a manutenção das empresas na economia do conhecimento e não mais aquele padrão de competição predatório e visado apenas pela alta escalabilidade de um produto construído por mera massificação. O valor agregado de uma produção estaria, para Unger, diretamente ligado à questão da inovação das formas de produzir e de tendenciar a demanda ao consumo.

Furtado (1953) buscou enquadrar a dinamização do desenvolvimento ao fato tipificado do capitalismo competitivo, colocando que a produção advinha exclusivamente dos blocos internos dos investimentos econômicos, freando a dinamização produtiva ao situar o comércio exterior como uma coisa única e, muitas vezes, imutável por conta daquilo que se era produzido de forma massificada, não sendo o comércio exterior elemento capaz de desenvolver uma economia subdesenvolvida. Por esse motivo, a inovação era trazida pela ótica cepalina de Furtado como uma preocupação arraigada pelos fatores históricos e não bastante para solucionar problemas, tendo apenas a capacidade de absorver e reorientar a forma de se produzir e se consumir.

Para Furtado, o processo de desenvolvimento econômico por meio da inovação dependia diretamente numa série de mudanças e na forma como os fatores de produção combinariam entre si, promovendo o aumento do fator trabalho e aumentando a produtividade de forma subsequente. A inovação, para Furtado, seria fruto de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica já conhecida. Numa simplificação teórica se poderia admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num dado momento, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta poderia aumentar pela simples implantação de técnicas já conhecidas que seriam consideradas em graus diversos do subdesenvolvimento (MALLORQUIN, 1993, p. 53).

Enquanto Furtado (1953) manifestava que o processo de desenvolvimento e inovação consistiam diretamente a partir de uma série de mudanças na forma e na proporção da combinação dos fatores de produção, cujo objetivo não era justificar a mudança da economia, mas como o fator trabalho aumentava sua produtividade ao evoluir progressivamente, Unger (2018) dita que a inovação não só faz parte da introdução de novas técnicas aplicadas às já conhecidas, mas relacionando-a às questões de valor e capazes de balancear as práticas competitivas predatórias ocasionadas pelo retorno marginal decrescente na produção, não apenas produzir por produzir através do trabalho. Da mesma forma, enquanto Furtado ampliava

a discussão da inovação como iniciativa do Estado, Unger busca contextualizá-la de forma espontânea ao processo de contrabalanceio aos retornos marginais decrescentes³³.

Inovação é a única força capaz de contrabalancear retornos marginais decrescentes. Porém, se é episódica ou descontínua, ao invés de permanente e contínua, cada inovação funcionará como se fosse novo insumo ou modificação de insumo existente, sujeito à mesma restrição de retornos decrescentes na margem (da competição). Considerem três formas de descontinuidade características das inovações que desempenharam papel decisivo no curso de práticas mais avançadas de produção anteriores, em particular a produção em massa e sua precursora, a manufatura mecanizada: a primeira forma é a descontinuidade na história da descoberta científica, à medida que a invenção de novas maneiras de entender a natureza é seguida pela estabilização ou normalização das teorias, experimentos e processos resultantes. A segunda é a descontinuidade na conversão da descoberta científica em invenção tecnológica, potencializada pelo efeito reverso de tais invenções, notadamente a disponibilização de equipamento para pesquisa, sobre a própria prática científica. A terceira é descontinuidade no uso da tecnologia, baseada em ciência, pelo sistema de produção. Quanto mais a inovação se torna contínua, ao invés de episódica, e quanto mais emerge do interior do sistema de produção tanto quanto do uso de ideias e máquinas desenvolvidas fora desse sistema, maior se torna a possibilidade de atenuar ou mesmo reverter a estrição dos retornos marginais decrescentes (UNGER, 2018, p. 23).

Uma das críticas mais agudas em relação às teorias furtadianas de desenvolvimento, pautadas pelas questões da ausência da inovação como lógica, é a interpretação de que os trabalhos de Celso Furtado, publicados na segunda metade dos anos 1960, colocavam em prática apenas as ideias da CEPAL, argumentando que a América Latina caminhava para a estagnação em razão da utilização de uma tecnologia trabalho-intensiva na indústria de transformação e da concentração de renda que ela provocava não havendo contra isso forças compensatórias (BRESSER-PEREIRA, 2010). Porém, essas argumentações em torno do processo de dependência analisado sobre a indústria brasileira, carece de interpretações profundas que vão além das questões da superexploração e da dependência associada aos processos que requerem novas tecnologias e inovações do fator trabalho.

Em Unger (2018, p. 27) encontramos que o processo de trabalho requer, antes de mais nada, arranjos institucionais, políticos e econômicos capazes de compreender que não exercemos trabalho de forma isolada, mas conjunta. Para o autor, essa mudança do fator trabalho seria uma inovação sobre a qual seria necessário um rearranjo institucional de maneira que nos permita controlar e transformar as formas de produzir, afim de promover a divisão técnica do trabalho, valorizando o fator humano e aproximar os processos produtivos dele,

³³ A Lei dos Retornos Marginais Decrescentes é inclinada a identificar quando a relação econômica da utilização de um bem ou serviço é acrescida de novas unidades de trabalho, gerando alteração na produtividade ou consumo, demonstrando as alterações nesse ciclo ao passo de cada nova adição de insumos de acordo com o aumento da produção.

repensando o modo de organizar o trabalho e a relação entre trabalhador e máquina. Em síntese, a qualificação da mão de obra como potencial elemento agregador de valor e de ruptura com a manutenção da forma dependente de produzir.

A economia do conhecimento torna possível – e, para se desenvolver mais profundamente, exige – uma transformação fundamental na relação do trabalhador com a máquina. Essa mudança oferece uma outra perspectiva quanto ao que significa remodelar a produção segundo o modelo da imaginação. Eis o princípio que rege a mudança, apresentado em sua forma mais simples e geral em um quadro sumário do passado, presente e futuro das máquinas. A relação de trabalho homem-máquina não se firmou no decorrer da história das práticas de produção, principalmente sobre a questão da produção massificada, uma vez que o trabalhador foi posto a trabalhar como se máquina ele fosse, não elemento capaz de pensar e fundamental para o processo produtivo. A maior parte do uso dessas máquinas é realizada por trabalhadores que não trabalham e pensam como se fosse máquinas. A combinação da máquina e da antimáquina – quer dizer, o trabalhador – é muito mais poderosa do que o trabalhador ou máquina sozinhos. O que não podemos fazer é dar à máquina o lugar da imaginação (UNGER, 2018, p. 30).

Essa contextualização em Unger sobre a máquina e a antimáquina advoga pela necessidade de treinamento de pessoal e qualificação para o fator trabalho, não apenas para que o trabalhador exerça aquilo ao qual fora contratado, mas que a sua imaginação, o seu poder criativo e a sua forma de pensar também possam ser colocados em consideração. Tornar o homem, não só parte do, mas o processo de produção, irrompendo a perspectiva fordista de produção massificada sem qualquer espécie de participação efetiva do pensamento humano como causa.

O que a Economia do Conhecimento tenciona, em forma de substituição ao padrão desenvolvimentista-capitalista implementado por Furtado, seja pela lógica cepalina ou pela implementada na SUDENE, é que precisamos transformar a cultura moral da produção, elevando o grau de confiança e discricionariedade requerido e permitido na atividade produtiva, aperfeiçoando nossa disposição e capacidades para cooperar, e atenuando o conflito, característico do conjunto da vida social, entre cooperação e inovação. A manufatura mecanizada e a produção industrial em massa, assim como os tipos de ordem de mercado em meio às quais elas surgiram, demandam somente uma parcela mínima de confiança (elas simplesmente existem e impõem suas normas, independentemente de onde, como ou quando for) (UNGER, 2018, p. 35).

Para Furtado (1961), numa economia industrial, o ciclo de crises funcionava como um mecanismo forçado de correção das estruturas em voga e, somente através dessas crises é que seriam possíveis novos contratos para a criação de bases novas de crescimento e produtividade.

Os fatores humanos de pensamento e imaginação nunca foram considerados como elementos de vedação, diminuição ou correção dessa ciclicidade errática.

As interpretações de Furtado e Unger são opostas. Enquanto Furtado, sustentava seu discurso através do debate internacional e do desenvolvimento econômico pautado nas questões dependentes promovidas pelo sistema capitalista, Unger faz uso da crença no aperfeiçoamento humano e no conhecimento do fator homem e do fator trabalho como chave essencial ao desenvolvimento, sendo esse último um produto do primeiro.

Ao contrário das práticas avançadas de produção anteriores, a economia do conhecimento não tem ligação intrínseca com qualquer setor específico da produção. Sua capacidade de produzir bens e produtos em quase qualquer escala, possibilitada por suas ações tecnológicas características, pode abrir para ela o universo das pequenas empresas, desde que esse mundo não permaneça vedado a ela por outras razões. No entanto, seu confinamento às vanguardas insulares³⁴ tem persistido teimosamente. A economia do conhecimento não escapou apenas da restrição à indústria sem evitar a insularidade, ela também contornou uma associação exclusiva com as economias mais ricas do mundo sem atingir uma presença ampliada, abrangendo o conjunto da economia, em qualquer delas. No apogeu da industrialização convencional, o eixo da divisão internacional do trabalho - e o tópico central de análise na teoria do comércio internacional - eram as trocas entre as economias intensivas em capita e as intensivas em trabalho. A prática mais avançada - produção industrial em massa - ficou aquartelada nas economias mais ricas, enquanto a produção mais primitiva e intensiva em trabalho restou às demais, a vasta periferia do mundo em desenvolvimento (UNGER, 2018, p. 40).

Nesse trecho da Economia do Conhecimento, vemos o seu confronto direto com as questões industriais centrais, quando colocadas frente a frente às contradições da dependência. A indústria ortodoxa dos países centrais cria arestas para colocar e manter os mercados dos países subdesenvolvidos sob sua tutela, delegando a eles apenas a formação da mão de obra de baixa qualificação e sustentados pela massificação da produção em linha. No trecho em que Unger diz que a prática mais avançada de produção ficou aquartelada nas economias mais ricas, exemplifica bem que a parte intangível do processo, aquela vinculada à imaginação e ao poder criativo do fator humano, não eram transmitidas às filiais correlatas no mundo subdesenvolvido. Vemos isso claramente na indústria presente no Brasil, tanto nos setores mais elementares aos mais avançados, sendo esse país, muita vez, utilizado apenas como receptor de coisas aptas apenas ao processo de montagem, envaze ou de baixa necessidade tecnológica aplicada.

Para conduzirmos a imaginação programática para a vida real, precisamos associar o reconhecimento de que toda mudança é fragmentária, verificando-se alternativas genuínas de direções a serem tomadas. Cada caminho de mudança institucional

³⁴ Segundo Unger (2018, p. 36), as vanguardas insulares são a manufatura avançada, serviços intensivos em conhecimento e agricultura científica de precisão.

desenvolve os poderes da humanidade em diferentes direções, e estimulam algumas formas de experiência, suprimindo outras também. Os projetos de aprofundamento democrático, de radicalização experimental e de avanço para a zona na qual as condições de progresso material se confundem com as necessidades de emancipação individual, tomam forma a partir do que mais diretamente se opõem. O adversário mais visível consiste em um esforço de convergência institucional para com um grupo de soluções agora triunfantes nas democracias ricas do Atlântico Norte (UNGER, 2005, p. 63).

Unger (2018) manifesta seus traços de responsabilidade para a adaptação da economia capitalista e do desenvolvimento econômico pautados pelo conhecimento e pela solidariedade, colocando que a rota mais promissora para isso está em gerir menos desigualdades e distribuir apoio ao consumo e à integração social aos meios produtivos, aos instrumentos de trabalho modernos, às capacitações e às oportunidades para aqueles que trabalham.

Uma das principais dificuldades de implementação da economia do conhecimento seria o hábito estatal e organizacional em torno do *laissez faire*³⁵. Unger (2018, p. 78) coloca que a persistência do modelo de administração do fordismo ganhou sobrevida nos tempos modernos devido à ausência de alternativa mais promissora voltada à cooperação e à capacitação em parceria com o Estado. Para Unger, o Estado deveria garantir um mínimo universal de pagamento a todos – o piso – e impulsionar, na forma da prática administrativa e da competição sadia, o provimento de serviços mais custosos e complexos que possibilitassem ganhos maiores livremente – o teto. Na zona de interseção entre o piso e o teto, o Estado deveria preparar, equipar, financiar e coordenar a sociedade civil independente, agindo por meio de associações civis ou cooperadas para compartilhar o trabalho de construir pessoas, representando, assim nova alternativa ao modelo fordista, numa contrapartida administrativa da economia do conhecimento para a organização do Estado e suas relações nos arranjos de produção e no mercado.

Unger cita a questão do regime cooperativo e solidário, determinando que esse módulo seria constituído de um complexo de formas habituais de interação, onde as atitudes e pressupostos a elas associados e os arranjos institucionais e legais que elas tomam por seus e aceitam como modelo (UNGER, 2018, p. 93) estariam relacionados. O autor ainda cita que, para que essa possibilidade seja real e a perspectiva de contribuição da prática produtiva e o desenvolvimento da prática de produção avançada aconteçam, dois critérios fundamentais são necessários para avaliar a fecundidade de uma forma de cooperação para o desenvolvimento de novas práticas produtivas. O primeiro seria a extensão na qual o regime cooperativo mobilizaria

³⁵ Entendimento econômico liberal que coloca que o mercado deve funcionar de forma livre e sem a participação efetiva do estado, taxas ou subsídios.

os talentos e a energia das pessoas rumo ao acesso às oportunidades produtivas, enquanto o segundo é que o regime de cooperação precisa moderar a tensão entre os requisitos de cooperação e inovação, a fim de tornar a prática da inovação uma atividade permanente e possível de ser avaliada, repensada e realocada quando se fizer necessário. Este segundo módulo estaria diretamente ligado ao terceiro, que dispõe das questões jurídicas e institucionais.

Tecendo sobre o módulo para tornar a economia do conhecimento incluyente, Unger (2018, p. 95) determina que, para superar o legado do vanguardismo insular de estagnação, desigualdade e apequenamento do modelo de desenvolvimento capitalista, não é mais moderno o raciocínio de regulamentação do mercado ou insistência nas práticas de remediar desigualdades por meio de tributações ou novos direitos sociais redistributivos, torna-se preciso ir além e remodelar os arranjos institucionais que definem a economia de mercado.

Para que essa alteração na economia de mercado seja possível, as bases sociais de formação do mercado devem ser alteradas a partir de três grandes formas: o primeiro estágio deve buscar ampliar o acesso às oportunidades e recursos para a produção, especialmente em favor de empresas emergentes, candidatas e portadoras da nova prática mais avançada de produção, e deve ajudar a organizar o processo por meio do qual poderemos descobrir experimentalmente o melhor caminho para o vanguardismo incluyente; num segundo ponto, começaríamos a vislumbrar uma arquitetura institucional e legal alternativa, ao contrário das mudanças do primeiro estágio, nesse segundo ponto essas iniciativas fariam mais do que introduzir novos agentes, criar-se-ia uma nova relação entre governos e firmas e entre firmas e firmas. O terceiro estágio estaria ligado às mudanças nos regimes de propriedade que definem os termos da descentralização da atividade econômica e as reivindicações dos agentes econômicos com relação aos meios de produção, não substituindo o direito de propriedade unificado, mas diversificando radicalmente as formas de acesso descentralizado ao capital e ao aparato produtivo da sociedade, através de facilitações do acesso ao crédito, reorganização das taxas de juros e outras concomitâncias pertinentes a serem analisadas dispostas as arquiteturas aplicadas e observadas.

No discurso de Unger (2018), para que todas essas afirmações fossem possíveis, precisaríamos fomentar um experimentalismo político em prol de uma democracia de alta energia, capaz de colocar suas égides sobre o trabalho e sobre a produção qualificada pela solidariedade e cooperação entre quem trabalha e quem produz. Incitar novas formas incluyentes, excluindo a exclusão, é o novo aparato que requer a indústria, a empregabilidade e o mercado moderno. É possível progredir observando as falhas históricas. O

experimentalismo não pode ser colocado de lado, uma vez que foi através dele que, até mesmo, o atual sistema econômico e mercadológico vigente ocorreu ao longo dos anos.

Em Unger encontramos que a prática de contrastar as ideias prevaletentes e o modo com as coisas são, por meio da apresentação de conteúdos voltados à solidariedade e ao conhecimento, a partir de perspectivas opostas ao desenvolvimentismo capitalista, contra a dependência da opinião dominante e incita o debate em torno do desenvolvimento. Precisamos nos oferecer à mudança, às possibilidades de construir as relações trabalho-trabalhador, produção-produtor, proprietário-propriedade de uma forma incluyente, solidária, menos competitiva e melhores, mais abrangentes, colaborativas e dotadas de conhecimento.

O processo democrático em torno da proposta do Conhecimento deve ser voltado para que a doutrina econômica possa se expandir, incorporar e implementar as novas disposições políticas, culturais e sociais, que não apenas facilitem a sua revisão, mas que privem a ordem econômica vigente de qualquer espécie de presunção ou vaidade e se colocar fora do alcance da reinvenção e da reconstrução política que a democracia de alta energia reivindica. É preciso que a institucionalidade seja modificada para um padrão de participação e solidariedade, através da inclusão popular nos ditames sócio-econômicos, para que o Estado democrático de direito seja realmente exercido em prol daqueles que o constroem diariamente, longe de qualquer utopia ou especulação filosófica, mas dentro do que emana o poder real do povo.

Unger (2018, p. 100) coloca que a fórmula do desenvolvimento econômico estipulado para os países subdesenvolvidos a partir da segunda metade do século XX e vigorado até os dias de hoje, era alcançar os países desenvolvidos graças à industrialização e a implementação da cultura de massificação fordista quanto a escala e ao consumo em massa. A teoria desenvolvimentista clássica implica que o crescimento econômico só pode ser alcançado pela cultura educativa da produção e pelo desejo econômico do lucro. Institucionalmente, a economia desenvolvimentista se contentou em recomendar uma economia mista e regulada, onde os investidores teriam segurança em relação às suas propriedades e o fluxo da renda por elas gerado, onde a melhor forma de impulsionar o crescimento econômico seria deslocar os trabalhadores e os recursos dos setores menos produtivos para os mais produtivos, por exemplo da agricultura para a indústria (como disposto na prática furtadiana), sob o modelo da produção em massa. Tecnologia, capacitação, requisitos educacionais e institucionais significavam apenas para o aumento da produtividade.

Unger (2018, p. 102) afirma que os países em desenvolvimento não podem mais utilizar dessa lógica se quiserem se desenvolver realmente, uma vez que essa situação vigorante tem apenas acentuado a sua desindustrialização e a falsa sensação de melhoria econômica

promovida pela enfadonha baixa constante de salários em nome da empregabilidade. A lógica da economia desenvolvimentista em favor da industrialização falhou e Unger determina porque:

Primeiro, a produção avançada, a partir de suas bases globais insuladas, torna-se cada vez mais apta a sobrepujar a produção em massa tardia. Pode fazê-lo diretamente, encontrando meios para produzir com maior eficiência, e com melhorias, os produtos da indústria tradicional. Sob o sistema do hipervanguardismo, pode fazê-lo também terceirizando as partes padronizadas de suas linhas de produção para produtores localizados em outras economias, com salários e impostos mais baixos. A produção em massa, então, torna-se satélite das cadeias de produção globais, em vez da vanguarda que a economia do conhecimento acredita ser. Segundo, nesse contexto, a industrialização tradicional deixa de estar associada com ascensão na divisa internacional do trabalho. A fronteira mais importante da divisão na economia global não é mais aquela que separava a indústria do resto – especialmente a agricultura – é entre as franjas de produção avançada estabelecida nos diversos setores, inclusive a agricultura científica, e o resto. Terceiro, as distinções claras entre setores, uma premissa fundamental da mensagem da economia desenvolvimentista clássica, começam a se dissolver, sua própria existência ou menção a ela são indícios de atraso relativo. Quarto, a indústria de produção em massa continua a ser viável onde ela subsiste à base de uma corrida por salários mais baixos e menos impostos, à medida que a arbitragem fiscal e do custo do trabalhador torna-se o fator determinante para a localização da manufatura. Trabalho barato e um Estado esvaziado de recursos para investir em pessoas e em educação, como também em transporte, comunicação e infraestrutura de energia, desencorajam o movimento em direção à vanguarda (UNGER, 2018, págs. 102 e 103).

Unger (2018, p. 110) afirma que a esquerda brasileira precisa ser reenquadrada e colocar em discussão os pactos socialdemocrata e social-liberal, escritos há mais de um século, reconhecendo a perda dos seus pontos para uma institucionalidade conservadora. Depois disso, precisa se reorganizar em prol de um novo processo de desenvolvimento, repensado sob as óticas da internacionalidade, da interação social, da solidariedade, do desenvolvimento econômico sustentável e da industrialização propositiva e alinhada aos princípios históricos do progressismo, longe dos problemas e aspirações do centro econômico mundial que já se demonstrou incapaz de resolver os problemas do subdesenvolvimento.

A tese fundamental presente no discurso desenvolvimentista industrial fordista, colocado pela SUDENE através das ideias furtadianas, exclui qualquer tentativa de reimaginar, reinventar e remodelar a arquitetura institucional da produção. Tal reimaginação, reinvenção e remodelação dela são essenciais para a difusão e o aprofundamento da Economia do Conhecimento. O que consideramos essencial para a desenvoltura das propostas do Conhecimento na lógica atual, acentuando o nosso crivo para a Economia Solidária, é a diluição das ideias da vanguarda includente nas que já estão universalmente aplicadas, para que, de pouco a pouco, os princípios políticos e os propósitos econômicos organizados por elas possam ser modificados.

Essa ideia ocuparia um nível intermediário entre o desenvolvimentismo capitalista e um novo desenho organizacional proposto pela Solidariedade e pelo Conhecimento, sustentada pelas estruturas vigentes do capitalismo, mas organizada de forma compatível com o esperado pelos ideais includentes e solidários. Seria combater a perspectiva competitiva que define o programa do desenvolvimentismo capitalista colocando as relações progressistas em primeiro lugar e o seu compromisso normativo acima da frieza da competição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos pensar em costumes fecundos de desenvolvimento. Consolidar formas criativas, voltadas ao bem comum e às melhores práticas solidárias e inteligentes, capazes de superar os problemas impostos pelo capitalismo excludente e competitivo é um grande desafio a ser superado. Absorver as experiências do passado, trazendo as coisas positivas para a realidade e transformando as coisas negativas em aprendizado, vai além de uma mera reflexão acadêmica: é fundamental para aquele que se dispõe a avaliar as condições em que vive. Celso Furtado fez isso.

Furtado é um representante do pensamento desenvolvimentista ligado ao século XX, ao passado recente da história econômica brasileira, quando trabalhou em cima de propósitos criados dentro da sua compreensão de mundo, explicitando perspectivas diferentes do que a redoma política nacional pensava, mas sintonizado na mesma frequência que sua época vivenciava. Seus progressos técnicos consolidados através da CEPAL e aplicados na SUDENE foram fundamentais para que o texto desenvolvimentista aflorasse no Brasil, trazendo à tona uma perquirição ainda pouco explorada num país em que a dialética mercantil-econômica ainda era voltada aos adornos agrícolas e extrativistas: duas esferas onde a competição, a acumulação e as pilhas excludentes são estimuladas e carregadas.

O desenvolvimentismo ao retrato capitalista no Brasil é um portento, pois teve êxito em se consolidar como verso e como prosa principais das formas de se empreender no país. A consolidação desse sistema adveio entre as décadas de 1950 e 1960, quando da fundação de importantes instituições como o Banco do Nordeste, Banco Central do Brasil, a SUDENE, entre outras. Furtado foi, pessoalmente ou próximo, um dos maiores protagonistas dessa série de organizações que surgiram no Brasil nessa época, principalmente com a consolidação da SUDENE como motor do desenvolvimento do Nordeste.

Faz-se necessário a esta conclusão, dizer que as interpretações de Furtado sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento foram fundamentais para consolidar não somente as instituições às quais ele fez parte ou esteve próximo, mas o teor que essas adotaram para o cumprimento da cartilha desenvolvimentista no Brasil. Passados os anos, a reflexão sugerida aqui é a observação do legado da obra e do texto furtadiano para a boa intenção do economista nordestino em desenvolver sua região, mesmo dentro da terra arada pelo capitalismo excludente e competitivo à época. O que Furtado representou na CEPAL e consolidou na SUDENE foi fundamental para o início da inclusão do Nordeste no cenário desenvolvimentista nacional e para a absorção das suas teorias pela academia brasileira. Ações feitas dentro do propósito capitalista dependente, onde a dependência consistia no Nordeste hospedado pelas indústrias do Centro-Sul.

A Economia Solidária e a Economia do Conhecimento são instrumentos de desenvolvimento atrelados ao capitalismo, mas que tocam acordes diferentes, criando conceitos de vanguarda ao se organizarem envoltas de uma estrutura que repensa a lógica da acumulação, da competição e das ações excludentes do desenvolvimentismo capitalista. Mais que isso, a Economia Solidária é uma atualização do pensamento coletivo, a do Conhecimento é a da capacitação da pessoa humana e da modernização dos meios de produção, em forma de ciência útil para suprir a ausência de expoentes solidários causados pela seleção competitiva dos mercados. Somente através do potencial criativo, imaginativo, solidário, atualizado, coerente e alinhado com as inovações concebidas pelo avanço da História, poderemos evoluir enquanto sociedade organizada e apta à diminuição das desigualdades.

É através desse pensamento que emanam as forças que abastecem a Economia Solidária. Diante dessa absorção de frequência positiva, a Economia Solidária transfere energia para a Economia do Conhecimento, que nada mais é que a solidificação do pensamento solidário em prol de uma nova condição de desenvolver, utilizando todas as bases fundamentais solidárias para a geração de um modelo socioeconômico diferente, atualizado e pautado na criatividade como gerência de novas possibilidades. O mercado, o planeta e as pessoas estão em constante mudança e adaptação, precisamos seguir adiante e colocar em prática o que há de mais moderno, eficiente e includente, para que todos possam aproveitar das coisas que a humanidade concebeu.

A hipótese que esse trabalho traz consigo é que a Economia Solidária e a Economia do Conhecimento não se tratam de metodologias de ruptura para com a dominação da lógica política e ideológica do capitalismo, em face da complexidade e da robustez que o sistema aprendeu a ganhar durante os últimos séculos e dentre tudo o que o envolve nos seus mais diversos movimentos políticos, teóricos, mercantis, entre outros. Porém, o que cabe afirmar é

que não podemos tratar as economias levantadas como fontes simplistas de reverberação analítica, uma vez que tanto a Economia do Conhecimento quanto a Solidária possuem em si arcabouço relevante e propositivo suficiente para gerar transformação social onde apareçam seus ensaios. Destarte, os objetivos propostos para o estudo dos dois fenômenos econômicos consistiram em gerar uma compreensão daquilo que eles propõem como freio às máximas da competição dentro do desenvolvimentismo-capitalista.

Tanto as leituras de Singer quanto as de Unger são importantes aditivos dos movimentos ligados à Solidariedade e ao Conhecimento, pois se tratam de discursos que coadunam pontos em comum e relacionam entre si uma nova compreensão de desenvolvimento, não obstante não sejam contraditórios ao modelo de acumulação capitalista, buscam sobremaneira a superação do desafio da competição através de retóricas humanistas e pautadas na potencialização da coletividade e da formação técnica-educativa dos sujeitos.

Este trabalho serviu para fundamentar que a Economia Solidária e a Economia do Conhecimento são relacionadas e aptas a discutirem atualizações dentro do sistema de desenvolvimento capitalista. Entender que passamos por um processo histórico de modernização conservadora, incapaz de alterar a ciclicidade da economia dependente foi fundamental para colocarmos em evidência as questões que esse trabalho discutiu ao longo do texto relativo ao complexo furtadiano. As proposições de Furtado para o Nordeste, principalmente suas aplicações na SUDENE ao semiárido brasileiro foram necessárias em dado momento, as regiões abraçadas pela Superintendência precisavam, de fato, de um começo que não fora ofertado ao longo dos séculos que se passaram e as esqueceram. Furtado foi combativo e de singular importância para que as áreas de desenvolvimento da SUDENE tivessem participação na carteira do desenvolvimento nacional.

Conforme as observações empreendidas nesse capítulo, foi possível determinar que a SUDENE, além de ter sido um projeto de intensa luta política à qual Furtado destinou suas forças intelectuais e vitais, foi o grande eixo que fez com que o Nordeste brasileiro fosse inserido ao planejamento federal de investimentos e atenções institucionais, abarcada pelo ideal desenvolvimentista capitalista, mas propositiva dentro daquilo que as conjunturas da sua época permitiram. Acreditamos que, se não fosse o ousado fito furtadiano em romper as amarras que atrelavam o Nordeste ao subdesenvolvimento, começando a engendrar a campanha desenvolvimentista para a região, esta teria adentrado ainda mais tardiamente no jogo do desenvolvimento nacional.

Porém, sinteticamente, se ousamos um país capaz de desenvolver-se com a utilização das suas próprias forças e potencialidades, através da competência criativa e pujante do seu

próprio povo, precisamos repensar a nossa forma de desenvolver e utilizarmos as ideias vanguardistas incluídas colocadas à mesa pelas Economias Solidária e do Conhecimento. Ambas podem ser fatores de diferenciação na evolução econômica da nossa sociedade, representando o espírito solidário e colaborativo em torno das relações de trabalho e da produção livre do ordenamento capitalista excludente. Podem ser modelos de desenvolvimento que, se ousados e praticados, nos guiem para um futuro mais dinâmico, justo e democrático.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. Caminhos da Liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro – RJ. 2011.

ANTONINI, João Paulo Queiroz; CARDOSO, Antônio Dimas. A exclusão do outro nas relações de consumo: uma análise sob a ótica de Axel Honneth e François Dubet. 46º Encontro anual da ANPOCS. Unicamp – 2022.

ANTONINI, João Paulo Queiroz; CARDOSO, Antônio Dimas. A liberdade e o bem viver condicionados pela modernidade, pela tecnologia e pelo consumo. Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional - POLIGES. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2022.

ARAÚJO, Guthiêrre Ferreira. A trajetória da Sudene, suas (re)invenções, na condução do projeto de desenvolvimento regional. Universidade Federal de Sergipe. Aracajú – SE. 2015.

AREND, Marcelo. 50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS. 2009.

ARNDT, H. W. (1987). Economic Development: the history of an idea. Chicago: University of Chicago Press.

BERTUCCI, Ademar; LIMA, Cláudia; TYGEL, Daniel; NAGEM, Fernanda; AMORIM, Rízoneide; SOUZA, Robson Patrocínio de; KIRSH, Rosana; SILVA, Shirlei. **Economia Solidária, outra economia a serviço da vida acontece.** Campanha da Fraternidade Eumênica. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2010.

BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; PITAGUARI, Sinival Osório. *Economia Solidária em Londrina. Aspectos conceituais e a experiência institucional.* Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2010.

BOSCARIOL, Gabriel Amabile. Discutindo os planos nacionais de desenvolvimento e a ciência durante a ditadura militar. UNESP – SP. s/ano.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da Dependência. Perspectivas, São Paulo, v.38, 2010.

BURGESS, M. Federalism and Federation: a reappraisal. In: BURGESS, Michael; GAGNON, Alain (Orgs.). *Comparative Federalism and Federation*. London: Harvester /Wheatsheaf, 1993.

CABRAL, Renan. 1959 – Das ideias à ação, a SUDENE de Celso Furtado – Oportunidade histórica e resistência conservadora. Caderno do Desenvolvimento. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARDONE, Ignacio Javier. *A teoria da estruturação de Giddens e a sua utilidade para as relações internacionais: uma proposta diferencial para a análise sistêmica*. Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2017.

CARVALHO, O. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros; FEITOSA, Cid Olival. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. *Revista Política e Planejamento Regional*. Rio de Janeiro – RJ – vol.6, nº 2, 2019.

COLOMBO, Lucélia Aparecida. O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento no Nordeste. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.49, n.1, p. 375-399, mar.jun., 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. A importância da indústria para os estados. Estatísticas. Disponível em: <
<https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/importancia-da-industria-para-os-estados/>>. 2022. Acesso em: 12/11/2022.

CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE (CONDEL). Relatório da Secretaria Executiva – novembro 2017 a fevereiro 2018.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ. Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais do Ministério da Economia. Disponível em: <
<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjE1ZDQzNTAtNTUxMC00MTc2LWVhNTEtZjZkZjRlZjk4YzUyYjYiwiwiOi6iNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWVhMjYmOThmYmFmYTk3OCJ9>>. Acesso em 23/11/2022.

CORREIA, Rebert Coelho; KIILL, Lúcia Helena Piedade; MOURA, Magna Soelma Beserra de; CUNHA, Tony Jarbas Ferreira; JÚNIOR, Luciano Alves de Jesus; ARAÚJO, José Lincoln Pinheiro de. A região semiárida brasileira. Produção de caprinos e ovinos no Semiárido. 2011.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 3, 2002.

DRUCKER, Peter. *Uma era de descontinuidade: orientações para uma sociedade em mudança*. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

DUQUE, José Guimarães. *Perspectivas Nordestinas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004, 2ª ed.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*. Apresentação: Renato Janine Ribeiro, v, 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – AGÊNCIA BRASIL. Setor de serviços em São Paulo cresceu 17% em 2021. Disponível em: <
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-03/setor-de-servicos-em-sao-paulo-cresceu-17-em-2021>>. 2021. Acesso em 12/11/2022.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE. *Investimentos Federais na região Nordeste no período de 2010 a 2019*. Ano 5. Nº 14. Out. 2020.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. V. 1. *Ensaio de interpretação sociológica*. FFCL/USP. 1964 – São Paulo-SP.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de Interpretação Sociológica. 2ª Edição. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores. 1975.

FERREIRA, José Gomes. *Desafios para uma nova cultura da água*. In Ferrão, João et al. (Coord.). *Reflexões sobre Ambiente, Território e Sociedade*. Três Anos do Blogue ATS. Lisboa: OBSERVA - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2019, p.196-199.

FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. *Método e Metodologia na Pesquisa Científica*. Ponta Grossa- PR. 2007.

FRANÇA. F. M. C. *A importância do agronegócio da irrigação para o desenvolvimento do Nordeste*. Fortaleza: Banco do Nordeste: BID, 2001. 113 p.

FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a Teoria da Dependência*. Editora Brasiliense. 1980.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global. São Paulo – SP. 2004

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Relatório Anual do FMI 2019 – Nosso mundo conectado*. Diretoria Geral do FMI – 2019.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro – RJ. Fundo de Cultura. 1961.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo – SP: Paz e Terra. 1996

FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1991.

FURTADO, Celso. *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo – SP: Editora Nacional. 1980.

FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 5ª ed., 1969.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. *A batalha da Sudene*. Editora Contraponto. 2003.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 6. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro – RJ. Brasil, 1959. Organização: Celso Furtado.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. *Manual de Pesquisa Qualitativa*. Ânima Educação. Centro Universitário UNA. Belo Horizonte – MG. 2014.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória Econômica de Uma Região Periférica. *Estudos Avançados*, v. 11, nº 29, p. 37-54, 1997.

ILPES, *Discusiones sobre planificación, Siglo XXI*, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2012/2021). 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em 11/11/2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. Rio de Janeiro – RJ. 2011.

KEYNES, J. M. (2008). *The General Theory of Employment, Interest and Money* (BN Publishing ed.). First Published by Macmillan Cambridge. University Press for Royal Economic Society.

LASTRES, Helena Maria Martins; CASSIOLATO, José Eduardo; ARROIO, Ana. *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ. Editora UFRJ. 2005.

LAVILLE, Jean-Louis. *Les services de proximité em Europe*. Paris: Syros, 1992.

LAVILLSE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY e outros. *Economia social au Nord et au Sud*. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 217-238.

LEITE, Marcos Vinícius Chiliatto; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck. *Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento: uma análise sem a Lei de Say*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009.

LIMA, T, C, S. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. UFSC. Florianópolis. 2007

LOPEZ, Julio; CARDIM, Fernando. Uma estratégia de desenvolvimento na tradição keynesiana-estruturalista. In: Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Organizadores: João Sicsú e Armando Castelar. Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal do Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrado intelectual*. São Paulo: Xamã. 1993.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Editora Era, México, 1990, 10ª edição. Traduzido por Carlos Eduardo Martins.

MARX, Karl. *O Capital – Livro 1 – crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARENGO, J. A. Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI. Brasília, DF: MMA, 2006. 202 p. il. (Biodiversidade, 26).

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. O Brasil de Juscelino rompe com o FMI. 2017. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/o-brasil-de-jk-rompe-com-o-fmi>>. Acesso em 19/10/2022.

MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOURA, Hanan Aridi. *A política da Sudene e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios no estado do Espírito Santo, Brasil*. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa – MG. 2019.

NASCIMENTO, Erica Patente. *Internacionalização produtiva e monopólio intelectual sob a lógica da financeirização*. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas – SP. 2020.

NETTO, Antonio Delfim; IKEDA, Akihiro. *Estratégias de Desenvolvimento*. In: Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Organizadores: João Sicsú e Armando Castelar. Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal do Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009.

NURKSE, Ragnar. Review of Problems of capital formation in underdevelopment countries. *The Economic Journal*, v. 63, nº 252. 1951.

OWEN, R. *A new view of Society: or, essays on the principle of the formation of the human character and the application of the principle to practice*. 1813. Harmondsworth: Penguin Books 1970a.

OWEN, R. *Report to the county of Lanark*. 1820. Harmondsworth: Penguin Books, 1970b.

PERONDI, Eduardo. *Interpretação da revolução burguesa no Brasil*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAVALLION, M.; CHEN, S. Measuring pro-poor growth. *Economics Letters*, v. 78, p. 93-99, 2003.

REDE AGROPECUÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (INTERAGRO). Mapa das Exportações Agropecuárias do Nordeste (2018). Superintendência de Comunicação e Marketing da Interagro. 2018.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. 1995.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO CEARÁ. Região Nordeste possui quase metade de toda a pobreza no Brasil, segundo IBGE. 2020. Disponível em: < [SICSÚ, João. A construção de uma estratégia de desenvolvimento. In: *Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Organizadores: João Sicsú e Armando Castelar. Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal do Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2009.](https://www.fecop.seplag.ce.gov.br/2020/11/20/regiao-nordeste-possui-quase-metade-de-toda-a-pobreza-no-brasil-segundo-ibge/#:~:text=Conforme%20o%20c%C3%A1culo%2C%20a%20desigualdade,Norte%20(2%2C7%25)> Acesso em: 11/11/2022.</p></div><div data-bbox=)

SILVA, Paula Vivian Oliveira da; FERREIRA, José Gomes. Transposição das águas do rio São Francisco: cobertura midiática nos jornais *Diário do Sertão* e *Tribuna do Norte*. *Anais CONADIS. I Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido*. Campina Grande: Realize Eventos & Editora. V. 1, 2018. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/conadis/trabalhos/TRABALHO_EV116_MD1_SA22_I_D84_30112018151200.pdf. Acesso em: 25/11/2022.

SILVA, Sergio S; SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. I Congresso Brasileiro de História Econômica. Editora USP. São Paulo – SP. 2002.

SOUSA, Cidoval Moraes de; THEIS, Ivo Marcos; BARBOSA, José Luciano. *Celso Furtado, a esperança militante (Interpretações)*: vol1. Editora: A União. Campina Grande – PB, 2020.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista – princípios e Economia Política Marxista*. Tradução Waltersir Dutra. Quarta Edição. Zahar Editores: Rio de Janeiro – RJ. 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. (Des) ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TRIVELLATO, R. *Notas sobre o processo de industrialização no Brasil*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC. 2016.

UNGER, Roberto Mangabeira. **A Economia do Conhecimento**/Roberto Mangabeira Unger; traduzido por Leonardo Castro – São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 280p.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Necessidades falsas. Introdução a uma teoria social antideterminista*. Roberto Mangabeira Unger/Tradução: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy. Editora Boitempo. 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social Hoje. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.